

EDITH LEMOS ORNELLAS DOS SANTOS

**PROPENSÃO À COOPERAÇÃO NA AVICULTURA
INTEGRADA DE CACHOEIRA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador - UCSal, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. AMÍLCAR BAIARDI

Salvador
2014

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

S237 Santos, Edith Lemos Ornellas dos
Propensão à cooperação na avicultura integrada de Cachoeira-BA/
Edith Lemos Ornellas dos Santos. – Salvador, 2014.
122f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Orientação: Prof. Dr. Amilcar Baiardi.

1. Avicultura de Cachoeira/ BA – Desenvolvimento Local
2. Avicultura integrada 3. Cooperativismo na avicultura
4. Associativismo na avicultura 5. Avicultores do Recôncavo Baiano
I. Título.

CDU 636.5:711.1(813.8)



Universidade Católica do Salvador

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO

EDITH LEMOS ORNELLAS DOS SANTOS

PROPENSÃO A COOPERAÇÃO NA AVICULTURA INTEGRADA DE CACHOEIRA

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 18 de dezembro de 2014

Banca Examinadora:

PROF. DR. AMÍLCAR BAIARDI (ORIENTADOR)
DOUTOR EM CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROFA. DRA. CRISTINA MARIA MACÊDO DE ALENCAR
DOUTORA EM GEOGRAFIA CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROFA. DRA. JANÚZIA SOUZA MENDES DE ARAÚJO
DOUTORA EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Dedico esta dissertação a Deus, o Pai Maior, que me criou e sempre me mostrou que eu poderia ir além. Que me tirou os medos, que me deu coragem e iniciativa. Que está ao meu lado todos os dias para me lembrar de que há muito pela frente para aprender, se eu quiser ser uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

“Aproximando-se, atou-lhe as feridas, deitando-lhes azeite e vinho. Então pondo-o sobre a sua cavalgadura, levou-o para uma hospedaria e cuidou dele”. (Lucas 10:34)

Não imaginei que fosse conseguir chegar até aqui. O Senhor se colocou à frente e posicionou minha família, parentes, colegas, professores, e conhecidos para que eu pudesse passar pela vida e descobrir a pesquisa como um dos motivos de alegria e satisfação para continuar a estudar de forma útil para os outros.

Portanto se faz necessário citar nomes, aos quais devo boa parte das minhas conquistas como um todo, pois não vejo separação entre o acadêmico, o pessoal e o espiritual.

Quero agradecer a Deus, pela minha natureza positivamente teimosa e persistente, que me levou a resultados nunca antes alcançados.

À Universidade Católica do Salvador (UCSal) e à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio à minha pesquisa e ao curso, principalmente no âmbito financeiro.

Ao meu esposo e filhos, pelos momentos de descontração que me fizeram não sucumbir a tanto trabalho.

Aos meus pais, irmãs e irmão, por terem me entregue para o Senhor me criar, e por me doarem generosas porções de afeto.

Ao Professor Amílcar Baiardi pela oportunidade de me permitir usufruir do seu saber, pela amizade, e pela confiança a mim depositada, elementos que viabilizaram a realização desta pesquisa de forma prazerosa. Pelas nossas viagens de pesquisa,

congresso e reuniões, bem como, pelos encontros descontraídos e divertidos com nossos companheiros de pesquisa.

Ao Corpo docente do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, pelo conteúdo, metodologia, amizade e todo o apoio que me auxiliou a chegar além desta pesquisa. A almejar ultrapassar novas fronteiras do conhecimento.

A Professora Maria Helena Flexor, pela sua firmeza no ensino e nas orientações metodológicas, bem como pelas amistosas conversas após as aulas.

A Professora Cristina Maria Macêdo de Alencar, pelas aulas dinâmicas, pelo exemplo de profissional interdisciplinar e por suas minuciosas contribuições, que me fizeram aprimorar o fruto da pesquisa.

Aos meus colegas da turma de mestrado 2013, por ter me dado o privilégio de ser a única mulher na turma, bem como de compartilharmos discussões valiosas, conhecimento e alegrias das nossas vidas.

Às funcionárias e funcionários da Secretaria do Mestrado e da turma da limpeza, pelo atendimento sempre agradável.

Aos avicultores do município de Cachoeira, por terem se disponibilizado para conversar e atualizar pesquisas anteriores, de forma tão atenciosa.

SANTOS, Edith Lemos Ornellas dos. **Propensão à cooperação na avicultura integrada de Cachoeira/Ba.** 122 f. Dissertação. (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social). Universidade Católica do Salvador. (UCSal), 2014.

RESUMO

A presente dissertação apresenta as análises feitas sobre a realidade dos avicultores integrados ao sistema industrializado de frango de corte, em específico no município de Cachoeira/Bahia. Teve como objetivo geral saber se havia propensão e viabilidade socioeconômica à cooperação entre os avicultores de Cachoeira, com ou sem a presença das indústrias de abate e processamento do frango. Com esse propósito, utilizou-se de gráficos, tabela e mapas temáticos, bem como tabulação de questionários aplicados e entrevistas, a fim de se compreender as características territoriais do setor avícola, bem como o perfil dos avicultores. A partir dessas análises, pode-se afirmar que Cachoeira tem a maior capacidade de alojamento de frango de corte do Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Possui uma localização privilegiada para escoamento da sua produção de aves e é detentora de clima propício para sair da monocultura em que está imersa. Porém, com a utilização de galpões aquém do potencial de alojamento e sem uma qualidade significativa na relação dos avicultores com as indústrias integradoras, reduz e compromete, não só a lucratividade, como também o aspecto social, ambiental e econômico do município. Após se ter entendido os avicultores como sendo propensos a cooperação, mas com o individualismo construído pelo capital os direcionando para o lado contrário com rigidez, no final da pesquisa se levantou novos dados que, surgindo de forma inovadora àquela realidade encontrada, mostram novas tendências substanciais no setor avícola, que começam a despertar em alguns avicultores de pequeno e médio portes o anseio pela cooperação, em Cachoeira e nos municípios vizinhos.

Palavras-chave: Avicultura de Cachoeira/Ba. Avicultura integrada. Cooperativismo na avicultura. Associativismo na avicultura. Avicultores do Recôncavo Baiano.

SANTOS, Edith Lemos Ornellas dos. **Propensity for cooperation on integrated poultry in the city of Cachoeira / Ba.** 122 f. Dissertation. (Master of Planning and Social Development). Catholic University of Salvador. (UCSal), 2014.

ABSTRACT

This work shows the analysis carried out on the reality of the industrialized system integrated poultry broiler, in particular in the county of Cachoeira / Bahia. Aimed to know if there is propensity and socioeconomic viability cooperation between the farmers of Cachoeira, with or without the presence of the slaughter and processing of poultry industries. For this purpose, we used graphics, table and thematic maps as well as tab questionnaires and interviews in order to understand the territorial characteristics of the poultry sector and poultry included in its territoriality. From these analyzes, it can be said that Cachoeira has the largest broiler accommodation capacity Identity Territory Reconcavo Baiano. It has a prime location for an outlet for their production of poultry and holds climate conducive to leave the monoculture that is immersed. However, using short of potential accommodation and without a significant quality in the relation of farmers with the integrative industries, reduces and compromises, not only profitability, but also the social, environmental and economical city. After having understood the farmers as not being likely to cooperation spontaneously at the end of the survey rose new data, arising from contradictory to that found reality fashion show substantial changes in the poultry sector of this industry, and begin to reimagine the life of poultry of small and medium in Cachoeira and neighboring municipalities.

Keywords: Poultry Cachoeira / Ba. Integrated poultry. Cooperatives in poultry. Associations in poultry. Poultry Reconcavo Baiano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – GRÁFICO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CARNE DE FRANGO – MILHÕES DE TONELADAS.....	24
Figura 2 – CAPACIDADE DE ALOJAMENTO DE FRANGO – CACHOEIRA/BA. 2012.....	34
Figura 3 – QUANTIDADE DE GALPÕES DE FRANGO – CACHOEIRA/BA. – 2012.....	35
Figura 4 – PIRÂMIDE DE MASLOW.....	44
Figura 5 – VIAS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE FRANGO DE CACHOEIRA/BA. - 2012.....	73
Figura 6 – VISTA AÉREA CACHOEIRA/SÃO FÉLIX.....	75
Figura 7 – GRÁFICO DE PRECIPITAÇÃO DE CHUVAS EM CACHOEIRA.....	77
Figura 8 – PRODUTO INTERNO BRUTO - CACHOEIRA – 2011.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PRODUÇÃO DE FRANGO EM TONELADAS / REPRESENTATIVIDADE POR ESCALA – 2012.....	33
Tabela 2 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE CACHOEIRA, BAHIA, BRASIL DE 1991 A 2010.....	78
Tabela 3 – CACHOEIRA – POPULAÇÃO RURAL/URBANA POR FAIXA ETÁRIA – 2010.....	79
Tabela 4 – ESCOLARIDADE A PARTIR DE 10 ANOS DE IDADE - – CACHOEIRA/2010.....	80
Tabela 5 – RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA A PARTIR DE 10 ANOS DE IDADE.....	81
Tabela 6 – PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE CACHOEIRA E RECÔNCAVO REPRESENTATIVIDADE DE CACHOEIRA NO RECÔNCAVO – 2012	85
Tabela 7 – IDADE, ESTADO CIVIL, Nº FILHOS, ESCOLARIDADE DO AVICULTOR - 2012.....	88
Tabela 8 – AVICULTOR DONO DA TERRA/DONO DA GRANJA - 2012.....	89
Tabela 9 – FINANÇAS DOS AVICULTORES CACHOEIRA – 2012.....	90

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Baiana de Avicultura
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAN	Confederação da Agroindústria e Pecuária do Brasil
COORDEX	Coordenação Executiva do Colegiado do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia
DL	Desenvolvimento Local
DLE	Desenvolvimento Local Endógeno
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FUNAGRI	Fundo Geral para a Indústria e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCB	Organização de Cooperativas Brasileiras
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
SAG	Sistema Agroindustrial

SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBABEF	União Brasileira de Avicultura
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. AVICULTURA	21
1.1 ABORDAGEM BRASILEIRA.....	21
1.2 MODELO NORDESTINO DE PRODUÇÃO	26
1.3 AVICULTURA NA BAHIA.....	30
1.3.1 Recôncavo Baiano e o município de Cachoeira.....	32
1.4 SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO NO DESENVOLVIMENTO/ SUBDESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADE.....	36
1.5 SISTEMA INTEGRADO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO.....	41
2. COOPERAÇÃO, DA GÊNESE A REALIDADE CONTEMPORÂNEA.....	47
2.1 SOLIDARIEDADE COM PRINCÍPIO.....	47
2.2 FORMAS DE COOPERAÇÃO.....	50
2.2.1 Associação.....	50
2.2.2 Cooperativa.....	53
2.2.3 Consórcio de Produtores Rurais.....	57
2.3 ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO E O SEU DESENVOLVIMENTO.....	58
2.4 VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA.....	65
3. MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA.....	71
3.1 ECONOMIA LOCAL.....	82
3.2 ÁREA RURAL E URBANA / ESTRUTURA LOCAL ENDÓGENA.....	85

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	88
4.1 PERFIL DO AVICULTOR.....	88
4.2 FINANÇAS DO AVICULTOR.....	90
4.3 PERFIL DA ASSOCIAÇÃO BAIANA DE AVICULTURA – ABA.....	92
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	99
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXO A - DADOS ADAB / CACHOEIRA/BA. 2012.....	117
ANEXO B – TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA – 2012.....	118
ANEXO C – TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA – 2012.....	119
ANEXO D – TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA – 2012.....	120
ANEXO E – TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA – 2012.....	121
ANEXO F – TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA – 2012.....	122

INTRODUÇÃO

A vida em sociedade vem atravessando os séculos com mudanças tecnológicas rápidas, como as descobertas na área de saúde, que proporcionam uma expectativa de vida maior com melhor qualidade para os indivíduos, especialmente em se tratando de saúde e alimentação. Em função disso, e do aumento progressivo da população em todos os países, ricos e pobres, a tecnologia vem servindo, sobretudo, para multiplicar os alimentos a preços mais acessíveis. Com isso, também as indústrias e formas de produção se modificaram, bem como as maneiras de gerenciamento desse trabalho.

Porém, dentro desses novos tempos de avanços contínuos em todos os setores da vida cotidiana, quando muitos indivíduos se juntam e muitos grupos se agregam para fortalecimento mútuo, parece que as características individualistas, que são inerentes a toda humanidade, se potencializam, num paradigma antagônico de afastamento, quando a intenção é produzir bens, lucrar com eles ou estabelecer uma relação de trabalho produtiva.

Em algumas sociedades essa relação de trabalho tem viés de cooperação e está sofrendo intervenções nos critérios de gestão, rumo a uma maior modernização. Em outras sociedades, porém, de forma espontânea ou por forças externas, seguem modelos mais conservadores, mas que se adaptam melhor ao sistema de produção a que se dedicam. O mutirão foi uma das primeiras formas de cooperação entre os componentes da sociedade brasileira.

Pode-se dizer que daí se evoluiu para os sistemas associativos ou cooperativistas, herdados de civilizações mais remotas, como das guildas medievais. Essa forma de trabalho foi fundamentada também na ajuda corporativa. Alguns exemplos desse tipo de trabalho cooperativo têm demonstrado que, em certas localidades, especialmente na região Nordeste, têm dado resultados positivos, mediante condições propícias para que o perfil de cooperação emerja (COOPESP, 2013).

No município de Cachoeira, pertencente ao Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, segundo o enquadramento territorial da Superintendência de Estudo Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), até 1997, havia um setor avícola baseado apenas na criação de frangos de forma artesanal, em pequena escala, com

comercialização nas feiras livres da região, onde o criador era o comerciante. Porém, havia um contato maior entre os produtores, maior relação como vizinhos e parceiros, mesmo concorrendo na busca pelas vendas dos seus produtos (RODRIGUES, 2014).

Com a produção de cana-de-açúcar, Cachoeira participou de uma realidade comercial intensa, a partir do século XVII, que foi reconhecidamente destaque no desenvolvimento daquela região. Porém, as terras de massapê, necessárias para este cultivo não atingiam a totalidade da região, fazendo com que alguns produtores aproveitassem as terras de tabuleiros para o plantio de fumo. Ao lado dessa produção, também cultivavam a mandioca, fora das zonas de massapé, que sempre foi plantada como produto básico da alimentação, tanto dos homens livres, como dos escravos (FONSECA, 2006).

Com a queda da comercialização do açúcar e, depois o declínio do fumo, o município de Cachoeira passou a uma realidade de baixa participação na economia do Recôncavo, se restringindo a poucas usinas de açúcar, poucas indústrias fumageiras e setor comercial inexpressivo (RODRIGUES, 2014).

O município se reergueu, numa curva econômica positiva novamente, a partir da instalação de galpões avícolas em estabelecimentos rurais, já no final do século XX, em função do mercado produtor de frango (RODRIGUES, 2014).

A partir de 1997, um sistema integrado de avicultura, trazido por grandes indústrias de abate e comercialização de frango das regiões Sul e Sudeste do Brasil, foi implantado no setor avícola na Bahia, o qual consistia em formar vínculo comercial entre essas indústrias de ração e abate, e os produtores de frango (ABA, 2012).

Esses frigoríficos que se instalaram na região de Cachoeira, expandiram-se como sistema integrado também em função da produção ascendente de grãos do Oeste baiano. A indústria de ração passou a se desenvolver, também, no perímetro de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e em mais algumas cidades do Recôncavo Baiano, se constituindo junto com os demais setores um complexo que envolve a criação e o abate de frangos e a produção de rações (ABA, 2012).

A Perdigão Agroindústria S.A., com sede na cidade de Jaguaré/SP, a Avícola Agroindustrial Ltda. (AVIGRO) e a Granja Carolina, ambas com sede em Conceição da

Feira/Ba, são as três principais empresas que mantêm parceria integradora com os produtores de frangos de Cachoeira.

Quando da entrega dos frangos para o abate, os produtores avícolas recebem o valor estabelecido previamente, por rigidez do contrato com as empresas parceiras, deduzidos os custos operacionais de manutenção das aves que a integradora adianta em cada início de processo de criação e engorda das aves. Porém, os avicultores reclamam dos baixos valores recebidos, dos contratos com benefícios unilaterais e falta de garantias de efetividade nessa relação.

Diante deste quadro, objetivou-se com este trabalho analisar a propensão a cooperação e a viabilidade socioeconômica de implantação de uma organização associativa ou cooperativa, de abate e comercialização, entre os produtores de aves no município de Cachoeira/Ba.

Para se chegar a esse objetivo, se buscou alcançar os seguintes objetivos específicos: a) descrever do município de Cachoeira, a transformação na produção avícola; b) constatar a existência de políticas públicas ou planejamento oficial, voltados para a agroindústria, em Cachoeira; c) acompanhar a evolução da avicultura moderna no Brasil, na Bahia e, em específico, no município de Cachoeira; d) levantar dados e mapear o setor avícola de Cachoeira, descrevendo a estrutura, produção e características desse segmento; e) mostrar o perfil do avicultor do município; f) apontar as formas de comercialização das aves criadas na região; g) analisar a relação entre avicultores e empresas integradoras; e h) discutir as vantagens e desvantagens socioeconômicas entre o sistema de cooperativas e o de associações.

Decidiu-se por esse tema porque, apesar do setor avícola ser de suma importância pra economia brasileira, não foram encontradas pesquisas que abordassem esse modelo de relação contratual do sistema de integração entre avicultores e as indústrias de processamento de frango.

O conteúdo deste trabalho foi elaborado em seis partes: a introdução; cinco capítulos, que descrevem o setor avícola e o sistema integrado em diversas escalas, a cooperação em suas vertentes de associativismo, cooperativismo e consórcio de produtores rurais, com seus princípios, consequências e exemplos de sucesso e fracasso, a descrição do município de Cachoeira, nos aspectos econômicos, sociais,

culturais, políticos, ou seja, territoriais, a demonstração e análise do perfil da avicultura e do avicultor, com dados específicos e atuais, e análise e discussão dos resultados; e finalizando com as conclusões e recomendações, com base em todo o conteúdo de forma não finalizada, pois pretende-se levar este trabalho adiante, numa fase mais abrangente a todo o Território de Identidade do Recôncavo.

A metodologia de de abordagem se deu qualitativamente através de visitas investigativas com aplicação de questionário aos avicultores, bem como um estudo teórico, ou levantamento de referencial que direcionou para experiências de outros autores e pesquisadores dentro deste assunto. O método escolhido se deu utilizando o estudo de caso, entre o quantitativo e o qualitativo, pois se levantou dados numéricos pertinentes a características dos avicultores e da sua produção, bem como sobre subjetividades da relação entre os avicultores e as indústrias integradoras. Da análise dessa realidade, se buscou uma convergência estabelecendo uma síntese dos principais problemas ou oportunidades que permitiam se avaliar sobre as possibilidades da implantação de associação e/ou cooperativas em Cachoeira.

Dos dados levantados em campo, procurou-se explicar a prática com foco socioeconômico, sem distanciar-se do contexto territorializado. Em seguida se fez um levantamento histórico da região e da sua participação na economia em diversas escalas no Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Ainda recorreu-se ao método comparativo, de forma sucinta, para se mostrar também os contrastes entre os territórios avícolas do Centro-Sul que possuem instituições associativistas/cooperativas e o território avícola de Cachoeira, onde os avicultores dependem exclusivamente das indústrias para escoar a produção.

Foi feita uma busca no banco de teses e dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, usando a palavra-chave “avicultor”, especificamente nos últimos três anos, entre 2012 e 2010, nada sendo encontrado em nível de doutorado, encontrando-se apenas seis trabalhos referentes ao assunto, em mestrados, voltados para as Ciências Sociais Aplicadas: Rossi (2011); Gaiovicz (2011); Jesus (2010); Storti (2010); Metz (2010); Kurtz (2010). Porém, verificou-se 55 resultados sobre o tema “avicultura”, em nível de mestrado e doutorado, somente em 2012, os 5 primeiros resultados, - Sagula (2012); Troni (2012); Moreira

(2012); Carolino (2012); Santos (2012), mostram que as pesquisas abordam assuntos exclusivos de saúde das aves, ou seja, um resultado referente à gestão na avicultura, sendo um sobre o meio ambiente. Os 50 títulos restantes estão voltados para alimentação, medicamentos, pastagens, sendo, em quase sua totalidade, com foco na engorda das aves e na melhor produtividade do setor. Pelo menos nesse setor, não foi encontrada pesquisa voltada para a abordagem que se pretende desenvolver nesta dissertação, abarcando, portanto, uma seara pouco explorada. (BRASIL. CAPES, 2012, p. 1).

Apesar das estatísticas oficiais de produção nacional e regional de frangos mostrarem resultados satisfatórios para o mercado, bem como para a economia do país, ainda existe uma grande demanda a ser atendida, bem como há uma necessidade de se estudar formas de atuação do setor avícola e as viabilidades socioeconômicas locais deste setor.

É uma realidade diferente dos grandes pólos de industrialização nacionais de avicultura, que se encontram no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, na qual o município de Cachoeira se encaixa.

Retratou-se a realidade cachoeirana da avicultura, que hoje está mais integrada às grandes indústrias de processamento de frango, em quase toda sua totalidade, pesquisando a propensão ao associativismo e ao cooperativismo como sistemas alternativos de desenvolvimento socioeconômico, mostrando essas relações de produção coletivas como possibilidades de melhor eficiência de produção aos criadores de frangos do município, sem perder a atenção para a qualidade social da atuação dos avicultores.

As fontes utilizadas, conforme essa metodologia de procedimento, foram:

a) Fontes impressas - Livros, artigos, dissertações, teses e periódicos de bibliotecas de universidades públicas e privadas, questionários e anotações, utilizados em trabalho anterior (BAIARDI, 2012), aplicados entre os avicultores dessa região, em abordagem diferente, foram utilizados. Esses questionários levantam questões que deram origem a esta proposta de dissertação;

b) Fontes virtuais e magnéticas – Através de banco de teses, periódicos e dissertações da CAPES e de outros bancos de domínio público;

c) Fontes orais – Foram utilizadas, através de entrevistas semiestruturadas com o representante da Secretaria de Agricultura do Município de Cachoeira, com a Assessoria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com o Reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bem como com outros agentes e atores do processo socioeconômico desse município, que estão, direta ou indiretamente, ligados à avicultura do município;

d) Fontes iconográficas - Mapas e fotos, a partir das instruções da disciplina pertinente à Geoprocessamento, neste Programa de Pós-Graduação, uma vez que o território que envolve a avicultura de Cachoeira tem características específicas, que podem ser documentadas, através de fotografias e de mapeamento, para uma melhor compreensão do tema, através de imagens.

Uma vez praticadas, estas relações de produção poderão gerar mais vantagens econômicas, tanto no abate das aves, quanto de sua comercialização, possibilitando uma presença do avicultor ao longo da cadeia produtiva fazendo chegar o seu produto nos mercados da região, bem como trocando experiências com os concorrentes que passarão a ser parceiros.

A partir daí surgiu a pergunta guia deste trabalho que se define em: existe alguma propensão e viabilidade socioeconômica para cooperação entre os avicultores de Cachoeira, uma vez que estes estão fornecendo os frangos para as indústrias de processamento e comercialização, mediante contratos pouco justos, com vantagens unilaterais para essas indústrias?

A princípio se colocou a hipótese de que os produtores responderiam de forma positiva, quanto à viabilidade socioeconômica na implantação de um sistema de produção cooperado, a fim de defender os seus próprios interesses. Porém, presumiu-se que, mesmo sendo um trabalho pelo bem comum, que poderia se estender para novos negócios e oportunidades para a população local e vizinha aos galpões, não se tinha indícios de propensão à cooperação dos produtores de frango, de fato.

Percebia-se ainda que, o sistema de cooperação que exige mais da iniciativa e da força de vontade dos avicultores, caracterizado por mais atenção e árduo esforço na atuação dos mesmos, poderia levar a maioria dos produtores a optar pelo individualismo, porém vinculado ao sistema de integração com as indústrias. Essa idéia

poderia ratificar a visão de individualistas que se tem dos nordestinos, e impecilho para o desenvolvimento desta região (OCB, 2012), conforme o pensamento de instituições reguladoras das organizações cooperativistas no Brasil.

1. AVICULTURA

1.1 ABORDAGEM BRASILEIRA

A avicultura no Brasil começou no início do século XX, com a criação de frangos soltos em quintais, com alimentação baseada em restos de comida, em grãos e insetos do ambiente. Essa tradicional criação visava a produção de ovos, bem como o abate das aves e consumo próprio das famílias. (LOPES, 2010 p. 39). Com o excedente desta produção, algum tempo depois, houve a comercialização, mas de forma restrita às comunidades pequenas, em feiras livres ou entre vizinhos.

A evolução do setor avícola se deu de forma bem diferenciada, acompanhando o porte continental que o Brasil possui. No Sudeste, há registros de comercialização de frango desde meados do século XIX, em algumas fazendas em Minas Gerais, porém a fundação da Sociedade Brasileira de Avicultura se deu em 1913, que teve a finalidade de aumentar as trocas de informações entre os produtores. (SAVAGLIA, 2009, p. 38).

Em alguns registros, a produção de frango foi considerada renda complementar das fazendas e sítios do início do século XX. E a partir de 1930, essa prática recebeu novas tecnologias vindas da França, através do engenheiro agrônomo francês Charles Toutain, que conheceu o melhor da avicultura, para a época, na Europa, trazendo para sua Granja do Mandi, em Itaquaquecetuba, São Paulo, onde “ele manteve reprodutores de boas linhagens, alta produção de ovos e incentivou a criação de galinhas pelo fornecimento de famosas quinas (quatro galinhas e um galo)”. (LOPES, 2010, p. 39).

Porém, a partir da década de 1940, com o crescimento populacional nas grandes capitais brasileiras acompanhando o crescimento do mercado de trabalho, a sociedade brasileira passou a demandar mais frangos já abatidos e limpos, prontos para consumo. Hábito adquirido dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. (SAVAGLIA, 2009 p. 38). Ainda até o final da década de 1950, essa produção era feita e comercializada diretamente entre avicultores e consumidores, fossem estes pequenos consumidores, fossem varejistas ou atacadistas.

Entretanto, foi entre 1960 e 1970 que significativas mudanças ocorreram no mercado avícola. Enquanto decrescia o consumo por carne bovina no mundo,

aumentava muito o consumo da carne de frango, provocando um investimento maior do Estado em estruturas para fomentar a alavancagem da produção de frango, através das bases de escoamento – logística - e das bases alimentares – soja e milho – maior composição da ração avícola. O boi passou a ser criado em confinamento, exigindo ração com base no farelo de soja e milho, que proporcionou um aumento de área disponível para plantio de mais grãos. Consequentemente, intensificou-se a oferta dos principais insumos da ração de frango: milho e soja (SILVA, 2011).

O aumento do consumo de frango foi acompanhado das mudanças tecnológicas na criação das aves, que passaram a ficar confinadas em galpões ou granjas e a se alimentarem de ração específica. Foram mudanças influenciadas pelos avanços no mercado internacional, através do qual, surgem empresas de linhagens de aves, começando a configurar o mercado avícola de forma global, e que justificou a adesão de profissionais liberais em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para melhorar a suas produções (EMBRAPA, 2010).

Esses novos ditames mercadológicos eram recebidos de acordo com as especificidades de cada território. Uma vez que os critérios sociais, culturais, ambientais e econômicos formam a territorialidade de cada setor, na avicultura se mostrou necessária a preferência por grandes produtores, em detrimento dos pequenos e médios avicultores, os quais passaram a se unir na integração com grandes indústrias de abate ou em organizações cooperativas para competir no mercado internacional de forma equivalente a esse novo paradigma de qualidade diferenciada (BELUSSO, HESPANHOL, 2010).

A integração com as grandes indústrias de processamento de frango acontece num formato específico: no sistema integrado, a indústria contrata um produtor avícola, molda as instalações conforme os critérios do mercado, estabelecidos em minuta contratual, bem como fornece médico veterinário, alimento, vacinação das aves, ou seja, todas as regras de criação e manejo dos frangos, recolhendo estes com o tempo estabelecido previamente, para o abate e processamento da carne. Essa modalidade surgiu no Brasil em meados da década de 1960, em Santa Catarina, por uma das maiores empresas do setor de importação, se espalhando inicialmente por regiões as quais possuem excedente na produção de grãos: Sudeste e Centro-Oeste,

posteriormente abrangendo o restante do Brasil, com algumas exceções a se considerar posteriormente, neste trabalho.

No Brasil, surge o incentivo a integração da indústria processadora na agropecuária, a fim de agregar valor aos produtos exportados, recebendo o apoio do Estado através da Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI), que apoiava principalmente a indústria de carnes, na instalação de maior número e tamanho de frigoríficos e mais políticas de crédito subsidiado.

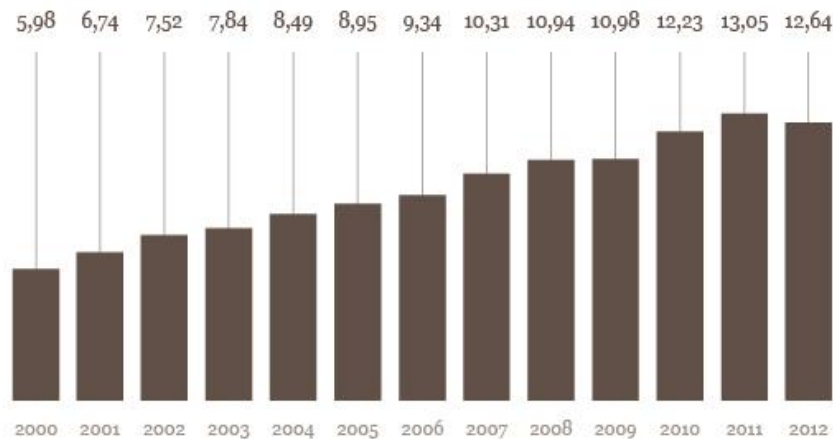
Na primeira metade da década de 1980, houve uma pequena retração na produção de frango no Brasil, devido ao subsídio à exportação na União Européia e nos Estados Unidos, bem como pela estagnação do consumo interno. Porém, no final dessa década para o início de 1990, o crescimento retomou a produção, em consequência dos novos hábitos brasileiros em consumir frango de forma mais prática, com melhor qualidade e com menor custo, devido à aceleração do estilo de vida que acompanhava às demandas da população mais moderna, e pela revolução genética que criou frangos de maturação mais rápida com menor consumo de ração (EMBRAPA, 2010).

Essas mudanças de processo, de tecnologia, biologia e de mercado consumidor, incrementaram o anseio em investir no setor avícola por parte dos setores público e privado, projetando o Brasil no destaque internacional de produção/exportação de frango de qualidade similar aos então produtores em evidência no setor. Passou-se, então, à preocupação com a competitividade, aproveitando que a década de 1990 foi marcada pela estabilização da inflação, se investindo em indústrias focadas na estratégia e na administração para satisfazer à necessidade de competir nos mercados internacionais e globalizados. (EMBRAPA, 2010).

Em 2005, o Brasil passou a ser o maior produtor e exportador de frango do mundo. Com o advento da gripe aviária, a Tailândia ficou impossibilitada de fornecer o frango e o Brasil subiu na posição de fornecimento, deixando bem para trás os Estados Unidos, que ficou em 2º lugar, principalmente porque este utilizava cloro na desinfecção das instalações avícolas, produto não tolerado pelas rígidas normas de higienização da União Européia. Porém, os estadunidenses continuavam focados em fornecer a coxa inteira para o mercado da Rússia, uma vez que internamente não havia aceitação do considerado subproduto (SAVAGLIA, 2009 p. 39).

A evolução produtiva do Brasil teve destaque, comparando-se com a evolução dos Estados Unidos. Em uma década, especificamente, de 2001 a 2011, os Estados Unidos aumentaram a produção de frango em 20%, ou seja, passou de 14 milhões de toneladas para 16,9 milhões de toneladas, enquanto o Brasil, no mesmo período passou de 6,74 milhões de toneladas para 13,05 milhões de toneladas de frango, significando um crescimento de quase 100% (GARDIM, 2011).

Figura 1 – GRÁFICO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CARNE DE FRANGO – MILHÕES DE TONELADAS



Fonte: (UBABEF, 2013).

Na Figura 1, pode-se perceber que o Brasil teve a sua produção retraída após 2011, porém ainda posicionava-se entre os três maiores produtores do mundo: Estados Unidos, China e Brasil, respectivamente nesta ordem. O 1º. lugar em exportação, desde o ano de 2004 (UBABEF, 2013) manteve o Brasil em evidência no setor, apesar desse fato demonstrar que a demanda interna não estava sendo atendida, em virtude de ser a exportação o maior foco do setor avícola brasileiro.

Até o final de 2013, havia uma previsão de 12,5 milhões de toneladas de frango produzido pelo Brasil, segundo a (UBABEF, 2013). Porém, faz-se necessário salientar que, os dados de produção brasileira de frango, ora levantados através da União Brasileira de Avicultura (UBABEF), tiveram seu limite no ano de 2012, uma vez que este

trabalho terminou de ser elaborado em meados de 2014, e ainda não havia divulgação da produção do ano de 2013.

Como em qualquer crescimento produtivo, foram levantados alguns riscos, identificados por pesquisadores de forma interdisciplinar, partindo do seguinte questionamento: “Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias?” (BUAINAIN, 2014, p. 175). E percebeu-se que são vários pontos que se relacionam na produção e com a produção avícola. Se um deles estiver sob ameaça de fragilidade estrutural, provoca vulnerabilidades, como reação encadeada em todos os outros pontos que compõem esse processo produtivo.

Esses riscos institucionais e políticos podem surgir: através das relações internacionais com outros países produtores e consumidores, em conjunto com as regulações de mercado de cada país; a partir das instituições brasileiras que regulam o setor agropecuário, bem como suas “resoluções e normas” direcionadas para o produtor brasileiro; e a falta de entendimento entre os setores internos nacionais que:

[...] revelam o desconhecimento da realidade das regiões rurais e da vivência de suas populações, além de nítido preconceito em relação a agricultura, a atividade econômica que tem sido o sustentáculo mais vibrante da estrutura econômica brasileira, especialmente nas últimas décadas, “salvando” continuamente o saldo comercial (BUAINAIN, 2014, p. 182).

Os riscos: tecnológico, sanitário, logístico e social, os quais não são menos importantes, mas que são menos ameaçadores que o risco financeiro, podem se tornar de maior impacto quando enfrentados num processo produtivo individualista.

Num sistema avícola com base na cooperação os produtores se preparam mutuamente para enfrentar obstáculos como: “mudanças climáticas”; “proliferação de doenças e pragas”; “comportamento dos preços dos insumos e dos produtos agrícolas”; “desregulamentação dos sistemas agroindustriais”; “customização” cada vez maior da produção; insuficiência da produção agrícola para abastecer o mundo, nas novas perspectivas de crescimento populacional; “continuidade do processo de inovação, seja para responder aos problemas criados pela própria tecnologia, desde a resistência às pragas até a queda da produtividade, seja para assegurar novos ganhos de produtividade e rentabilidade”; aumento da eficiência dos recursos naturais, sem perder

o foco na sustentabilidade; “elevação dos custos associados às exigências de natureza sanitária”; os custos de frete, principalmente nas altas das safras; e todo o “risco social” gerado pela possível falta de controle sobre os riscos anteriores, como:

[...] a obtenção de renda, a existência e a ocupação de postos de trabalho, e até mesmo a integridade física podem sofrer algum tipo de ameaça em face da ocorrência de tais desequilíbrios ou processos distorcidos ou anormais [...] são riscos incidentes sobre os indivíduos ou grupos de indivíduos, capazes de comprometer as suas possibilidades de reprodução social [...] são riscos que podem representar ameaças, em especial aos segmentos sociais mais pobres e com estoques de recursos mais limitados (BUAINAIN, 2014, p. 179-202).

Percebe-se que o setor avícola nasceu de forma heterogênea na região Nordeste e continua se expandindo pelos territórios com a imposição do capital sobre o ser humano. A saber das regiões que historicamente iniciaram neste mercado e que continuam a fomentar a desigualdade social, demonstra um imperceptível desempenho socioeconômico, ratificando a Teoria do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, afirmada por Furtado no século XX (FURTADO, 2009).

Entende-se que essas diferenças aleatórias ou organizadas, possuem formato relacional simbiótico, através do qual, alguns territórios dão suporte para o desenvolvimento de outros, perenizando o seu próprio subdesenvolvimento ou estagnação socioeconômica.

Com o presente potencial de expansão, cresce o setor avícola numa lógica desordenada, drenando recursos, mas não se visualizando o desenvolvimento, que deveria ser fruto da participação do país no mercado internacional. Só se percebe efetivamente os números da participação no mercado internacional de forma homogênea, em territórios totalmente apartados da realidade nordestina, por exemplo.

Os territórios possuem características diferentes, que necessitam de tratamento diferenciado, que respeitem as múltiplas culturas, climas, solo, vegetação, história, etc., a fim de alcançar o desenvolvimento, não apenas o crescimento (BRANDÃO, 2011).

1.2 MODELO NORDESTINO DE PRODUÇÃO

Historicamente a região Nordeste se caracteriza por possuir uma economia com um dos menores índices de mão de obra especializada, gerando produções

rudimentares de matéria-prima voltada para exportação, enquanto que no Centro-Sul, com seus produtos refinados, fabricados por pessoal especializado, absorve a maior parte dos benefícios regionais dos setores públicos e privados, se destacando pelo desenvolvimento tecnológico.

Essas discrepâncias entre as regiões, que ao longo dos anos contribuíram para a lacuna que o Nordeste não preencheu na economia nacional, geraram um ciclo de repetitivas adversidades, pois no Nordeste ainda se vende matéria-prima a preços mais baixos que os praticados no mercado do Centro-Sul, enquanto esta região envia para o Nordeste alimentos industrializados a preços mais altos do que os praticados em outros países (FURTADO, 2009).

Por outro lado, a camada nordestina de maior poder aquisitivo não reinvestia nos próprios negócios, como o empresariado do Centro-Sul, o que aumentava a distância e a desigualdade entre essas regiões, bloqueando o processo de desenvolvimento.

Políticas de equilíbrio entre as regiões se fizeram necessárias, uma vez que, com o excedente da produção e a concentração de renda o Centro-Sul possuía um atrativo a mais para investimentos externos, retroalimentando as distâncias interregionais, e repetindo o passado na atualidade.

Na região Nordeste, a avicultura cresceu de forma tímida. Entre 2006 e 2007, a Bahia, Pernambuco e o Ceará eram estados vulneráveis no setor e passaram a absorver alguns grandes centros de processamento de frango vindos da região Sul.

O consumo de frango continuou aumentando e para as empresas de processamento da ave se fez necessário mais ração e conseqüentemente mais grãos. O impacto, a partir daí, foi sentido na logística do fornecimento de grãos, uma vez que o percurso dessa carga para Pernambuco, por exemplo, que é fornecida pelo território de produção de grãos do MATOPIBA – território que envolve os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, e Bahia -, correspondente a três vezes o percurso de uma carga de insumo para os centros de processamento da região Sul, por serem estes próximos aos seus fornecedores. Aumenta-se, então, a discrepância entre os custos da produção de frango do Centro-Sul e do Nordeste (EVANGELISTA, et. al, 2008, p. 1-7).

No Ceará, não havia registro de produção avícola através do sistema integrado com grandes empresas, mas sim a venda do frango vivo ou o abate do mesmo no

momento da venda por pequenos e médios comerciantes. Porém, ainda assim, são vendidos frangos congelados de empresas de fora, mas com o preço baixo, compatível com a curta demanda, uma vez que o setor acredita que esse frango congelado vem com água para salientar o seu peso e os lucros das empresas.

O estado do Ceará conseguiu também reduzir seu custo de produção através do direcionamento da tributação de ICMS de toda a cadeia produtiva para somente a aquisição do milho comprado fora do estado, bem como através da qualificação de pessoa física dos avicultores. O território de MATOPIBA também fornece os grãos para o Ceará, onde por todo o estado se espalham unidades de pequenos e médios produtores de ração, contribuindo com o equilíbrio dos custos da produção avícola, junto com o programa Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), utilizado por quase todos os produtores de milho. (EVANGELISTA, et. al, 2008, p. 8).

Chama a atenção o fato de que a produção integrada esteja totalmente ausente no Ceará. De acordo com a ACEAV, o modelo ainda não prosperou no estado mercê da fragilidade da agricultura familiar estadual. Em estados como o Paraná e Santa Catarina, agricultores familiares e diversificados recorreriam à avicultura como mais uma atividade dentro de suas propriedades e dedicariam a ela a atenção necessária. No Ceará, as propriedades pertenceriam a produtores comerciais, que as entregam a gerentes e funcionários, os quais não dispensariam às aves os devidos cuidados, o que explicaria os fracassos – materializados na diminuição do número de produtores – e a resistência à implantação da produção integrada. A esses pontos podemos adicionar a característica da comercialização das aves vivas, menos exigente em termos de coordenação do que o processo criação/abate/distribuição para supermercados e para o exterior. (EVANGELISTA, et. al, 2008, p. 14)

A região nordestina ainda se encontra aquém na produção de frango, se comparada com o Sul e Sudeste, mesmo estando à frente no consumo *per capita* de frango. Esse fato se dá tanto pela difícil logística no fornecimento do milho e da soja para a região, quanto por questões climáticas, já que, sabidamente, no Nordeste os longos períodos de estiagem prejudicam as safras. Os grãos correspondem a quase 70% do insumo da ração na avicultura.

O Nordeste, apesar da sua grande área, que poderia ser disponibilizada para a instalação de granjas e para um aumento considerável da produção de frango, vem sofrendo as consequências da estiagem: os abatedouros – que necessitam de fontes

seguras de água – estão com problemas de falta de água; e a produção de insumos para a ração de frango está reduzida, já influenciando negativamente outras áreas dependentes da soja e do milho.

Atrelado a todos esses fatores as regiões Sul e Sudeste direcionam sua produção, preferencialmente, para atender a demanda de outros países, do que abastecer o mercado interno, que obviamente lhe proporcionaria menor lucratividade. Forçosamente, o Nordeste importa o frango de outros países, fazendo girar uma engrenagem descompassada economicamente.

Confirmando o aspecto logístico dos insumos da ração avícola como significativo supressor do desenvolvimento setorial no Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), divulgou, já em 2008, que o “suprimento de insumos” era o fator de “maior vulnerabilidade”, conforme Oliveira, et al, (2008):

O suprimento desses dois insumos enfrenta, além dos problemas decorrentes das condições climáticas, problemas com a logística de transporte, pois as principais áreas avícolas regionais localizam-se próximas aos grandes centros urbanos regionais, mas distantes das áreas produtoras de grãos, especialmente dos cerrados. O deslocamento da produção exige um sistema eficiente de transporte que não eleve, substancialmente, seus custos. (OLIVEIRA, et al, 2008, p. 109).

Com tantos indícios de esforços dispersos para produções individualizadas, desde aqui, se pode pensar na possibilidade de um movimento da classe avícola, em direção a um sistema de cooperação, como possível caminho para incluir os pequenos e médios avicultores, elevar os números e a qualidade da produção avícola nordestina.

Em Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, há uma presença forte do sistema de integração dos avicultores com as empresas de processamento, porém por não haver uma expressiva produção, não se detalha aqui o funcionamento nesses estados. Passa-se, então o foco de abordagem para a Bahia, uma vez que, junto a Pernambuco e Ceará, correspondem aos três maiores produtores de frango do Nordeste, até o momento.

1.3 AVICULTURA NA BAHIA

Na Bahia, antes de 1997 não havia sistema de integração. Ou eram avicultores independentes – pessoa física - que operacionalizavam junto com seus funcionários, e administravam sua produção frente aos abatedouros e mercado, ou eram empresas que possuíam suas próprias granjas e funcionários, já na década de 1980, operando de forma apartada dos avicultores independentes.

A partir de 1997, chegam a Bahia mais empresas de processamento de frango, com suas máquinas e novas tecnologias, vindas do Centro-Sul, as quais detentoras também da produção de ração, implantam o sistema de integração com os avicultores, outrora independentes. Nesse ritmo as empresas baianas independentes desse estado aderem também ao sistema de integração. Este sistema, então, passa a viabilizar a redução de custos trabalhistas para as empresas, bem como a terceirização do operacional na produção de frangos. (EVANGELISTA, et. al, 2008, p. 10).

O estado da Bahia, apesar de possuir significativa produção de milho e soja no Oeste, e de evoluir a sua produção de frango em 62% entre os períodos de 1992 e 1998, não conseguia alcançar os índices das regiões Sul e Sudeste. Porém, ainda assim, a partir de 1998, com a concentração deste setor no Litoral Norte, na região econômica do Paraguaçu e no Sudeste do estado, a Bahia viria a produzir 62 mil toneladas por ano, e o município de Conceição da Feira, no Recôncavo, passaria a ser responsável por 80% desta produção. (CARMO, 1999). Segundo Carmo:

A inexistência de matadouros frigoríficos industriais até 1997 contribuiu para que o desenvolvimento da avicultura baiana de corte não obtivesse a mesma evolução apresentada pelo Sul e Sudeste do país, sendo o terceiro Estado produtor do Nordeste, com produção inferior a Pernambuco e Ceará (IBGE, 1999). Só a partir de 1997, surgem os primeiros projetos para instalação de matadouros frigoríficos industriais na microrregião de Feira de Santana. No entanto, espera-se que esse quadro sofre profunda alteração com o funcionamento do "complexo industrial de proteínas animal" da AVIPAL e dos projetos de matadouros frigoríficos de empresas locais que se encontram em fase de instalação. A implantação desse complexo agroindustrial avícola promoverá mudanças no meio rural da região, contribuirá para a diminuição do êxodo rural, para a melhoria do emprego e da renda e alterará a forma de produção, cuja predominância tenderá para o sistema de integração vertical através de contratos de parcerias com os pequenos e médios produtores, os quais desempenham um papel de fundamental relevância a montante da cadeia produtiva de frango. (CARMO, 1999 p. 4).

Essa era a estimativa otimista de muitos pesquisadores, economistas e do Estado naquela época. Seria uma aceleração da produção para larga escala, atendendo aos parâmetros sanitários e de controle de qualidade do frango, tanto para fornecimento interno, quanto para a exportação internacional, uma vez que existia alta demanda não atendida pelos dois mercados, que os forçava a importar.

Com o passar do tempo, viu-se que os pequenos e médios produtores foram excluídos do sistema de integração, priorizando-se a atuação dos detentores de maior poder financeiro para atender as exigências das empresas integradoras e aos novos parâmetros de qualidade do produto do mercado em escala global. Alguns pequenos e médios avicultores venderam suas terras, outros arrendaram para os maiores produtores ou para alguns dirigentes das empresas integradoras baianas e para outras vindas do Sul e do Sudeste do país, expandindo e otimizando o espaço para mais galpões.

Contrariando as predições, de desenvolvimento do setor, que incluía questões ambientais e socioeconômicas, desempregou-se pessoas e se direcionou a produção e o produtor para exigências ditadas pelas empresas de integração, que buscava produzir mais, com melhor qualidade do produto e, principalmente, menores custos.

Ainda durante a década de 1980, apesar do crescimento do setor após 1970, o paradigma de subdesenvolvimento na Bahia continuava marcante, conforme Carmo (1999):

A concentração de renda no Brasil gera um aprofundamento das desigualdades sociais e promove um desequilíbrio regional através da transferência de renda das regiões subdesenvolvidas para as desenvolvidas. Neste contexto, apesar do crescimento que a Bahia vem apresentando a partir da década de 70, o Estado continua sendo um grande importador de produtos industrializados do Sudeste e Sul do país, transferindo renda para essas regiões (CARMO, 1999 p. 5).

Abordando-se comparativamente os setores avícolas do estado do Espírito Santos e da Bahia, percebeu-se que naquele estado o setor avícola tem um desempenho qualitativo mais significativo para os produtores, do que no setor avícola baiano, como indicado:

O perfil do avicultor capixaba, apesar de não ter se consolidado como produtor integrado é de busca por uma produção diferenciada e de métodos adequados e atualizados para viabilizar uma melhor qualidade na sua produção. A maioria é proprietário da terra e não possui experiência com o cooperativismo, mas tem interesse em participar de cooperativas no setor, consequência desse perfil associativo que levou a formar uma associação da classe para intensificar o aprimoramento das produções (SANTOS; BAIARDI, 2013, p. 5).

A Bahia, então, na dianteira em relação a produtividade dos avicultores capixabas, mantém a avicultura carente de avicultores satisfeitos com o sistema integrado.

Poder-se-ia dizer que houve um crescimento significativo no abastecimento do mercado avícola do Nordeste, devido a expressiva expansão de produção no estado da Bahia, tanto internamente, através dos restritos grandes produtores avícolas, quanto externamente, através de lucratividade gerada em empresas integradoras do Centro-Sul.

O paradoxo levantado se situou na exclusão dos pequenos e médios avicultores, bem como na ociosidade de trabalhadores que viviam da operacionalização do trabalho avícola, o que confirma o crescimento sem o devido desenvolvimento. O Estado esteve ausente no fomento e regulação do setor, para favorecimento de um resultado socioeconomicamente positivo para a população desse setor.

1.3.1 Recôncavo Baiano e o Município de Cachoeira

Conforme se destaca o setor avícola na Bahia, maior evidência possui a produção do seu Território de Identidade do Recôncavo, que demonstra uma visível representatividade na produção de frango, mesmo com a diluição na passagem para escalas maiores.

Procurou-se, a partir da produção avícola global até o âmbito municipal de Cachoeira, no ano de 2012, um diálogo entre as escalas que este setor abarca, conforme a Tabela 1:

**Tabela 1 - PRODUÇÃO DE FRANGO EM TONELADAS /
REPRESENTATIVIDADE POR ESCALA – 2012**

ESCALA	TONELADA	GLOBAL	BRASIL	NORDESTE	BAHIA	RECÔNCAVO
GLOBAL	82.317.000	-	-	-	-	-
BRASIL	12.645.000	15,36%	-	-	-	-
NORDESTE	370.131	0,45%	2,93%	-	-	-
BAHIA	86.440	0,11%	0,68%	23,35%	-	-
RECÔNCAVO	6.140	0,01%	0,05%	1,66%	7,10%	-
CACHOEIRA	3.113	0,004%	0,02%	0,84%	3,60%	51%

Fonte: IBGE, 2013

Elaborado pela autora.

Apesar de ter representado mais da metade da produção de frango do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia em 2012, Cachoeira teve uma tímida participação nas escalas superiores, ou seja, estadual, regional, nacional e global.

Segundo dados disponibilizados pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), (2013), referente à capacidade de alojamento de aves nos galpões, percebe-se que Cachoeira produziu apenas 11% desta capacidade naquele ano, conforme Anexo A, ou seja, ainda há grande potencial de crescimento para o setor, até porque o estado da Bahia não consegue atender nem a metade da sua própria demanda por frango.

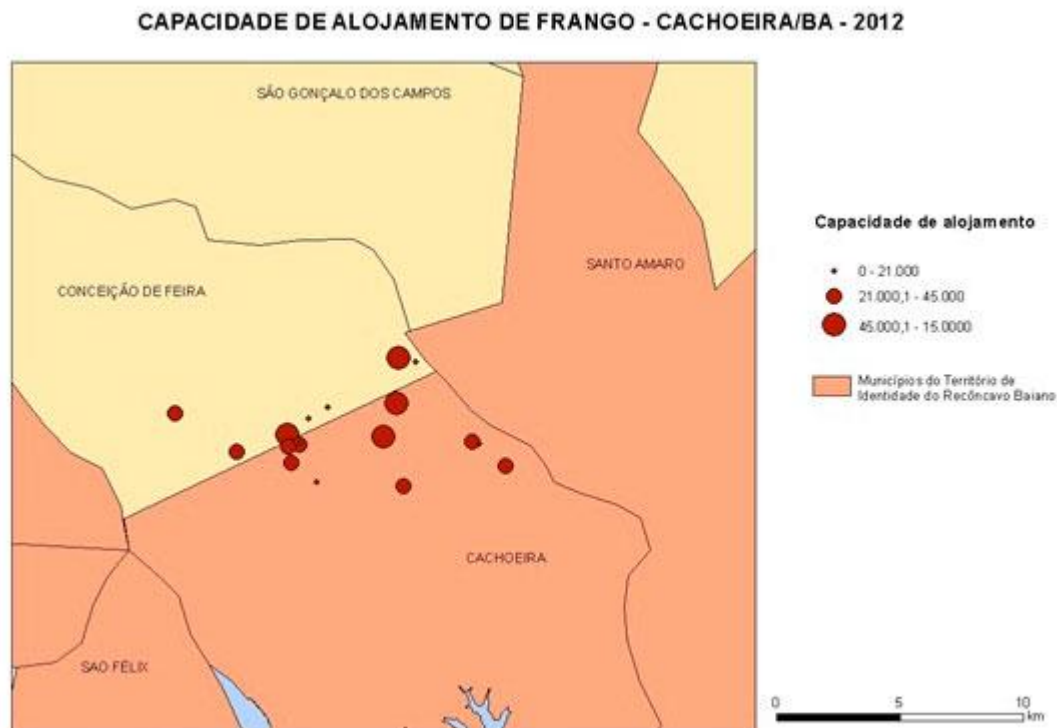
No sistema agroalimentar é visível a melhoria de qualidade dos produtos, acompanhando o aumento da densidade demográfica, bem como a mudança dos hábitos de consumo e o encadeamento de bens e serviços ao redor dos territórios de produtividade.

Essa alavancagem poderá ser mais significativa, se fomentada através de um sistema de cooperação dos produtores avícolas, de forma independente ou não das indústrias integradoras, uma vez que permitiria a inclusão dos pequenos e médios produtores, contribuindo para atender mais às altas demandas internas de abastecimento de frango.

Cachoeira, como em todo o Território de Identidade do Recôncavo Baiano, no setor avícola, parece confirmar o que Oliveira (2004) fala sobre um novo capitalismo de desaparecimento do camponês, e de permanência do proletário e da burguesia, enquanto a indústria de integração se estrutura sobre um ambiente de crescimento sem

sinais de desenvolvimento, em que o “capitalista da indústria é a empresa, enquanto o proprietário da terra e o camponês são a mesma pessoa” (OLIVEIRA, 2004. p. 42).

Figura 2



Fonte: ADAB, 2013
Elaborado pela autora

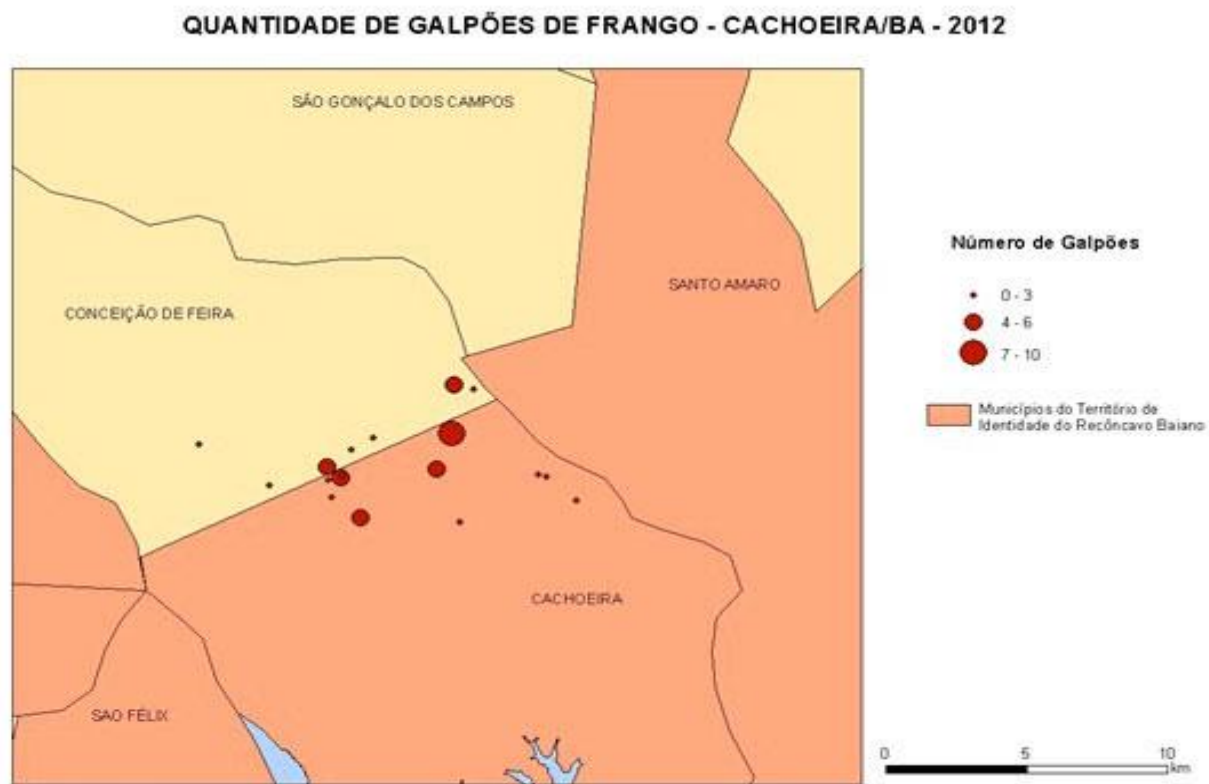
Na Figura 2, pode-se ter a dimensão do potencial de produção avícola pertinente ao município de Cachoeira. Esta reflexão foi tirada com base na tabela no Anexo A deste trabalho, no qual a ADAB afirma que a capacidade de alojamento dos galpões de Cachoeira totaliza 1.115.000 cabeças de frango, por lote. Sabendo-se que a média de peso do frango entregue para a indústria integradora é de 2,7kg, a cada 40 dias, prazo para entrega dos lotes, e considerando o ano de 2012 com 9 lotes de 40 dias, mais o peso médio acima descrito, tem-se uma estimativa de 27.095 toneladas em um ano, somente no município de Cachoeira, se utilizasse todo o potencial de alojamento descrito pela ADAB. Seria uma produção maior que quatro vezes a produção de todo o Território do Recôncavo no mesmo período.

O município e o estado nada tributam de forma direta os avicultores, conforme o Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Cachoeira (2013), mas as indústrias de integração e de insumos são tributadas. Porém, o município de Cachoeira não possui nenhuma dessas indústrias dentro da sua área, logo o setor avícola, de forma tributária, tem peso municipal nulo, apesar da capacidade expressiva de alojamento de frangos, conforme a Figura 2.

Na Figura 3, vê-se a quantidade de granjas em Cachoeira, que poderia, no uso da sua capacidade total, gerar mais negócios para a região.

Conforme a Figura 3, há significativa quantidade de galpões construídos em Cachoeira, porém as indústrias de integração estão instaladas nos municípios vizinhos, inviabilizando a arrecadação de Cachoeira sobre a industrialização do setor avícola. O retorno é superficial, a partir da movimentação econômica dos avicultores cachoeiranos, no comércio da cidade.

Figura 3



Fonte: ADAB, 2013
Elaborado pela autora

1.4 SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO NO DESENVOLVIMENTO/ SUBDESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADE

Celso Furtado (2009), economista nordestino nascido na Paraíba, incomodou-se com a situação precária que se encontrava o Nordeste, sua região natal, e no final da década de 1950, quando passou a trabalhar com o presidente Juscelino Kubitschek, a pedido deste, criou um órgão público para estímulo do desenvolvimento daquela região: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Essa idealização partiu também das reflexões sobre as diferenças discrepantes entre países, regiões e entre os estados, e que propiciaram estudos para a formulação da teoria do “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, de forma a sistematizar conceitos agregadores dessas diferenças, explicando-as e desmistificando os aspectos positivos e negativos de cada realidade espacial e temporal das regiões e países.

Comparando os países ricos com os países pobres, bem como regiões também adversas, Furtado entendeu que o “subdesenvolvimento” não era um estado provisório ou em ascensão, como se fazia pensar, mas sim, um estado imposto pelo desenvolvimento de outros espaços, pelo investimento contínuo e maciço em outras áreas, em detrimento destas que são áreas não preferidas pelo capital e conseqüentemente pelas classes dominantes.

A extração de um lucro exacerbado das indústrias, ou seja, não investir e não repartir os benefícios dos ganhos de capital para proporcionar a diminuição da heterogeneidade social, permitem características marcantes que definem a realidade de Cachoeira, quando se foca o padrão de operação das granjas e da relação destas com as indústrias integradoras, como será visto mais a frente.

Se faz pertinente salientar que continua se entendendo como importante o foco na produção e nas metas de abastecimento do mercado avícola, bem como de atender às demandas do padrão internacional. Deste foco não se deve desviar, e com essa finalidade é que a administração do setor agroindustrial desenvolveu as “governanças de sistemas agroindustriais”, que conforme Zylbersztain (2014):

Os consumidores passaram a exercer um papel de transformação na agricultura o que redundou em inovações tecnológicas e organizacionais. O surgimento do mercado de serviços de certificação exemplifica tal efeito, caracterizado pelas

formas de organização que monitoram a introdução ou a eliminação de atributos específicos nos alimentos, que exigem a adoção de mecanismos especializados de cooperação, controles e, eventualmente, de exclusão de produtores que não apresentem grau aceitável de conformidade (ZYLBERSZTAIN, 2014, p. 278).

Mas, concomitante ao viés de saciedade mercadológica, Zylbersztain também ressalta a cooperação como força atuante no trajeto do processo produtivo, e não menos importante do que as outras peças do Sistema Agroindustrial – (SAG).

[...] além dos setores e das instituições, os SAGs incluem diferentes organizações (estruturas de representação dos setores ou dos sistemas de produtos organizadas com base no território onde atuam) que dão suporte ao seu funcionamento. Tais organizações podem ter caráter de ação coletiva (como cooperativas, instituições de pesquisa, agentes certificadores especializados ou agentes financeiros) e existem para gerar margens ou defender as margens dos seus membros [...] (ZYLBERSZTAIN, 2014, p. 284).

A ausência de qualificação profissional com os baixos salários, aliados aos empregos informais, estimulando a baixa produtividade, bem como uma extensa fila de espera por uma vaga de trabalho, mesmo nessas condições, é o ambiente propício para a chegada de indústrias que procuram uma massa trabalhadora sujeita a quaisquer condições de trabalho.

O produtor avícola, impossibilitado, por exigência contratual, de diversificar a sua produção e de agregar outros ganhos complementares, recebem a imposição de ganho unilateral das indústrias e vive no ambiente propício para surgir organizações que defendam seus membros, hoje com a tecnologia como parceira na gestão e no desenvolvimento dos processos produtivos.

O terceiro elemento relevante na governança privada em SAGs são as cooperativas agropecuárias, que tanto podem fazer o papel de organizadores da produção (à semelhança do que faz o intermediário) como podem exercer o papel de coordenadores de parte dos SAGs, especialmente no que diz respeito à coordenação horizontal. Causa certa estranheza que uma forma de organização tão relevante no agronegócio brasileiro receba atenção tão limitada por parte da academia (ZYLBERSZTAIN, 2014, p. 290).

No aspecto desenvolvimentista, além da industrialização, medidas que fomentassem a satisfação das necessidades básicas da população, em primeiro lugar, o aumento da produtividade com diminuição das distâncias entre as classes sociais e o

bem estar da população, proporcionariam uma otimização da qualidade de vida desta, e o planejamento da ação pública por intervenção do Estado, se mostrariam eficazes na otimização do sistema econômico aliado a esfera tecnológica, a fim de se desconcentrar e propriedade privada e a renda da região (FURTADO, 2009).

Não se gerou um número de vagas de trabalho que justificasse a redução de pessoas ociosas do trabalho informal, bem como que justificasse a não migração de algumas dessas pessoas para a marginalidade.

De forma perceptível, o alto índice de desemprego auxiliou no aumento da violência naquele município, que associado ao alto índice de natalidade, acelera a propensão ao aumento das deficiências sociais. Como as áreas urbanas tem maior atenção das autoridades públicas através do policiamento, as áreas periurbanas e rurais passam a sofrer mais abordagens violentas por parte dos marginais.

A automação presente, através de tecnologias mais modernas, se concentra nas indústrias de abate, assim como o consumo elitizado e exacerbado de poucos, pertencentes às classes dominantes, surgem dos arredores, dos fornecedores de bens exclusivos para tal classe, como os fornecedores de Feira de Santana e de Salvador, há 45 e 120km de Cachoeira, respectivamente.

No relatório da Associação Baiana de Avicultura (ABA), dirigida pelos gestores das indústrias integradoras, o crescimento da produção de frango neste espaço tem sido grande, ou seja, entre 2000 e 2010, “a avicultura baiana teve um crescimento de 278%”. (ABA, 2011), e continua ascendente, porém com o fator de acumulação de capital apenas em foco para essas indústrias. Por isso, para Celso Furtado que já vivenciava esses aspectos pseudo-desenvolvimentistas em escala maior, esse processo só deteriora as relações e aumenta o espaço de desigualdade e de desnível socioeconômico, ou seja a própria heterogeneidade social.

Que significa, em última instância, essa heterogeneidade? Que o desenvolvimento econômico é um processo acentuadamente desigual: surge em uns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade a outros, toma vigor em determinados lugares, aborta noutros, etc. Nem é nem poderia ser um processo uniforme, pois a constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada parte é obviamente diversa. (FURTADO, 2009, p. 111).

Para Brandão (2004), o espaço que se caracteriza como território desenvolvido tem peculiaridades que envolvem poder e decisão em projetos sociais/políticos, permanecendo o Estado apenas como animador e sensibilizador.

O município de Cachoeira integra o Território de Identidade do Recôncavo Baiano, segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN). Incluindo o direcionamento de políticas públicas e de verbas para diversos aspectos desenvolvimentistas, as reuniões entre a comunidade cachoeirana, a SEPLAN e a Coordenação Executiva do Colegiado do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia (COORDEX), contemplam as prioridades e os passos a serem seguidos na implantação dessas políticas e de outras a serem também definidas nessas reuniões.

Apesar de toda essa participação, ainda não se visualizou o setor avícola sendo abordado para implantação de quaisquer medidas que o alavanque, assim como o faça crescer de forma a agregar outros setores a esse segmento da economia, conforme Lista de Propostas do Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, que significa:

Instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública – federal e estadual -, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada (SEPLAN, 2012).

Brandão (2004) menciona no livro “Desenvolvimento e Territorialidade”, que o espaço tem que ser visto de forma dinâmica, fruto de conflitos e disputas e ação de classes sociais, se reproduzindo historicamente. Nesse patamar essa teoria pode ser aplicada ao fato de Cachoeira, historicamente ter sido palco de lutas e de conflitos, que geraram inúmeras mudanças e evoluções nas relações de trabalho, desde a época de escravidão, com a produção e comércio da cana-de-açúcar, posteriormente o segmento de fumo com o trabalho de mulheres, o de mandioca e, atualmente a avicultura, que ratifica algum tipo de relação trabalhista de subjugação.

Quando se perguntou ao assessor do MDA e ao Reitor da UFRB, sobre o sistema atual de integração na avicultura de Cachoeira, afirmaram que este é um problema para as comunidades, as instituições de ensino e os avicultores tentarem resolver, sem incluírem o Estado, é sugestivo de que os conglomerados empresariais podem vir a gerar conflitos de interesses tanto na economia, quanto na política.

Segundo Furtado (2009), é pertinente para fomentar o desenvolvimento, que decisões sejam tomadas que justifiquem investimentos, criando focos de oportunidades e vantagens que possam ser apropriadas por esses investidores, bem como mobilizar recursos e capacidades que outrora tenham sido mal utilizadas, readequando-as à novas necessidades. São decisões tomadas a partir de tensões e desequilíbrios, ratificando a máxima de que o caos geralmente leva ao desenvolvimento.

Esse pode ser um desenvolvimento a partir do apoio mútuo e da profissionalização, fruto da cooperação, ou seja do associativismo/cooperativismo, bem como da capacitação dos avicultores e dos seus empregados, tanto para administrar melhor e se organizar de forma eficiente e eficaz, quanto para atrair novos investidores, que entrariam no encadeamento do setor avícola.

O encadeamento produtivo, que é a própria visibilidade socioeconômica da avicultura, envolve os produtores de insumos como ração, os fornecedores de equipamentos, de produtos de engorda e tratamento das aves, bem como os profissionais da área de saúde animal, pesquisas, etc., gerando “os nexos de complementaridades intersetoriais”, interrompendo a relação atual de integração, mas proporcionando o entendimento, a orientação e a ordenação dos processos, bem como a geração de emprego em maior quantidade e melhor qualidade, dentro dos padrões do associativismo/cooperativismo. (BRANDÃO, 2004, p. 65)

Nessa perspectiva, a dimensão territorial do desenvolvimento abordada por Brandão, inclui necessariamente combinações de projetos e de processos que não acontecem com rigidez de diretrizes, mas que se ligam e que ecoam entre os setores econômicos de forma flexível e compatível com o ambiente de atuação. Esses procedimentos refletiriam na produção e comercialização em escala municipal, se estendendo reflexivamente na economia do Recôncavo Baiano em escalas maiores, ou seja, ligando seus municípios em busca de objetivos comuns dentro do próprio território, para também estender os benefícios econômicos às comunidades de outros territórios próximos.

Os avicultores, a princípio, poderiam ser mobilizados pela SEPLAN/COORDEX, no intuito de ampliar o campo de atuação deles, envolvendo a coletividade em ações emancipatórias e disruptivas, que possam absorver, educando e qualificando as

populações marginalizadas, que se envolvem em delitos, gerando novas vagas de emprego e fomentando uma homogeneização social inexistente na atualidade, que poderia alcançar uma reversão das terras improdutivas e da violência daquele território.

Essa inspiração é baseada em idéias comunitaristas do associativismo/cooperativismo, promovendo ações que compensem a estagnação dessas áreas, e aproveitam o potencial de negócios já desbravado pelas indústrias integradoras.

Transferindo a frase de viés macro: “A necessidade do resgate de nossas diversidades enquanto maior força estratégica do processo de desenvolvimento brasileiro”, (BRANDÃO, 2004, p. 73), para a realidade micro do Recôncavo Baiano, pode-se dizer que: é imprescindível respeitar as diversidades do Território do Recôncavo, que são muitas entre um município e outro.

Cachoeira, apesar de ser a cidade mais antiga deste território, pode fomentar uma atuação mais contemporânea dos seus segmentos econômicos, deixando-os repercutir positivamente no âmbito social, atuando de forma cooperativa, com parcerias com objetivos coincidentes, ações focalizadas com intenção de estimular o território, num formato mais contínuo que perpassasse os mandatos de cada administrador do município, ou seja, “hierarquizar decisões e orientá-las para um espaço de tempo mais largo”. (BRANDÃO, 2004, P. 74).

1.5 SISTEMA INTEGRADO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO

O setor avícola de Cachoeira, como descrito no início, se encontra estagnado, no que se refere às iniciativas dos produtores, os quais esperam as decisões das indústrias integradoras para a movimentação do processo produtivo e de comercialização das aves. Nesse aspecto, o sistema de desenvolvimento endógeno se mostraria inicialmente capaz de prescrever ações que corroborassem para iniciativas de dinamismo do setor no município.

O desenvolvimento local endógeno (DLE), indicaria para o setor avícola de Cachoeira: o aproveitamento de potenciais econômicos, de pessoas, de recursos naturais e culturais, se originando de dentro do município, numa movimentação mais

focada numa lógica econômica de produção e de reinvestimento no próprio município, para conseguir abarcar o mercado externo por consequência.

A partir da articulação dos avicultores num empreendedorismo latente, relegando o Estado a força de estímulo e de regulação, formar-se-ia uma rede de relacionamentos através de pequenas empresas, de associativismo/cooperativismo, fomentando uma economia de escala e gerando recursos que fossem reinvestidos internamente, para se solidificar a economia do próprio mercado e depois formar os relacionamentos com outros mercados, gerando “externalidades positivas” e “o potencial de desenvolvimento dos territórios”. (BRAGA, 2002, p. 25).

Uma democracia participativa é necessária nesse processo, bem como uma maior distribuição de renda, interligação entre as empresas para reduzir custos de insumos, buscar alternativas comuns e inovações tecnológicas a custos mais baixos, trocando experiências, a fim de reduzir os riscos e alcançar com maior eficiência os mercados externos. São aspectos que se formam em decorrência do senso de pertencimento que se mostra muito maior do que o desejo pelo lucro rápido e unilateral, indo de encontro aos parâmetros negativos da globalização, e apoveitando o senso de cidadania que as pessoas demonstram mais exercer nos seus locais de origem e locais adjacentes.

O Estado passa a ser facilitador, intervindo quando na necessidade de melhoria da estrutura para viabilizar novos negócios, contrariamente ao desenvolvimento de cima para baixo, que a cultura, os aspectos locais não são respeitados, e o Estado apenas impõe suas diretrizes nacionais e regionais, tratando o local com generalizações.

Inicialmente falou-se que o DLE foi pensado como facilitador para o desenvolvimento da avicultura em Cachoeira. Porém, percebeu-se na literatura que ele sozinho não geraria uma efetividade nesse processo, uma vez que há um risco grande dessa endogenia gerar um individualismo negativo, que poderia vir a minar a solidariedade entre os territórios, fragmentando as decisões e formando novamente uma classe dominante autoritária que acabe com a equidade e a inclusão social, que vislumbram a homogeneização social (FURTADO, 2009).

Outros aspectos negativos estão dentro do risco de reducionismo, em que o desenvolvimento nacional e regional não têm possibilidades alternativas específicas para ampliar o campo de atuação. Fomentar-se-ia um território isolado sem integração com escalas mais amplas, atentando contra a realidade de globalização em que se está inserido inevitavelmente e condição mutiescalar do desenvolvimento (BRANDÃO, 2011). Assim também se faz necessário a preocupação com os obstáculos que se apresentam para as alternativas de solidariedade e de inclusão, pois estes obstáculos são as lógicas de mercado individualistas, que minam as políticas distributivas e de compensações locais.

Para se fugir desses aspectos negativos, pode-se utilizar o DLE de forma complementar ao desenvolvimento geral e desenvolvimento territorializado, avaliando as políticas nacionais para adequá-las ao âmbito local, respeitando as suas próprias características. São ações mais eficazes do Estado, através das regulações sobre a força de trabalho, e menor flexibilização sobre a força do capital; uma maior autonomia na participação dos municípios para criar leis, evitando extremismos nas determinações legais do estado, que impõem diretrizes através da hierarquia estadual para municipal, as quais as determinações municipais não podem sobrepor.

Quando Schneider, elaborou sua dissertação (2010) sobre a realidade rural de uma pequena cidade no Mato Grosso do Sul, adentrou referencialmente na realidade européia, na fase pós-fordista de 1980, época em que não se falava em desenvolvimento local (DL) no Brasil, pois na realidade deste país o foco era para o mercado externo e com referencial maior nas grandes cidades e grandes indústrias.

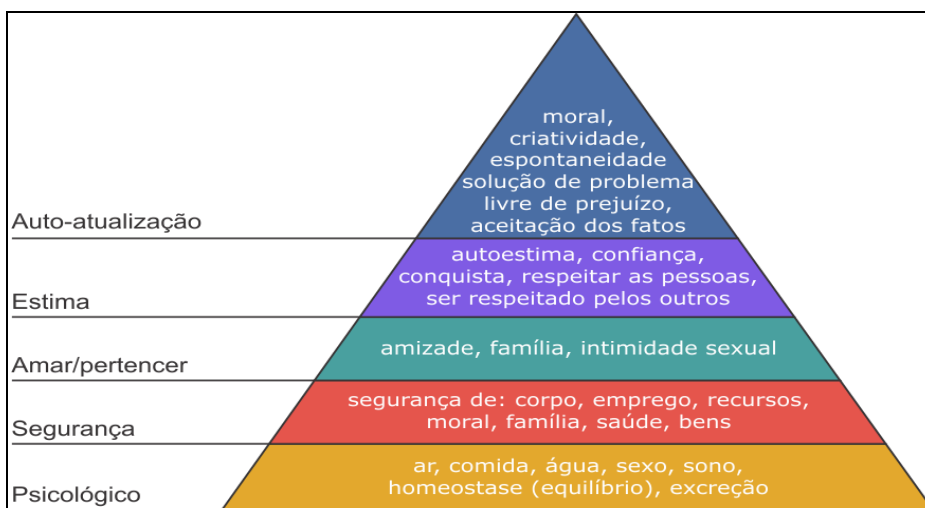
O autor enaltece o processo “local endógeno” da realidade européia, e essa fala denuncia uma carência no entendimento da especificidade dos espaços, uma vez que não há lugares melhores ou piores. Não se pode esperar diagnóstico e tratamento igualitários para problemas semelhantes em contextos diferentes. Mas, de certo que, essas obras acrescentam em seu conteúdo um tema influente em ambos os países, na finalidade de impulsionar o DL: a educação. (SCHNEIDER, 2010, p. 19)

Nesse patamar, Schneider encontrou problemas similares no continente europeu, compatíveis com a zona rural brasileira: o êxodo rural, por exemplo. São fatos que minimizam projetos e recursos de desenvolvimento do local, direcionados para

zonas empobrecidas. Porém, procedimentos foram adotados, mais incisivos e descentralizadores, alavancando estes locais com grandes incentivos para quem permanence e investe no ambiente, mostrando maior investimento nesses recursos na Europa do que no Brasil. (SCHNEIDER, 2010, p. 20-22)

Já no ambiente latinoamericano, Schneider, buscou em teóricos chilenos e nicaraguenses, sustentar algumas opiniões, que se ligam diretamente à necessidade do DL estar atrelado à satisfação das necessidades básicas das populações de um espaço/região. Essas necessidades se tornaram mais conhecidas através de teorias que foram criadas no início do século XX, para estimular a motivação dos seres humanos no trabalho, as quais foram sistematizadas e expostas através da famosa Pirâmide de Maslow, conforme Figura 4.

Figura 4 – PIRÂMIDE DE MASLOW



Fonte: Blogit, 2013

Através da construção de novas necessidades impostas aos seres humanos, compatíveis com a realidade de um capitalismo mais opressor e num padrão internacionalizado, surgiram novos problemas a este indivíduo, como estresse, depressão, entre outros transtornos mentais.

Entendeu-se que, a partir da consciência da distância do desenvolvimento diante dos pequenos territórios, a “endogenia” desenvolvimentista se faz necessário, a partir da captação de tecnologias externas e globalizadas adequadas à realidade

socioeconômica e cultural da localidade a ser desenvolvida. Isto significa, estudar a cultura e as reais necessidades de um território para oferecer-lhe tratamento customizado, respeitando suas características, sem perder o foco na sustentabilidade.

Direcionar-se a um ponto chave na busca de modos e elementos adequados para lidar com as dificuldades de um território, que é a especificidade das soluções ao paradigma do espaço dos problemas, com a participação da sociedade local, agregando o desenvolvimento humano como fator primordial para implantação de um projeto de desenvolvimento rural, focando principalmente o fator educacional para abertura da capacidade de assimilação das diretrizes desenvolvimentistas. Essa pode ser uma base sólida do desenvolvimento humano de forma aberta e progressista, que se refletirá em ganhos no todo da sociedade (SCHNEIDER, 2010, p. 23).

Vásquez (2001), já afirmava antes, sobre a importância do “desenvolvimento local endógeno”, ou DLE:

Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente de desenvolvimento endógeno. O conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. (VAZQUEZ, 2001, p. 57)

Através do DLE, é possível se alcançar a cooperação entre empresas, gerando estratégias de redução de custos, atualizações nas estruturas tecnológicas, e maior refino nos produtos/serviços, para concorrer no mercado à altura de grandes empresas. Esse paradigma gera qualificação de pessoal local, bem como maior rede de negócios no entorno. O Estado passa a ser facilitador, construindo/melhorando as estruturas fiscais e logísticas, tanto internamente, quanto para expansão dos negócios no mercado externo.

Através da visão brasileira sobre o DLE, surgem tentativas, erros e acertos, que são as variáveis que influenciam o êxito desse processo no Brasil. Schneider (2010) define bem o desenvolvimento como a fase borboleta de uma lagarta, saindo do invólucro, se expandindo e alcançando novos horizontes.

Podem representar bem as melhorias na qualidade de vida, direcionando essa melhoria para o desenvolvimento comunitário, que está inserido na transformação voluntária e gradual de expansão, tendo cada grupo o seu desenvolvimento próprio, independente de outros grupos, longe do ganho unilateral, acúmulo de riquezas, e lucro a qualquer preço.

Nesta ligação entre o desenvolvimento e a figura metafórica da borboleta cabe salientar que o processo de desenvolvimento tem continuidade e que não se torna estanque em nenhum momento, sempre passando por etapas que se retroalimentam, como o contínuo nascimento de novas borboletas, sem haver parada final ou topo a ser alcançado.

O autor cita a responsabilidade social como estratégia das empresas para estimular um processo de participação das comunidades nos próprios problemas, atrelada a uma facilitação no trabalho destas empresas na sua relação com a comunidade, bem como o desenvolvimento do marketing empresarial no mercado. (SCHNEIDER, 2010, p. 28)

2. COOPERAÇÃO, DA GÊNESE A REALIDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por uma onda individualista na Europa, pelo orgulho, pela potência e criatividade. Especificamente na França do século XIX, por exemplo, o Código Civil permitia o livre exercício das vontades próprias, do individualismo, independente das consequências para as outras pessoas. Vivenciando esse paradigma, os burgueses não conseguiam alcançar a plenitude da eficácia dos “direitos políticos e sociais”, passando a necessitar de apoio do Estado, como regulador e assistencialista para se fomentar o desenvolvimento da sociedade (MORAES, 1997, p. 8).

Após a Segunda Guerra Mundial, as pessoas criaram consciência de coletividade, se lançando num novo paradigma de ajuda mútua e de “solidariedade social”, fruto do sofrimento vivido nas tragédias da Guerra. A solidariedade foi falada e fomentada desde os primórdios da ligação do indivíduo com a teologia, com a ética e a moral. Desde que a história revelou o cristianismo, este aparece atrelado a solidariedade ao próximo, à caridade, à fraternidade, ao assistencialismo, para atender aos desígnios de Deus Poderoso e Benevolente, que é o Pai de todos incondicionalmente (MORAES, 1997, p. 9).

Essa abordagem teológica inspira, a partir do século XIX os primeiros escritos oficiais que a Europa redigiu para regulamentar o apoio ao indivíduo: “Começava a tomar forma uma igualdade de direito fundada em valores sociais, fecundada pela solidariedade social, que servirá de base à igualdade substancial e à justiça social” (MORAES, 1997, p. 5).

A partir da noção dos malefícios que muitos seres humanos havia sofrido em decorrência das práticas individualistas, parece ter se iniciado movimentações de regulação da vida social, desde então, mesmo tendo na diversidade cultural das cidades um peso opositor à solidariedade e ao comunitarismo.

No Brasil, a Constituição de 1988 formalizou a regulação do apoio ao indivíduo, como membro do social, como parte de um todo, do social que tem a importância

salientada sobre o próprio indivíduo. O direito a liberdade é garantido e aparece atrelado ao da solidariedade, a vivenciar na coletividade, porque entende-se que não faz sentido um indivíduo viver isolado, sem apoio e sem apoiar um outro indivíduo.

A este significado soma-se um outro mais abrangente e relevante. A Constituição, ao estatuir os objetivos da República Federativa do Brasil, no art. 3º, I, estabelece, entre outros fins, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Ainda mesmo no art. 3º, no inciso III, há uma outra finalidade a ser atingida, que completa e melhor define a anterior: a erradicação da pobreza e da marginalização social e a redução das desigualdades sociais e regionais. [...] Não há espaço, no projeto constitucional, para a exclusão; mas também não há lugar para a resignação submissa, para a passiva aceitação da enorme massa de destituídos com que (mal) convivemos (MORAES, 1997, p. 2).

A abordagem solidária, então, passa a regular toda a vida em sociedade: Nos direitos a propriedades, contratos que garantem direitos e deveres de partes envolvidas em atos de negociações, regimentos de convivência em espaços individuais e comuns (condomínios), nas regras para transitar nas ruas como pedestres ou como condutores de veículos, mas, principalmente, o direito à moradia, à saúde, à alimentação, ao lazer, à inclusão de portadores de necessidades especiais, a manifestações de religiosidade, entre outros.

O projeto de uma sociedade livre, justa e solidária contraria a lógica da competição desmedida e do lucro desenfreado, presentes em situações jurídicas subjetivas de cunho patrimonial (o ambiente do ter) – situações próprias, alias, de um sistema capitalista sem qualquer moderação, sem valores sociais a proteger, onde vigora a máxima, proveniente de conhecida expressão popular, de que é “cada um por si e Deus por todos”. Esta lógica foi, por determinação constitucional, substituída pela perspectiva solidarista, em que a cooperação, a igualdade substancial e a justiça social se tornam valores precípuos do ordenamento, que está contido na cláusula de tutela da dignidade da pessoa humana (MORAES, 1997, p. 17).

A partir dos estudos da Sociologia moderna, depara-se com uma abordagem, através da qual o indivíduo não existe, mas sim as pessoas, que por natureza se complementam, fazem parte do indivíduo como ser plural, sem perder suas características individuais e únicas, porém coexistindo entre si.

Percebe-se que a solidariedade pode ser imposta através de regras, manifestada por interesses pragmáticos, com finalidade de exclusão de indivíduos ou de outros grupos, mas principalmente, para fins de interesses individuais, dentro do coletivo.

Através de Baiardi (2011), pode-se registrar que outros autores também entendem a solidariedade como inerente ao indivíduo, independente do sentido propulsor deste princípio, como através deste trecho, sobre Elinor Ostrom:

Para a autora, o senso de pertencimento, a identidade, transcende a mecânica inserção no local de trabalho ou afiliação religiosa. Embora esses condicionamentos possam favorecer a cooperação, é necessário que o indivíduo calcule racionalmente aquilo que melhor atende a seus interesses e aja de acordo com isso, o que não exclui a contribuição para o bem público com a generosidade, até mesmo sem hesitações, sem a intenção óbvia de obter um benefício próprio. [...]. Segundo a autora, a tomada de decisão, na linha de promover e participar da ação coletiva, está intimamente ligada ao processo de cognição. Nesse sentido, sugere que o enfoque neoinstitucionalista é aquele que percebe o indivíduo como um ser racional, que toma suas decisões baseado no conhecimento que possui sobre um determinado assunto, estando tal conhecimento, por sua vez, atrelado intimamente aos valores institucionais que influenciam decisivamente a sua tomada de decisão (BAIARDI, 2011, p. 209).

Historicamente cada território tem sua identidade particular, que o difere de outros territórios, o que será abordado no decorrer deste trabalho, mas, já salienta-se que, na questão da solidariedade, parece ser estabelecido um princípio que estimula diversas ferramentas utilizadas para agregar benefícios e sustentar a vida das populações, como associações, cooperativas, sindicatos, grêmios, entre outras formas de organização de apoio mútuo. Esse princípio norteia o desenvolvimento dos territórios, tornando-os mais adequados a uma melhor qualidade de vida das suas populações.

As populações formam suas coletividades, essenciais para sobrevivência, seja através: das massas ou ajuntamentos ocasionais e não estruturado; das comunhões, numa situação de crise; das comunidades, mais estáveis, concretas e permanentes. São laços que envolvem sentimentos e iniciativa (SCHNEIDER, 2010, p.45).

Nos territórios em que se consolidam e se configuram a cooperação através de formação de comunidades e associações, a assistência mútua, estimulada como direito social dos cidadãos desde a Constituição de 1988, se contrapõem ao assistencialismo por este ser fomentador da acomodação da população, a espera de ajuda, que é trocada por favores eleitoreiros. De forma contrária, a cultura e os hábitos associativos, coletivos e empreendedores geram independência, troca de experiência, norte para

ações que configuram o clima de cooperativas, sindicatos entre outras classes de ajuda mútua e de superação dos obstáculos (SCHNEIDER, 2011).

No município de Cachoeira, a Secretaria Municipal de Agricultura, é apelidada por alguns cidadãos cachoeiranos de “Secretaria da Cooperativa”, pois a sua administração diz focar a solidariedade entre os indivíduos das comunidades, fomentando a criação de atividades que proporcione a participação desses indivíduos e dêem retorno ao coletivo, tanto economicamente, como socialmente (LOBO, 2013).

Mais a frente deste trabalho será mostrado o funcionamento dessa Secretaria, de forma mais detalhada, e qual o paradigma percebido através das conversas informais com “agregados” e vizinhos da sede desta organização.

2.2 FORMAS DE COOPERAÇÃO

Associação, cooperativa e consórcio de produtores rurais utilizam a cooperação entre as pessoas, tendo como base a confiança e a disposição para a ajuda mútua. São reuniões de pessoas com objetivos comuns e que utilizam os seus conhecimentos, as suas competências e habilidades para alcançar esses objetivos, mas têm principalmente, a satisfação e a motivação como propulsores das pessoas envolvidas.

Cooperativa, associação e consórcio de produtores rurais, derivando do princípio solidário entre pessoas de interesses comuns, têm finalidades bem parecidas, mas também características específicas, podendo cada uma dessas organizações existir juntas ou separadamente sem perder o foco específico de cada uma.

2.2.1 Associação

A associação não possui fins lucrativos. Ela defende os interesses dos associados, como parte dos benefícios oferecidos, por fazerem parte da organização, mediante remuneração paga mensalmente. Essa remuneração sustenta a estrutura associativa: os funcionários que nela trabalham; os serviços oferecidos aos associados; e o patrimônio imobiliário, seja imóvel próprio ou alugado, que sedia a associação.

Possui foco na prestação de serviços: às minorias ou pessoas com limitações (mendigos, idosos, viciados em álcool ou drogas); atua na defesa dos interesses de profissionais, como de policiais, professores, bancários, produtores rurais; de outras classes, como pais de alunos, moradores de determinada comunidade, vítimas de algum acidente; entre outras modalidades associativas que procuram facilitar o relacionamento socioeconômico com outras pessoas físicas ou jurídicas (LORENZO, et al, 2009, p. 6-9).

Segundo o SEBRAE, (2013): “O conceito de associativismo está relacionado à adoção de métodos de trabalho que estimulem a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento do capital humano, entre outros fatores”.

As associações são mencionadas há mais tempo do que o sistema cooperativista. As primeiras associações oficialmente reguladas na história foram as religiosas, porém na pré-história os indivíduos já se associavam para sobreviver: na Grécia antiga o culto à prática de esportes e as palestras de educação reuniam muitos afins que se associavam tornando esses hábitos o objetivo das atividades associativas; já na antiga Roma, organizações profissionais, clube de jovens e escolas de gladiadores definiam este perfil de atividades; na Idade Média, com as irmandades da Igreja Católica, as ordens militares e as corporações; no século XIX, o avanço da diversificação e da importância das associações se faz mais visível com o surgimento dos sindicatos, das cooperativas, associações desportivas e de cultura e recreio, ou clubes recreativos.

No Brasil, a partir de 1860, houve uma multiplicação de associações, em sua grande parte de foco beneficente, em grande maioria na região Sudeste. Eram classes que se uniam para praticar a ajuda mútua em diversos segmentos, que viabilizassem uma vida menos conturbada nas profissões, na inclusão social, na economia, nas artes, entre outras abrangências.

Alguns autores entendem que as associações precederam a formação de sindicatos e de outras organizações de defesa de classes trabalhadoras e profissionais, enquanto outros autores defendem um trabalho paralelo entre ambos, numa mesma época. Conforme Jesus (2007):

[...] se evidencia de modo contundente a fragilidade da tese segundo a qual as sociedades de socorros mútuos representavam uma fase inicial e curta do

movimento operário, sucedida pelo aparecimento dos sindicatos. Pelo contrário, de acordo com o estudo que faz das cidades de São Paulo e Santos, o mutualismo teria crescido entre os trabalhadores urbanos desde o final do século XIX até meados da década de 1920, período em que São Paulo se industrializava rapidamente, como resposta à ausência de mecanismos institucionais que regulassem a relação capital-trabalho, atuando ao lado dos sindicatos (JESUS, 2007, p. 149).

Percebe-se que, independente da cronologia do surgimento e provável parceria ou continuação de origens destas organizações, as associações tinham uma finalidade voltada para um mutualismo mais endógeno ou reciprocidade de atos, enquanto os sindicatos se focavam mais nas relações dos seus afiliados profissionais, operários, e outras classes, com o poder que os contratava.

A percepção das associações como espaços de manifestação de solidariedades horizontais, em contraposição à ideologia que preconizava relações verticalizadas, entre o século XIX e o século XX, constitui uma alternativa importante introduzida na abordagem do fenômeno associativo (JESUS, 2007, p. 152)

No século XX, o viés do associativismo de substituição ou complemento ao trabalho do Estado foi se tornando mais evidente, uma vez que o direcionamento foi dado para a defesa do meio ambiente, ações sociais e saúde.

As lacunas do Estado vêm sendo substituídas pela miséria do povo, que inclui principalmente a falta de saúde e de educação, mas também o desemprego, o sub-emprego e o mercado do crime. No entanto, ao perceber o lado de cooperação do ser humano, pode-se pensar em substituir essas lacunas por ações e organizações que estimulem a ajuda mútua, bem como fomentem nos indivíduos a sensação de ser útil para a coletividade em que se vive, e na vida de forma geral.

Os estados que mais se aproximam do modelo de desenvolvimento, conforme citado anteriormente, são Rio de Janeiro e São Paulo. E estes têm, uma história substancialmente ativa na cooperação. Assim, Jesus, Ronaldo P., (2007):

Como conclusão, podemos afirmar que Rio de Janeiro e São Paulo foram os pólos mais importantes onde o fenômeno do mutualismo se disseminou de modo mais intenso entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Em ambos os casos, o mutualismo deve ser entendido como pertencente ao conjunto das experiências que se manifestaram concretamente em práticas de solidariedades horizontais, aglutinando homens e mulheres (em geral pobres

e trabalhadores) e gerando uma cultura emergente, diante das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que marcaram o período. Para além do peso do fenômeno mutualista nos dois centros, fica evidente o “caráter precoce”, em termos comparativos, do surgimento das mutuais na cidade do Rio de Janeiro, já na primeira metade do século XIX (JESUS, Ronaldo P., 2007, p. 155).

É sabido que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo emergiram sob a égide da pobreza, da fome e da luta de classes. Porém, a solidariedade que proporcionou todo o paradigma de mútua ajuda, ou auxílio comum aos excluídos, levou a se ratificar a cooperação como alternativa principal em grandes entraves socioeconômicos. Essa é uma opção a ser considerada, em conjunto com outras que venham a surgir, para alavancar um planejamento que envolva as pessoas, respeitando as suas características em todos os seus aspectos.

2.2.2 Cooperativa

A organização cooperativa possui fins lucrativos, ou seja, é focada na valorização econômica dos seus associados e na inclusão destes no mercado formal globalizado. Ela possui muitas características de uma organização empresarial comum, porém salientando o aspecto inclusivo dos pequenos e médios interessados em se cooperativar, com viés de equidade distributiva das receitas voltadas para a participação produtiva/comercial e não para a participação do capital.

O cooperativismo, por sua vez, apresenta uma relação estreita com o conceito de capital empresarial ou cultura empreendedora. Em sua essência, o cooperativismo caracteriza-se por uma forma de produção e distribuição de riquezas baseada em princípios como a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade. Desta forma, para que o cooperativismo seja eficiente no sistema econômico, é fundamental o crescimento da atitude pró-ativa dos agentes locais que se tornam sujeitos protagonistas do seu empreendimento, melhorando, assim, as condições de renda dos cooperados, bem como as condições de trabalho e a independência do trabalhador. Nota-se, aí, a importância de uma atitude empreendedora dos sujeitos, como preconiza o conceito de capital empresarial (SEBRAE, 2013).

Se tratando especificamente da cooperativa de produtores agropecuários, o retorno financeiro é distribuído de forma compatível com a quantidade fornecida e

negociada com os clientes da cooperativa. Porém, o direito de opinar ou votar nas decisões não seguem esse mesmo padrão, possuindo todos os cooperativados o mesmo peso de voto, independente da sua produtividade e retorno financeiro (LORENZO, et al, 2009, p. 21-31).

Segundo o (SEBRAE, 2013): “Já o cooperativismo está ligado à união de pessoas para o atendimento de aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de sociedade coletiva”.

Através da cooperativa, se pode ativar o senso de pertencimento e de utilidade do ser humano, tão necessário ao seu bem estar em sociedade. Perceber o fruto da sua participação e colaboração para o bem comum é um dos mecanismos humanos mais explorados também por empresas convencionais, para estimular a motivação dos seus funcionários, a produzir mais e melhor.

Segundo Jesus, et al (2011):

Cooperativa é a união de diversos trabalhadores de igual ou diversas profissões que por iniciativa própria visando um objetivo em comum decidem trabalhar juntos, através da ajuda mútua e não concorrência, assim tendendo a aprimorar o indivíduo em todas as suas dimensões, tanto social, econômica e cultural, preocupando-se com a qualidade de seus produtos e serviços, com o meio ambiente e o meio em que se encontra, buscando preço justo e a constituição de uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável (JESUS et al, 2011, p. 3).

O cooperativismo é registrado na história como iniciado na Inglaterra em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Manchester, através da união de uma tecelã e 27 tecelões, com a finalidade de: negociar preços acessíveis com os fornecedores; não se submeterem às longas jornadas de trabalho nas indústrias, que eram praticadas com mulheres e crianças; e ter o indivíduo como foco principal no desenvolvimento do negócio.

Para alcançar essas metas, o grupo firmou uma pequena cooperativa de consumo, que apesar de ser desacreditada no mercado pelos comerciantes, após dez anos, já contava com 1.400 participantes cooperativados. Conhecida como Armazém de Rochdale, fomentou um novo pensamento do indivíduo na organização, incluindo-os numa nova prática de desenvolvimento social.

Para COOPESP, (2013):

O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos e de libertação do trabalhador dos vínculos patrimoniais (COOPESP, 2013).

Apesar de toda a história registrada, nesse formato, em diversos compêndios, no Brasil, em 1610, os jesuítas montaram operações cooperativas, sem estar sob essa nomenclatura, que atuou por mais de 150 anos de forma integrada com todos os movimentos do cotidiano dos povos primitivos.

Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade (COOPESP, 2013).

Percebe-se que o ser humano, independente de quaisquer nomenclaturas formais que dê ao seu grupo, se junta em função dos seus próprios interesses, reafirmando a solidariedade como princípio, como descrito anteriormente.

A partir de 1847, é que o cooperativismo passou a estar oficialmente iniciado no Brasil, através de Jean Maurice Faivre, médico francês.

Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do cooperativismo brasileiro (COOPESP, 2013)

E essa entrada do movimento cooperativista via região Sul do Brasil, estimulou o cenário atual dessa região, que reconhecidamente, domina na área de cooperação, de comunitarismo, principalmente em diversos segmentos produtivos agropecuários.

Apesar da resistência governamental no início, e de hoje, a deficiência de fomento às cooperativas estabelecidas e à formação de novas organizações, por parte

do Estado, o Centro-Sul ainda consegue se manter na dianteira da produtividade cooperativa em diversos mercados, principalmente no agropecuário.

O cooperativismo desta parte do Brasil consegue competir de forma igualitária com grandes organizações empresariais, no que diz respeito ao mercado internacional, pois além da solidariedade mais latente que viabiliza a propensão comunitarista, possui herança de hábitos europeus, pioneiros em lidar com a rotina cooperativista.

O cooperativismo agropecuário é o que está mais evidente no Brasil, como se segue:

O cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente nas exportações, o que engorda a Balança Comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços - desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro (COOPESP, 2013).

Na região Nordeste, o movimento cooperativista é fraco, se comparado ao Centro-Sul. Por motivos já citados anteriormente, como o Sul ter sido a porta de entrada de imigrantes europeus que trouxeram as suas práticas cooperativistas institucionalizadas, mas também, devido à solidariedade ter sido fortificada após os danos da Segunda Guerra Mundial.

Conforme, Santos e Baiardi (2013):

O sistema cooperativista no setor agropecuário atravessou o século XX de forma conturbada entre a sua legalização como instituição de associação, apoio e controle do Estado e desenlace desse controle. Este desenlace ocorreu a partir da Constituição de 1988 para o funcionamento das cooperativas veio acompanhado de uma maior autonomia, fomentando a autogestão e uma ligação mais direta com a administração interna e com o esforço e desempenho dos seus associados (apud DANIEL, 1981). Com esse perfil de sustentabilidade, no Nordeste, principalmente, as cooperativas auxiliaram no apoio ao agricultor minimizando as lacunas que o Estado vai deixando ao longo do processo produtivo, seja de crédito rural, seja de capacitação da mão de obra do campo e relacionadas, seja do escoamento dessa produção para dentro e fora do país, trabalhando para minimizar as diferenças que permeiam a produção quando comparadas com os números oficiais nacionais do agronegócio, visivelmente desiguais (SANTOS; BAIARDI, 2013)

Os aspectos socioeconômicos das regiões Sul e Sudeste são visivelmente mais prósperos do que da região Nordeste, sejam nas questões de educação tanto básica,

quanto superior e de extensão, seja de estrutura de produção rural e sua logística de escoamento, e estrutura de produção urbana com transportes e espaços adequados para indústrias. Direta ou indiretamente, esse desenvolvimento está encadeado à propensão comunitarista.

O paradigma atual socioeconômico do setor avícola do município de Cachoeira, ratifica a sua inserção na realidade nordestina, detentora da imagem do subdesenvolvimento, conforme, demonstrado no capítulo anterior. Cachoeira tem significativo potencial agropecuário, porém, seja por inércia do Estado, do setor privado, seja por questões culturais, como se tenta fazer acreditar, não se percebe uma coesão de esforços deste setor para alcançar o potencial de produção, que a ADAB diz possuir.

Mais adiante, se terá um panorama mais detalhado do município de Cachoeira, onde o mesmo será analisado de forma contextualizada com algumas características inerentes a este trabalho.

2.2.3 Consórcio de Produtores Rurais

Mais recentemente, na década de 1990, a fim de se auxiliar na resolução de diversos conflitos de origem nas relações trabalhistas em associações e cooperativas, as quais já estavam sob observação do Ministério Público do Trabalho, por tirar vantagens dos trabalhadores através da relação de cooperação, foram institucionalizados os “consórcios de produtores rurais”.

É a união entre produtores rurais, exclusivamente para contratação de trabalhadores direcionados às suas produções. Com perfil de pessoa física, o consórcio paga os encargos trabalhistas como pessoa física, uma vez que é formalizada uma pessoa, ou seja, um produtor para ser o responsável pelo pagamento desses encargos, bem como pelo rateio desses custos com os outros produtores.

Os trabalhadores, ora contratados, executam os serviços apenas para os produtores que fazem parte do consórcio ou condomínio. Na efetivação desse tipo de associação, entraram para a adequação às leis e normas previdenciárias brasileiras: “o Poder Judiciário, O Ministério de Trabalho e Previdência Social, e o Ministério Público do Trabalho”. Porém, desde a sua criação, os consórcios já possuem saliente número

de reclamações trabalhistas, pois são denunciados como intermediadores de mão de obra para produtores de outras localidades e organizações (BARBOSA, 2007).

Com a devida fiscalização, acredita-se que esta também seria mais uma ferramenta a ser utilizada pelos avicultores, para estreitar as relações comerciais entre si, bem como obter profissionais de melhor capacidade para atuar na produção, com um custo trabalhista menor para cada produtor, sem se desviar das Leis Trabalhistas.

2.3 ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO E O SEU DESENVOLVIMENTO

Não se pode aqui falar de mercado, produção, cooperação sem deixar bem definidos os termos “território”, “desenvolvimento”, e conseqüentemente “planejamento”, que passa a ser este muito mais a causa do que a consequência dos termos anteriores, uma vez que não se pode obter desenvolvimento de um território sem planejamento. Não se pode abordar território sem entender o significado desses três termos, pois são interdependentes e importantes para o aspecto socioeconômico das populações em diversas escalas.

“Desenvolvimento” inspira o alargamento de horizontes e possibilidades, o aumento de alternativas e de liberdade. Apesar da “banalização do termo”, leva a idéia de autonomia para agir num raio de ação mais amplo. O “planejamento” tem que se relacionar diretamente com o desenvolvimento, revelando os interesses contidos nos projetos que se ligam a processos de transformação. Vislumbrar as diferenças e as desigualdades do crescimento econômico, pensando o alvo do planejamento de forma territorialista (BRANDÃO, 2011).

“Território” tem que dar a idéia de hierarquização e de hegemonia, permitindo que se pense nele em múltiplas escalas e de forma interdependente sequencial até a escala global. Se deve pensar nos “interesses” dos agentes e sujeitos, sem abandonar a noção de “identidade”. Qualquer regionalização de uma ação está ligada a circunscrição, e essa idéia de um recorte limitado deve ser feito com cautela, se discutindo decisões e reações, para que se retroalimentem de acordo com o resultado dessas decisões, pensando nos poderes envolvidos e nos sujeitos constituídos após a intervenção.

Brandão (2004), cita o urbano em geral, para que se pudesse conhecê-lo, sistematizá-lo e planejá-lo de forma mais fiel às suas igualdades e diferenças. Era isoladamente caracterizado, sem respeitar as questões regionais, possuindo dinâmicas de movimentos sociais, renda da terra, marginalidade social, habitação, meios de consumo coletivo, entre outras características que sempre marcaram a sua especificidade dentro de escalas diversas.

Enquanto as questões regionais focavam a produção social do espaço construído e a divisão do trabalho na dimensão espacial, o rural, regional e urbano eram vistos isoladamente. Se faz necessário, então, que o estudo seja feito de forma integrada, entre os espaços, mostrando a representatividade do foco de estudo de forma escalar, para assim se obter o panorama específico e holístico do “lugar” a que se está direcionando o olhar questionador (BRANDÃO, 2004).

O território, como espaço inventado, reinventado, ou naturalmente erguido por forças afins, e ao mesmo tempo adversas, pode ser potencializado em seus resultados satisfatórios, em se tratando de um paradigma inclinado à cooperação. As organizações de viés comunitarista se encaixam positivamente nas características do território, seja: de identidade em diferentes escalas; dos seus paradoxais conflitos de interesses e laços de coesão com outros territórios; de forma competitiva, num âmbito globalizado; bem como de emanção da própria territorialidade, através dos seus agentes e atores, quando se relacionando de forma dinâmica em outros espaços e paradigmas diferentes (SILVA; SILVA, 2006, p. 161).

A territorialização da produção capitalista como dinamizadora do mercado agropecuário de forma competitiva, que demanda grandes quantidades de produtos com altas exigências de qualidade, faz com que a industrialização, a redução de custos com pessoal, a terceirização de processos, e a redução de tempo para o produto final estar entregue, desumanize os territórios, causando um encadeamento de problemas sociais, econômicos, culturais e políticos.

Nesse contexto, para alcançar as metas emergenciais de produção de frango, o sistema de integração se encaixa bem, com aves produzidas de forma a atender às demandas e exigências do mercado internacional, em todas as suas fases de produção. Porém, no decorrer do sistema de integração, as consequências negativas

passaram a surgir, na forma de exclusão do pequeno e médio avicultor, que vendeu ou arrendou sua propriedade, iniciando o processo de exclusão e transformação da figura do camponês.

Através de um encontro na UFRB, com diversos representantes de municípios do Recôncavo, o Assessor do MDA, Jerônimo Rodrigues, respondeu a algumas perguntas sobre o sistema de integração do setor avícola. Em uma delas ele afirmou que: “É escravagista o sistema de integração. Eu sugiro o associativismo/cooperativismo. Mas este é um processo em que as comunidades, com as universidades têm que se articular para mudar” (RODRIGUES, 2014).

O Reitor da UFRB, sobre a mesma questão, respondeu que o caminho para a minimização dos problemas decorrentes do sistema de integração em Cachoeira é “a possibilidade de associativismo” (NASCIF, 2014).

O discurso do Assessor do MDA contradiz um estudo solicitado pelo próprio MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), para o planejamento e aplicação de políticas públicas aos territórios rurais, que assim diz:

O PRONAT (*Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*) auxilia no reconhecimento do território para projeção e expressão da identidade de determinada população, que possui características socioculturais, ambientais, políticos-institucionais e econômicas peculiares. O programa está voltado para o desenvolvimento e articulação desses elementos, atuando em quatro eixos temáticos: fortalecimento da gestão social; dinamização econômica dos territórios; fortalecimento das redes sociais e de cooperação; e articulação de políticas públicas. A SDT atua em 164 territórios rurais de todo País, apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa. O objetivo é garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub – regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articulados às redes de apoio e cooperação solidária (FEALQ, 2012, p. 17) (*grifo da autora*).

O MDA, através do seu assessor, afirmou que a produção de alimentos, através da agricultura familiar tem abastecido o Brasil, em 75% do seu consumo, gerando trabalho com carteira assinada. Salientou que na Bahia concentra-se o maior número de agricultores familiares do Brasil (RODRIGUES, 2014). Para tal maciça participação, percebe-se que o assunto da perspectiva de cooperação na avicultura de Cachoeira foi relegado a sugestões de parceria comunidades/universidade, de forma bem superficial

e minimalista. Nem com superficialidade se mencionou o apoio do Estado neste processo.

Esses procedimentos de cooperação, ativam a concorrência e viabilizam “recursos ociosos latentes e robustos”, levando ao desenvolvimento do território de forma generalizada, pois o efeito é encadeado para diversos setores da sociedade (BRANDÃO, 2004, p. 74).

A partida e o encadeamento necessários para se levar um território ao desenvolvimento, necessita de requisitos, que podem ser alcançados com disciplina, esforço conjunto entre as comunidades, universidades, o setor privado e o Estado, este como incentivador e regulador.

Os requisitos para o desenvolvimento, segundo Furtado (2009), são: a qualificação profissional; oferta e demanda de mão de obra em equilíbrio; automação ao alcance de diversas áreas; equilibrada taxa de natalidade; salários condizentes com o mercado e com as necessidades da população, bem como empregabilidade formal ou registrada desta mão de obra; alta produtividade; homogeneização da sociedade; entre outros aspectos, que possam diminuir as desigualdades dentro do território e entre este e outros, em diversas escalas (FURTADO, 2009).

Os países e/ou territórios que não atendem a esses requisitos são tidos como subdesenvolvidos, e são “serviçais” dos países/territórios desenvolvidos, segundo Furtado (2009), fato que pode ocorrer entre municípios de um mesmo estado, seja entre bairros de um mesmo município, ou entre regiões de um país, e entre países e continentes.

Essa subserviência é refletida através: do consumo elitizado de pequena fatia da sociedade; direcionamento de melhor tecnologia para a produção de bens e serviços que servem a essa elite, aumentando a desigualdade e gerando o que Furtado (2009) chamou de “países de periferia / países de centro”, este recebendo o suporte do outro para desenvolver efetivamente, sem ser estabelecida uma troca ou parceria justa.

O subdesenvolvimento se retroalimenta através das grandes massas que surgem nas periferias, que consomem menos do mercado, que perdem a vontade de lutar e se imobilizam socialmente. Porém, para Furtado (2009), o Estado deveria intervir com planejamento de ação pública e estimular a desconcentração da propriedade

privada e da renda nacional. São procedimentos que devem encontrar nas associações/cooperativas/consórcios de produtores rurais apoio, estimulando a comunitarização como meio de sair da realidade subdesenvolvimentista.

Para que haja sucesso nesse processo, é importante respeitar a territorialidade de cada população, adequando o planejamento às suas características, e fomentando as mudanças de valores individualistas para valores de princípio solidário.

Em pesquisa feita por Belusso (2012), em cooperativas de avicultores no Oeste do Paraná, foram identificados muitos problemas, dos quais serão citados os mais complexos e difíceis de resolver: crescimento apenas mais voltado para o foco econômico; distanciamento dos membros cooperativados e das suas decisões; custos da depreciação das estruturas e equipamentos para os associados e benefícios da utilização extensiva a não associados; incentivo a competitividade e ao individualismo, a partir do não esclarecimento sobre o cooperativismo; os associados que possuem mais benefícios são os que têm maior solidez patrimonial, levando a uma maior seleção dos associados e excluindo o pequeno e médio avicultor; a grande maioria dos avicultores têm pouco patrimônio para participar com a mesma intensidade dessa cooperativa; e por fim, grandes representantes da avicultura estão em altos cargos políticos, direcionando as políticas econômicas do setor, de acordo com seus interesses, ou seja, excluindo o pequeno produtor do processo produtivo. São instituições como a Confederação da Agroindústria e Pecuária do Brasil (CAN), União Democrática Ruralista (UDR), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (BELUSSO, 2012, p. 120-131).

É uma eficiência econômica com potencial para se expandir, porém perde a essência social e inclusiva, gerando foco individualista em detrimento do comunitário que a proposta da cooperativização oferece.

O potencial do movimento de cooperação, proporciona desenvolvimento de territórios, *a priori* de abrangência local. Projeta potenciais econômicos, naturais e culturais internos, que no decorrer da inserção num mercado externo, fluem de forma extensiva para a conexão com outras escalas mercadológicas. O processo que não possui o Estado como força principal, não há indução de iniciativas do governamental para o local, e os projetos a serem implantados têm motivação apenas dentro da

própria localidade. Deveria ser o DL embutido no desenvolvimento mais amplo, respeitando a sua própria importância e não ser tratado como complementar e desmembrado (BRAGA, 2002, p. 24).

Apesar dos avicultores de Cachoeira, bem como os trabalhadores que com eles operacionalizam a criação dos frangos, serem, na sua maioria, nativos deste município, não significa que irão agir com senso de pertencimento maior que as diferenças de interesses próprios, numa situação de cooperação para projetos e trabalhos comunitários. Seria importante este aspecto para se vivenciar com sucesso o DLE.

Putnam, (2005), elaborador da Teoria do Capital Social, descreve esta como uma característica inerente a indivíduos comprometidos com a sociedade, com senso de comunitarismo e de civismo, proporcionando vantagens de forma mútua, em prol do desenvolvimento de todos e não de um só ou de alguns indivíduos.

Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa dos seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa dos seus efeitos “externos” sobre a sociedade. [...] No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público (PUTNAM, 2005, p. 103).

Descrita por Augusto de Franco, (2001), com base no trabalho de Robert Putnam, conforme Baiardi (1997) como teoria da cooperação, esta abordagem revela um aprofundamento do autor em estudos do neurobiólogo Humberto Maturana, no século XX, revelando ser a cooperação uma característica natural inerente a todos os seres humanos, estando estes sujeitos a um declínio da cooperação em virtude de forças externas ou sociais que os influenciam a escolher o individualismo como perfil predominante, já que este também faz parte da constituição do indivíduo.

Segundo, Franco, (2001),

[...] o ser humano, deixado à sua própria sorte, no mínimo, nada tem que o impeça de ser cooperativo. Pode, entretanto, não ser cooperativo, desde que criemos condicionantes culturais que impeçam a colaboração e induzam socialmente à competição.” (FRANCO, 2001, p. 74).

Ou seja, através desta teoria, pode-se ter uma visão de características inerentes aos avicultores, como seres humanos, que poderão definir ou redefinir suas atuações nas relações de produção entre si.

As teorias do capital social, [...], argumentam que graus maiores de cooperação são mais favoráveis ao desenvolvimento das sociedades humanas. Ao fazer isso, pressupõem que o desenvolvimento social é condição para o desenvolvimento, de diversos pontos de vista sob os quais entendem o termo “desenvolvimento”, inclusive quando consideram apenas o desenvolvimento econômico.(FRANCO, 2001, p. 71).

Através de Baiardi (2011), se pode perceber que Elinor Ostrom ratifica os autores anteriores, quando aprofunda na teoria, ligando o ser humano como detentor natural de características de cooperação, que o faz utilizá-las para sistematizar recursos que tragam benefícios a si e a seu grupo como a uma só pessoa:

“Elinor Ostrom” [...] dedicou mais de 30 anos à pesquisa sobre as regras dos usos de bens coletivos e, ao procurar compreendê-las, deu especial ênfase aos fundamentos da cooperação entendida como essencial para sobrevivência, constituindo-se em necessidade imperiosa de encontrar coletivamente soluções para um patrimônio compartilhado, do qual todos dependem. Para Elinor Ostrom (2005, 2006), a ação coletiva, indutora de convenções e instituições capazes de oferecer a alternativa de gestão comum diante das soluções mais triviais ou mais complexas, é retroalimentada permanentemente por essas convenções e instituições, relegando a exceção às soluções oferecidas pela coerção, leia-se Estado, ou pelo mercado, leia-se a firma. (BAIARDI, 2011, p. 210) *“grifo da autora”*.

A tese de doutorado da Universidade de São Paulo, produzida por Paulo Monte Alegre, (2009), evidencia a inerência do cooperativismo ao ser humano. “A moralidade humana pode ser pensada como uma categoria bastante sofisticada de processos cooperativos e os nossos aspectos ‘ímorais’ como atividades mais ou menos desarmônicas” (MONTE ALEGRE, 2009, p. 193).

As funções instintivas afetivas do cuidado são bastante presentes em diversas espécies, assim como as funções de alimentação, reprodução, etc. O carinho, a comoção, a empatia, e as ações decorrentes destes afetos são notáveis já em crianças bastante pequenas. Isto pode ser compreendido como possuindo uma origem parcial em sistemas afetivos inatamente estruturados e passíveis de transformações e variações psicogenéticas, cognitivamente construídas. Os sistemas afetivos no cuidar dos amiguinhos, dos bonecos, etc, devem originar-se parcialmente em sistemas inatos, com a capacidade de comover e ser comovido, alegrar e ser alegrado, etc. (MONTE ALEGRE, 2009, p. 197).

Surgiu recentemente, na prática, em 2013, porque “no papel” já existia desde 2008, a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Conceição da Feira, com sede em Conceição da Feira, na Praça da Bandeira, no. 194 – Centro, composta inicialmente por produtores de galinha caipira, mas atualmente com a participação de produtores do frango de granja de Cachoeira, São Gonçalo, Feira de Santana e Irará. O maior foco dessa cooperativa se encontra na comercialização de frango. Porém, os associados liberam os lotes de outras culturas, como mandioca, frutas, verduras e legumes, também através dessa cooperativa (RODRIGUES, 2014).

Esta possui abatedouro próprio em construção, em fase de acabamento, no município de Irará. Já adquiriu um terreno próximo a rodovia federal BR 101, dentro do município de Conceição da Feira, para a construção de outro abatedouro, mas a construção deste está suspensa, porque a prefeitura de Conceição da Feira exigiu, entre outras coisas, água encanada. Segundo informação da cooperativa, os únicos abatedouros deste município: Avigro e Gujão, funcionam com água de poço artesiano, autorizado pelo prefeito, que é produtor de frango e dono da Granja Carolina (RODRIGUES, 2014).

E fecha-se provisoriamente o círculo, que se iniciou no ponto de partida deste capítulo, sobre a solidariedade como princípio, mas que ao mesmo tempo vai retornando ao mesmo arcabouço teórico que explica e ratifica a propensão a cooperação dos indivíduos, de forma contínua e dinâmica.

É preciso agora se saber quais os ganhos efetivos dessa cooperação, ou seja, como a sociedade de forma específica ou generalizada, com influência direcionada ou encadeada, se transforma socioeconomicamente.

2.4 VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Atualmente pouco se discute ou se tem dúvidas sobre a viabilidade da cooperação no desenvolvimento. Na verdade, a cooperação, através de tudo que já foi visto até aqui, como também através de inúmeros artigos, livros, pesquisas, encontros e debates, se mostrou em todas as áreas e aspectos, a manifestação ideal para o

desenvolvimento de pessoas, organizações, localidades em quaisquer escalas. A cooperação, independente dos seus motivos secundários de surgimento, por si só é primariamente motivado pela sua condição de inerência natural aos indivíduos, como foi visto anteriormente.

Segundo, Buanain, (2014):

É evidente que é possível cooperar fora do âmbito restrito da economia, e sem finalidade econômica imediata. O exemplo mais forte da viabilidade de organizações e cooperações extra-econômicas talvez sejam as igrejas, que reúnem fiéis em torno de uma filosofia, religiosidade e crenças mais abrangentes. Apesar disto, no mundo da economia a cooperação convive com a competição, os agentes concorrem uns com os outros, às vezes ferreamente, mas também cooperam em muitas instâncias. Mas ao contrário da igreja, a cooperação, em economia, é estritamente materialista, embasada em interesses econômicos claros, bem definidos, perceptíveis e em geral quantificáveis. E a cooperação não exclui o oportunismo, que em muitos casos pode até inviabilizar a própria cooperação (BUANAIN, 2014).

Porém, há que se verificar o grau de viabilidade, tanto econômica, quanto social da cooperação, bem como de reflexo territorial. Tem-se vários exemplos de sucesso no mundo rural e dentro destes exemplos os indícios de obstáculos e problemas que se enfrentou, e que gerou outros exemplos de sucesso e de novos fracassos.

A agricultura brasileira tem se desenvolvido e conquistado posição de destaque internacional. As cooperativas agropecuárias que reúnem milhares de agricultores em todo o país acompanham a evolução desse setor que alavanca a economia. Com um contingente superior a um milhão de agropecuaristas, as cooperativas agrícolas são responsáveis por boa parte da produção de trigo, leite, carne, mel, hortifrutigranjeiros, aguardente, milho, soja e seus derivados. Também investem em pesquisas e experimentação para garantia do desenvolvimento e aumento da produção (LORENZO, et al, 2009, p. 25).

O meio rural se transforma através das cooperativas, otimizando a fixação do indivíduo na terra de forma auto-sustentável, e reduzindo a migração para os centros urbanos, onde muitas vezes, não há estrutura suficiente para oferecer melhor qualidade de vida.

No sistema de cooperação, os membros cooperados são auxiliados, gera-se “empregos no campo”, fazendo girar a economia através de melhor poder aquisitivo, melhor distribuição de renda e da arrecadação de impostos”. As cooperativas “[...]”

perseguem o objetivo de auxiliar o produtor na aquisição de insumos e tecnologia, possibilita melhor comercialização de produtos primários, facilitando o seu escoamento em direção aos centros consumidores” (MOURA, et al, p. 4).

Num trabalho de comparação entre territórios avícolas, um no Espírito Santo, com viés de cooperação, porém independentes do sistema de integração com grandes indústrias de processamento de frango, e outro na Bahia, com sistema exclusivamente de integração, Santos e Baiardi, 2013 publicaram:

Percebeu-se até aqui, que as expectativas dos avicultores referente a ação da associação da classe não fica apenas no estatuto do mesmo: na defesa dos “interesses e direitos coletivos”; na representatividade para “desenvolvimento de técnicas e aprimoramento da produção avícola”; ou no implemento de medidas que auxiliem “no equilíbrio entre a produção e o consumo”, mas também na satisfação em trabalhar como independentes, gerando uma resistência em absorver a integração como sistema de produção. E segundo a Associação dos Avicultores, no sistema atual, proprietários que arrendam suas estruturas para avicultores podem receber o aluguel em forma de esterco de frango para utilizar em suas outras atividades da propriedade e/ou um valor financeiro, quando a negociação envolve um imóvel e estrutura de maior proporção, podendo este hábito estar influenciando no bloqueio ao sistema de integração. (*apud* AVES, 2012) (SANTOS e BAIARDI, 2013, p. 5).

A cooperação viabilizaria um maior aproveitamento do indivíduo dentro do seu território, através da mobilização da força de trabalho, em organizações de produção e distribuição agropecuárias, abrindo mercado para outras organizações locais de encadeamento frente/trás. Ou seja, abertura de cooperativas de insumos para outras cooperativas de produção, e cooperativas de processamento e escoamento dessa produção. Assim, para Buanain, (2014):

Os pequenos produtores precisam cooperar, e para tanto é necessário se organizar. Organizar está associado à ordem, acordo, compromisso, mas nada disto se alcança sem conflito e nem exclui o risco permanente do comportamento oportunista, sempre que o agente identifica possibilidade de levar vantagem se adotar um comportamento à margem do que foi combinado e do que pressupõe a organização. O mesmo vale para a cooperação, que sobrevive enquanto assegurar vantagens superiores àquelas que seriam possíveis obter fora do âmbito do grupo. Os produtores se organizam e decidem cooperar para poder atender demanda feita por um grande comerciante/empresa, o que traria vantagens para todos. No meio do caminho um atravessador, que não teve nenhum custo de transação para estabelecer o negócio, aparece e oferece a alguns do grupo um preço mais elevado. Se o arranjo cooperativo não contiver mecanismos de sanção que detenham o oportunismo, o mais provável é que os produtores vazarão parte da sua

produção para este mercado “paralelo”, prejudicando todo o grupo que pode não conseguir atender a demanda nos termos contratados (BUANAIN, 2014).

Num formato democrático e sem hierarquias segregadoras, a cooperativização leva o avicultor a ser o integrado e o integrador. E assim foi feito no Oeste do Paraná, onde o domínio de mercado avícola está com as cooperativas, que se tornaram agroindústrias. Essas cooperativas alcançaram a industrialização da matéria prima, a partir dos grãos recebidos e estocados, bem como grãos comercializados (BELUSSO, 2012, p. 112).

Sobre a viabilidade socioeconômica da cooperação para o mundo rural, o pesquisador e doutor da Fundação Unicamp, Buainain, (2014), que afirma:

Por mais que se queira *glamourizar* os pequenos com afirmações do tipo “*small is beautiful*”, popularizada pelo economista inglês E. F. Schumacher, ou “os menores frascos guardam os melhores perfumes”, o fato é que vivemos em uma sociedade na qual os “grandes”, no sentido lato, levam vantagem em quase tudo. Não é diferente no mundo rural, onde os pequenos enfrentam vários obstáculos diretamente associados ao tamanho: de um lado, ao contrário do que sempre se afirmou, a escala é muito importante na organização da produção agropecuária, seja devido à presença de equipamentos indivisíveis, cuja redução de tamanho implica em perda de eficiência relativa, seja devido a custos de transação unitário mais elevado simplesmente devido ao fato de que tais custos são divididos por um volume de produção menor (BUANAIN, 2014).

São diversas variáveis que inviabilizam transacionar a produção com os pequenos e médios produtores, onerando o processo e excluindo-os do mercado. Sendo este mais um fator a ser analisado para a implantação da cooperação, uma vez que poderá permitir a transformação de vários pequenos produtores em uma grande organização.

Segundo Buainain, (2014):

De outro lado, transacionar com pequenos também é mais custoso para o conjunto de agentes que opera nos mercados relevantes, e este custo adicional é transferido para o próprio produtor, que entrega sua produção com um deságio em relação ao preço corrente nos mercados de referência. Em muitos casos pode ser até economicamente inviável manter o fluxo de negócios com produtores que operam com escala muito reduzida, e os pequenos são marginalizados de mercados nos quais poderiam se inserir se lograssem superar a barreira da escala. O fato objetivo é que, com exceção de algumas situações bem particulares — e por isto mesmo são exceções —, o mercado trata os pequenos com um viés negativo e que dificulta o acesso ao crédito e

serviços financeiros em geral, à assistência técnica e às cadeias de valor mais dinâmicas e rentáveis (BUANAIN, 2014).

Porém, é sabido que, os pequenos e médios produtores têm sido responsáveis por grande fatia do abastecimento de alimentos no país. Assim, também, como os pequenos e médios empreendedores são responsáveis por uma grande parte da empregabilidade dos trabalhadores brasileiros, como especificamente no estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), (2013), referente o decênio 2001/2011: “[...] respondem por 39% do total de remunerações no País, o que supera R\$ 500 bilhões” PNUD, (2013).

Esse é mais um fator a ser considerado em prol da atuação dos pequenos e médios, de quaisquer setores da economia.

Segundo, Buanain, (2014):

Qual a solução? Uma delas é explorar os nichos, usando, inclusive, o tamanho como atributo positivo: são os mercados sociais, que contam com certa expressão principalmente em países muito ricos, onde parte da população está disposta a pagar o custo mais elevado de transacionar com os pequenos justamente para garantir a sustentabilidade destes grupos mais vulneráveis. Outra alternativa tem sido a inserção em cadeias produtivas coordenadas por médias e grandes empresas, como no caso da avicultura, suinocultura e fomicultura no Brasil. Também tem crescido a organização mais autônoma de grupos de pequenos produtores que se organizam para “enfrentar” o mercado e reduzir as desvantagens associadas ao tamanho. Em todos os casos é preciso se organizar e cooperar, e nenhuma destas ações são triviais, como bem o demonstram a centenária experiência de fracassos no campo do cooperativismo e também do associativismo (BUANAIN, 2014).

Todo esse processo pode ser feito por várias cooperativas ou por uma só de forma departamentalizada. O mais importante em toda essa visão de cooperação na prática, é a alavancagem do setor avícola no município, a saída da estagnação generalizada, a movimentação da terra e da população, para movimentar esse território.

É possível concluir que a cooperação é essencial para a sustentabilidade dos pequenos produtores, que ela é possível, mas que não é fácil estabelecer mecanismos e arranjos cooperativos sustentáveis; também é possível dizer que os melhores arranjos são aqueles motivados por vantagens perceptíveis e mensuráveis, baseados no interesse individual e não no bem comum. Finalmente, também é possível afirmar que arranjos cooperativos baseados em objetivos difusos e em motivações ideológicas raramente funcionam (BUANAIN, 2014).

Fazer aparecer necessidades de outras localidades, que possam ser supridas pelo território em “estado de cooperação”, é relevante para se inserir no mercado e sustentar uma melhor qualidade de produtos e serviços, para manter a sua população ativa e a sua economia movimentada (*grifo da autora*).

3. MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA

O município de Cachoeira, área específica deste estudo, está localizado no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, sendo distante da capital – Salvador – por 111 km.

A sua área total é de 395,2 km², as suas coordenadas geográficas são formadas pela latitude -12°37'06" Sul, e pela longitude 38°57'21" Oeste, de Greenwich, dividindo suas fronteiras com os municípios de: Conceição da Feira, Santo Amaro da Purificação, São Félix, Muritiba, Saubara, Maragogipe, Governador Mangabeira e São Gonçalo dos Campos (SEI, 2013).

A sua formação abrange os distritos de Santiago do Iguape, Belém e distrito sede, além dos povoados de Afligidos, São Francisco do Paraguaçu, Pinguela, Capoeiruçu, Saco, Boa vista, Alecrim, Opalma, Bela Vista, Engenho da Ponte, entre outros, sendo que alguns já formalizados na administração do município como expansão urbana de Cachoeira.

A história de Cachoeira chama a atenção, devido a importância que teve para a economia do Brasil, através da produção de cana-de-açúcar e de fumo, a partir do século XVI.

Vários europeus chegaram em Cachoeira, sabendo das suas terras propícias para esses cultivos, e se instalaram, principalmente através da construção de engenhos. Entrou o século XVII, se estabeleceram como principais fornecedores de açúcar do país para a Europa, projetando e movimentando a então Vila da Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu.

De acordo com Fonseca (2006):

Paulo Dias Adorno, ao receber terras às margens do Rio Paraguaçu, por volta de 1561, deu início à plantação da cana-de-açúcar, e à construção da casa da fazenda, nascendo assim um povoado. No século XVII, foi grande o esforço da Coroa Portuguesa para ocupar o território, ao assumir novas direções para o sertão e para o sul, no que foi prejudicada, inicialmente, pela invasão holandesa, em 1624. Nessa época, o Recôncavo havia se tornado rico, graças aos plantios de fumo e cana-de-açúcar. Buscando atender as necessidades de povoamento das terras. D. João de Lencastro, o trigésimo segundo governador, em carta régia datada de 1693, ordenou a criação de vilas e povoados (FONSECA, 2006)

A importância histórica na política se deu através das lutas pela independência do Brasil, pois de Cachoeira surgiram os movimentos de libertação da Bahia e, conseqüentemente, do Brasil, do poder imperialista. Por duas ocasiões, a sede do governo da Bahia se mudou para Cachoeira, tanto pelos movimentos de luta pela independência, quanto pelas revoltas que se seguiram, como a Sabinada, por exemplo (FONSECA, 2006).

Alguns dos outros municípios do Recôncavo cresceram em estrutura física, política, econômica e social, de forma mais veloz e em menos tempo do que Cachoeira, apesar de não dispor de tal arcabouço histórico na economia em diversas escalas, e apesar de não ter sido privilegiado pelo fácil acesso em épocas de poucos recursos e de ausência de tecnologia moderna na logística (FONSECA, 2006).

Cachoeira, nos séculos XVI a XVIII era a passagem para transitar a produção entre o sertão baiano e Salvador. Até o início do século XX, era o único caminho para a mobilização entre o Centro-Sul e o Norte/Nordeste. As pessoas e a produção de fumo e de açúcar, chegavam e saíam de saveiro da e para a Baía de Todos os Santos, de onde se dirigiam a outros portos, bem como para a via férrea local.

Segundo relato de alguns moradores idosos de Cachoeira, para sair de Salvador e se dirigir a Feira de Santana, era necessário navegar até Cachoeira, pernoitar na cidade e pegar o trem no dia seguinte. A via férrea também se conectava ao estado de Minas Gerais, e conseqüentemente a outros estados do Sul e Sudeste.

Em 1960 se concluiu a pavimentação da rodovia federal BR 324, que conecta Salvador a Feira de Santana, e a partir da década de 1970, as rodovias derivadas da BR 324 passaram a ser pavimentadas, facilitando o acesso mais rápido e de maior número de localidades até Cachoeira (ZORZO, 2005, p. 4).

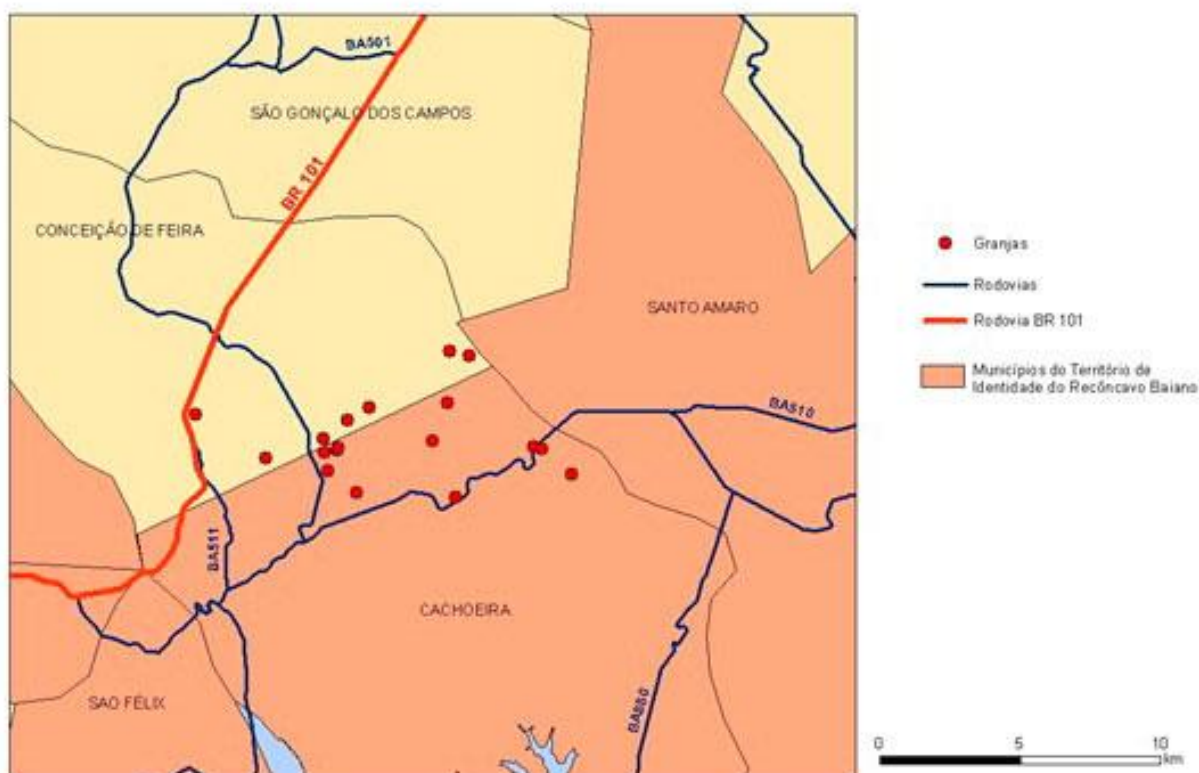
Atualmente o acesso pelo Rio Paraguaçu, apesar de ser mais distante da Capital e por necessitar de maiores cuidados na navegação, devido ao assoreamento do mesmo, é uma viagem proveitosa de belas paisagens naturais e culturais.

Para se chegar à cidade de Cachoeira pela rodovia federal BR 101, pode-se entrar no trevo do km 199. Passa-se por Capoeiruçu, comunidade registrada como expansão urbana de Cachoeira, cortada pela rodovia estadual BA 511 ou como era chamada no século XIX e ainda atualmente: Estrada de Capoeiruçu.

Conforme a Figura 5, as granjas de Cachoeira estão localizadas em área de fácil acesso, tanto para o escoamento da produção, quanto para a logística dos fornecedores de insumos:

Figura 5

VIAS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE FRANGO DE CACHOEIRA/BA - 2012



Fonte: ADAB, 2013
Elaborado pela autora

Capoeiruçu, Belém, Afligidos, Santiago do Iguape, entre outros povoados do município de Cachoeira, possuem galpões de produção de frango e vias de acesso para rodovias estaduais e federais, as quais facilitam o escoamento da produção para as indústrias de processamento que se instalaram próximas.

Em caso de estarem propensos em se tornarem independentes dessas indústrias e se juntarem em cooperação para estruturar e administrar a própria produção, estes avicultores já dispõem de estrutura pronta para a logística do fornecimento dos seus lotes de frango, pois estão em localização privilegiada, cortada

por estradas pavimentadas, bem como já possuem contato com as empresas de transportes e caminhoneiros que fazem atualmente a operacionalização de entrega de insumos e de frangos.

Banhada pelo Rio Paraguaçu, Cachoeira se estende pela margem esquerda do rio, que vai chegar no mar da Baía de Todos os Santos. Riachos, cachoeiras, açudes e afluentes do Paraguaçu também fazem parte de Cachoeira, mas este rio é o maior do Recôncavo e o mais presente no desenvolvimento, tanto deste município, quanto de outros próximos.

Inaugurada em 1985, a construção da Barragem de Pedra do Cavalo, sobre o Rio Paraguaçu, foi iniciada na década de 1970. Tinha o objetivo de abastecer as cidades do Recôncavo, a Região Metropolitana de Salvador e a própria capital.

Antes da existência da barragem, a cidade de Cachoeira já havia sido invadida algumas vezes pelo Rio Paraguaçu, inundando ruas e imóveis, bem como povoados mais próximos e de menor altitude. Entretanto, foi a partir de 2001, que os benefícios da barragem ultrapassaram a finalidade de abastecimento de água, de extinção de inundações, de irrigação de terras e piscicultura, para geração de energia elétrica.

O Governo do Estado da Bahia, preocupado com os racionamentos de energia, autorizou a construção de uma hidrelétrica, a qual foi iniciada por uma empresa do Grupo Votorantim, que a opera e administra até os dias atuais, e que pode-se perceber a movimentação de empregados identificados com crachás, em Cachoeira e São Félix, movimentando o comércio local.

A paisagem mais chamativa tanto para os turistas, visitantes, quanto para os moradores de Cachoeira e São Félix – cidade que está situada do outro lado da margem do Paraguaçu – é o próprio rio dividindo as duas cidades, que são ligadas por uma ponte fabricada na Inglaterra, desde o Brasil Império, em 1885 (BRASIL, 2014) conforme Figura 6:

Figura 6 – VISTA AÉREA CACHOEIRA/SÃO FÉLIX



Fonte: Wikimedia (2014)
Autor: MARCEL, Wille (2011)

Cachoeira tem na sua geomorfologia: baixada litorânea ou áreas de coqueiros, próximas à costa; tabuleiros interioranos ou baixos planaltos; tabuleiros pré-litorâneos ou áreas de passagem de terras altas a planícies costeiras; e tabuleiros do recôncavo ou áreas de riachos litorâneos que desembocam no mar (SEI, 2013). Em sua localização que margeia o litoral, o solo é pobre, de mata atlântica do interior, assim como encostas e relevos abruptos .

O solo é formado de: arenitos ou sedimentações mais comuns de componentes naturais; depósitos fluviais ou solos contendo material arrastado por água de rios ou chuvas; folhelhos ou rocha formada por anos de camadas de detritos; gnaisses charnockíticos ou formação de material semelhante a granito e do próprio granito; e siltitos ou material originado pelo acúmulo de sedimento, é amarronzado, esbranquiçado e verde, encontrado em lugares fluviais e nas profundezas do mar. (SEI, 2013).

A vegetação é formada de floresta estacional semidecidual e floresta ombófila densa (SEI, 2013), ou seja, a primeira corresponde a mata atlântica do interior, adaptada a intensa chuva e períodos de estiagem, e perda de folhas independente da

temperatura do ambiente, enquanto a segunda é mais pluvial ou demonstra ter maior afinidade com a chuva.

Outras características mais detalhadas da vegetação, conforme Baiardi, et al (2012):

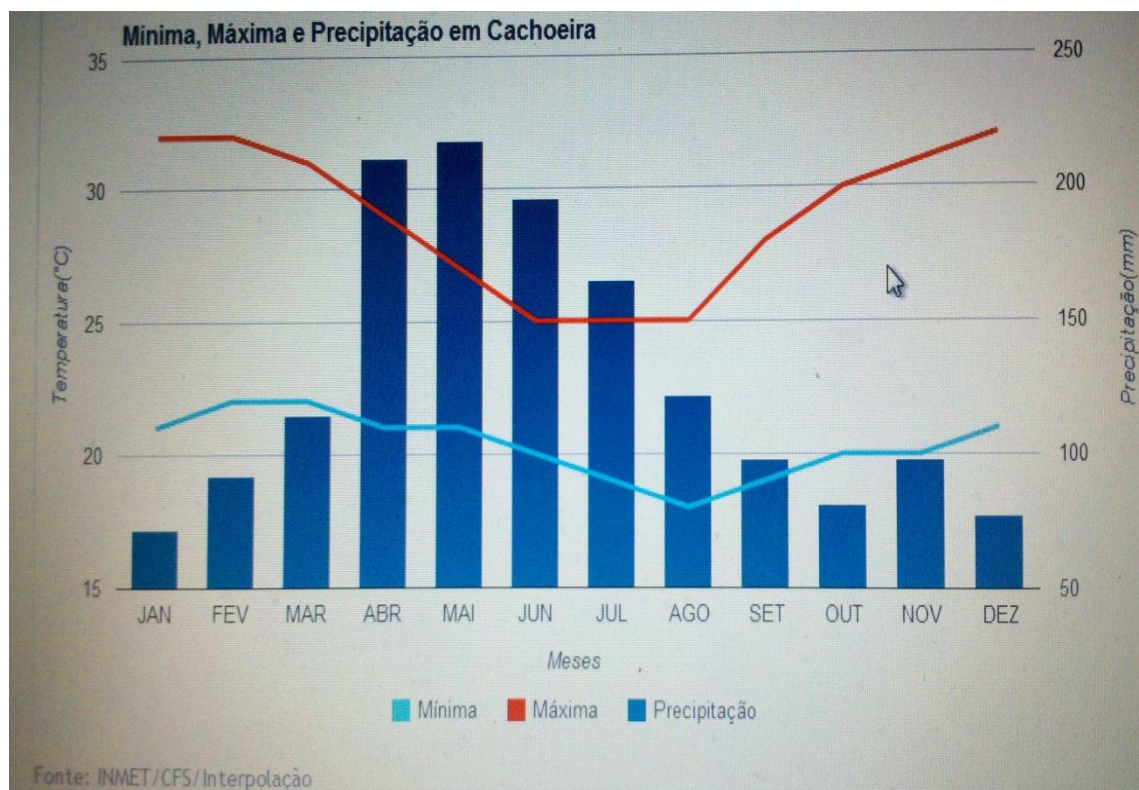
A vegetação natural da área de estudo é a floresta higrófila costeira na zona da mata, a floresta caducifólia não espinhosa ou agreste, um aglomerado florístico de transição, entre a mata e a caatinga e a caatinga propriamente, formação xerófila de arbustos com galhos retorcidos, raízes profundas, com presença de cactos e bromélias, que costumam perder as folhas em épocas de seca, sendo estas de tamanho pequeno, classificada como savana estépica. A cobertura vegetal varia à medida da continentalização, indo dos cordões de dunas, rasteira e manguezais à Mata Atlântica e daí para o agreste e caatinga (BAIARDI et al, p. 3).

Quem navega ao longo do Rio Paraguaçu, em direção a Baía de Todos os Santos, pode perceber que as margens são formadas por solo lodoso, rico em vegetação densa e variedade significativa da fauna. Observando a margem esquerda, que corresponde ao município de Cachoeira, percebe-se alguns poucos imóveis de sofisticado nível financeiro. São localidades mais isoladas da cidade, mas que têm maior valor comercial, devido à riqueza ambiental do lugar.

A tipologia climática é de subúmido a úmido, sendo o período de abril a julho o período de maior umidade, devido às chuvas constantes, tanto nas partes mais baixas da cidade de Cachoeira, quanto nas partes mais altas, como Capoeiruçu, localizada a 170 m acima do centro da cidade, e a 5 km de distância do mesmo.

Apesar dessa estimativa oficial, conforme Figura 7, desde o ano de 2012 ao primeiro semestre de 2014 em Cachoeira choveu bastante nos meses de setembro a novembro e pouco choveu entre os meses de outono/inverno, de abril a julho, se comparado aos anos anteriores (CLIMATEMPO, 2014).

Figura 7 – GRÁFICO DE PRECIPITAÇÃO DE CHUVAS EM CACHOEIRA



Fonte: CLIMATEMPO, 2014

Foto da autora

As características naturais do município de Cachoeira favorecem a produção de culturas diversas, como será visto a frente. Tem solo fértil, com exceção das margens do litoral, uma hidrografia bem distribuída e estradas dispostas para fácil acesso às localidades rurais do município, onde estão situados os galpões de alojamento dos frangos, e outros pequenos estabelecimentos de produção agropecuária.

A população do município de Cachoeira, diferente de muitos municípios semelhantes em condições socioeconômicas, cresceu nos últimos vinte anos, disponibilizando ao mercado local e adjacentes, mão de obra para atuar em alguns níveis de organizações presentes, movimentando a economia e mantendo um “exército de reserva”, que faz com que se encadeie maior demanda por emprego e menores níveis salariais, conforme Tabela 2.

Segundo Wanderley (2001), em uma das suas pesquisas, realizada no interior de Pernambuco:

(...) a maioria da população rural do País vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos em algumas regiões, a população rural é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes (em certos casos, até 50 mil habitantes), por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, freqüentemente, frágil e precária (WANDERLEY, 2001).

Através da Tabela 2, mostra-se o crescimento populacional de Cachoeira em 20 anos.

Tabela 2 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE CACHOEIRA, BAHIA, BRASIL DE 1991 A 2010

ANO	CACHOEIRA	BAHIA	BRASIL
1991	28.290	11.867.991	146.825.475
1996	29.965	12.472.894	156.032.944
2000	30.416	13.070.250	169.799.170
2007	32.252	14.080.654	183.987.291
2010	32.026	14.016.906	190.755.799

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010

Conforme Tabela 2, a população de Cachoeira vem crescendo e acompanhando percentualmente a evolução dos números estaduais e nacionais. O aumento também é devido às duas instituições de ensino superior que, situadas no município, atraem pessoas de outras cidades e estados. A UFRB e as Faculdades Adventistas da Bahia.

Através dessa compatibilidade estatística entre as escalas estadual e nacional, os setores de planejamento territorial do estado da Bahia, dispõem de mais um critério para valorizar as novas demandas populacionais deste município, seja na saúde, na economia, na educação e emprego, numa reestruturação do rural/urbano, para que esse crescimento gere desenvolvimento local.

Tabela 3 - CACHOEIRA - POPULAÇÃO RURAL/URBANA POR FAIXA ETÁRIA - 2010

Faixa Etária	PESSOAS/RURAL	PESSOAS/URBANA
00 a 04 anos	1100	1081
05 a 09 anos	1377	1277
10 a 14 anos	1602	1571
15 a 19 anos	1763	1513
SUBTOTAL	5842	5442
20 a 24 anos	1647	1494
25 a 29 anos	1570	1514
30 a 34 anos	1288	1396
35 a 39 anos	1026	1197
SUBTOTAL	5531	5601
40 a 44 anos	865	1088
45 a 49 anos	709	951
50 a 54 anos	625	861
55 a 59 anos	545	611
SUBTOTAL	2744	3511
60 a 64 anos	472	498
65 a 69 anos	326	381
70 a 74 anos	282	326
75 a 79 anos	172	273
SUBTOTAL	1252	1478
80 anos e mais	270	355
SUBTOTAL	270	355
TOTAIS	15639	16387
TOTAL GERAL	32026	PESSOAS

Fonte: IBGE: População rural/urbana 2010
Elaborado pela autora

A estimativa populacional de Cachoeira de 2013, foi de 34.244 habitantes (IBGE, 2014). E diante desse aumento populacional, que se encontra mais visível na faixa etária de 10 a 29 anos, na zona urbana, e entre 15 e 29 anos na zona rural, conforme Tabela 3, percebe-se a necessidade de investimento em capacitação e geração de empregos, em ambas as zonas, a fim de manter um equilíbrio migratório entre as duas, permitindo a execução de projetos de políticas públicas no município com maior eficácia e efetividade.

Como se pode ver na Tabela 2, houve um crescimento populacional mais acelerado entre 2000 e 2007, possivelmente, devido a chegada da Universidade do

Recôncavo da Bahia no centro de Cachoeira, bem como ao início de novos cursos de graduação e pós-graduação nas Faculdades Adventistas da Bahia, em Capoeiruçu. Ambas as instituições, levaram juntas milhares de estudantes para morar no município de Cachoeira, nas zonas rural, urbana e periurbana.

A densidade populacional de Cachoeira é de 81,03 hab/km² IBGE (2010), porém, como a área rural possui o número de residentes bem próximo ao número de residentes da área urbana, têm-se mais um fator a ser considerado quando se pensar em cooperação ou em quaisquer outros planos que viabilizem o desenvolvimento territorial: o equilíbrio populacional entre a zona rural e urbana, para que cada zona faça o seu papel interativo e complementar com a outra.

Pode-se ver Cachoeira, não apenas como histórica, turística e economicamente importante para o Recôncavo, mas também em diversas outras escalas, há significativa visibilidade, devido aos números na Tabela 4, referente a escolaridade.

Tabela 4 - ESCOLARIDADE ENTRE 10 E 79 ANOS DE IDADE CACHOEIRA/2010

NÍVEL ESCOLAR	PESSOAS
SEM INSTRUÇÃO / FUNDAMENTAL INCOMPLETO	15.448
FUNDAMENTAL COMPLETO / MÉDIO INCOMPLETO	3.895
MÉDIO COMPLETO / SUPERIOR INCOMPLETO	6.974
SUPERIOR COMPLETO	822
NÃO DETERMINADO	8
TOTAL	27.147

Fonte: IBGE, Escolaridade 2010
Elaborado pela autora

Apesar de Cachoeira possuir uma média de 30% da sua população acima de 10 anos residente cursando o nível superior ou com o curso já concluído, uma grande parte dessas pessoas se origina de outras partes do estado e do país, que se mudam para Cachoeira, apenas para cursar alguma faculdade e retornar às suas cidades.

Lembrando da opinião do Assessor do MDA, bem como do Reitor da UFRB, no capítulo 1, que sugeriram a parceria entre as universidades e as comunidades para procurar soluções contra a relação de quase escravidão, entre os avicultores de Cachoeira e as empresas integradoras, de processamento de frango, percebe-se que material humano não falta para a possível parceria, conforme Tabela 4. São estudantes

e graduados em diversos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, bem como de Ciências Humanas, que dispõem de suporte teórico que pode ser aplicado nesse paradigma local. Não só os estudantes residentes em Cachoeira, mas também os que moram nos municípios vizinhos.

Com uma população total de 32.026 pessoas, em 2010, o município de Cachoeira, possuía 27.191 pessoas a partir de 10 anos de idade, conforme o IBGE (2010), Tabela 3, anteriormente demonstrada. Essa delimitação etária foi utilizada também para as tabelas que demonstram o perfil econômico da população.

Tabela 5 - RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA A PARTIR DE 10 ANOS DE IDADE - CACHOEIRA/2010

DESCRIÇÃO	Nº PESSOAS
SEM RENDIMENTO MENSAL	2.588
ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO	1.974
DE 1/4 A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	1.600
DE 1/2 A 1 SALÁRIO MÍNIMO	4.692
DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	2.618
DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	546
DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	498
DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	315
DE 10 A 15 SALÁRIOS MÍNIMOS	51
DE 15 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	58
DE 20 A 30 SALÁRIOS MÍNIMOS	12
MAIS DE 30 SALÁRIOS MÍNIMOS	5
TOTAL	14.957

Fonte: IBGE, 2010
Elaborado pela autora

Considerando a população economicamente ativa e o rendimento mensal da mesma, conforme Tabela 5, pode-se perceber mais dados que ratificam a necessidade de se considerar sempre o perfil populacional do município de Cachoeira para planejamentos com foco na cooperação, como para qualquer planejamento.

A população rural e urbana de Cachoeira, considerada economicamente ativa e remunerada, correspondia a 82,7% da população economicamente ativa total de 2010, na mesma faixa etária. E este percentual representa 45,5% da população total, também da mesma faixa etária. Este fato indica um número grande de pessoas no “exército de

reserva”, que estanca a economia e dificulta a criação ou ampliação de quaisquer projetos que visem a melhoria da sociedade cachoeirana, principalmente se voltado para a população rural, pois esta corresponde à metade do total da população, e sofre os maiores reflexos da exclusão.

Estranha-se apenas o fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerar pessoas a partir de 10 anos de idade como economicamente ativos e remunerados, uma vez que o próprio Estado elabora campanhas contra o trabalho infantil. Este pode ser um dado que venha a causar interferência nos resultados do perfil econômico da população de Cachoeira, e interferir de forma a negatar ainda mais os valores de remuneração da população mais madura.

A intervenção do Estado se faz necessária, como fomento e apoio na alavancagem de projetos, no interesse das comunidades e de outras parcerias, que possam viabilizar melhor desempenho socioeconômico de Cachoeira.

3.1 ECONOMIA LOCAL

As indústrias chegaram e marcaram seu espaço na economia, fomentando uma readequação da sociedade nesse território, produzindo um encadeamento, tanto na população, quanto na forma de perceber a importância de cada município do Território do Recôncavo.

Cachoeira é entendida como cidade de turismo histórico, apesar da situação precária em que se encontra seu comércio e serviços para atender à população crescente e aos visitantes e turistas. Possui uma propícia localização para agregar o turismo ecológico ao histórico, tanto através da navegação pelo Rio Paraguaçu, que banha a cidade e comunidades rurais, tanto de área verde de relevos que podem ser utilizados para esportes convencionais ou mais radicais, como tirolesa, montanhismo, caminhada em trilhas, remo, entre outros.

No que se refere a empreendedorismo urbano, há incentivo acadêmico local. Através de eventos e atividades curriculares de um curso local de graduação em Administração, das Faculdades Adventistas da Bahia, interage com a comunidade no

município a fim de demonstrar para os alunos a prática empresarial e apoiar o empresariado cachoeirano no desenvolvimento dos seus negócios.

Não se identificou nenhum curso local, que focasse em pesquisas de desenvolvimento da zona rural, através da cooperação ou do empreendedorismo, junto àquelas comunidades. Salienta-se que a importância dada ao urbano, muitas vezes exclui o foco no rural. Mais à frente será abordada com mais detalhes essa situação conflitiva entre o rural e o urbano.

O setor comerciário está estruturado para manter a sustentação local, de “circuito inferior” ou de atividades de pequenas dimensões, que apenas organizam a vida da população, em escala local.

O comércio de Cachoeira não oferece tecnologias avançadas, possui grande volume de empregos informais, bem como há a posse de uma só família sobre os maiores empreendimentos comerciais da cidade. A feira livre abastece os domicílios e os produtos dos mercados e lojas têm qualidade inferior aos vendidos nas grandes cidades. Este comércio se enquadra na definição de “circuito inferior” proposta por Milton Santos na década de 1960, Silva (2012):

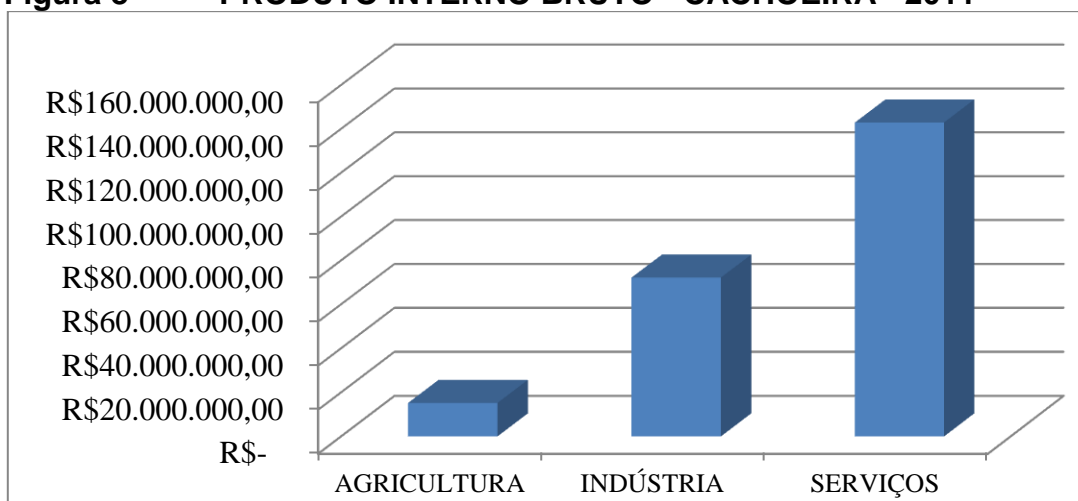
[...] a teoria dos dois circuitos da economia urbana busca explicar como as cidades dos países periféricos como o Brasil funcionam a partir de dois subsistemas urbanos: o subsistema superior – composto pelas grandes empresas, bancos, atividades ligadas ao ramo da alta tecnologia – e o subsistema inferior – composto pelas atividades de pequena dimensão, com o uso de mão de obra intensiva, que se cria e se recria com pouco capital. A população da cidade, independente de sua classe de renda, possui necessidades permanentes. Em função da existência de trabalho perene e bem pago de um lado, surge o circuito superior; por outro, a existência de trabalho com baixa remuneração e intermitente, demanda a criação de formas de sobrevivência por grande parte da população. Então, surge o circuito inferior. Os dois subsistemas urbanos são formas de produzir, distribuir, comercializar e consumir que geram materialidades distintas, visíveis na paisagem urbana. No entanto, esses dois circuitos se relacionam dialeticamente a partir da complementaridade, subordinação e concorrência. As cidades expressam esses dois circuitos a partir dos lugares opacos e dos lugares luminosos, que são polaridades, mas não dualismos (SILVA, 2012).

O setor de serviços, que inclui também educação e hospedagens e serviços a turistas, ainda deixa uma grande lacuna na oferta e no nível do padrão oferecido, e o industrial, que é representado por uma hidrelétrica, uma fábrica de beneficiamento e exportação de couro, de algumas fábricas de charuto, fábrica de papéis e engenho de

cana de açúcar. Porém, este assunto teria que ser tratado separadamente, em virtude do grande número de variáveis que influenciam nos níveis encontrados nesses setores.

O IBGE, bem como a SEI, retratam nas demonstrações estatísticas os setores de serviços, indústria e agricultura, conforme Figura 8:

Figura 8 - PRODUTO INTERNO BRUTO - CACHOEIRA - 2011



Fonte: IBGE, 2011
Elaborado pela autora

Ligando os dados da Figura 8 com os números expostos na Tabela 3, que demonstram ser metade do total da população residente de Cachoeira, domiciliada na zona rural, tem-se mais uma possibilidade a ser estudada em outra oportunidade, com mais variáveis, que poderia apurar que, os baixos índices do setor de agricultura podem estar ligados à mudança dos trabalhadores para os serviços e indústrias, tanto na zona rural, quanto na zona urbana.

A avicultura integrada, que também parece não ter disponibilizado mercado de trabalho suficiente para os residentes rurais, apesar de possuir quantidade de galpões e capacidade de alojamento de frangos superior a utilização atual, colabora com essa migração da força de trabalho.

A partir da Tabela 6, tem-se uma visão mais específica dos quatro principais produtos da agropecuária de Cachoeira:

**Tabela 6 – PRODUÇÃO AGROPECUARIA DE CACHOEIRA E RECÔNCAVO
REPRESENTATIVIDADE DE CACHOEIRA NO RECÔNCAVO – 2012**

PRODUTO	RECÔNCAVO	CACHOEIRA	REPRESENTA NO RECÔNCAVO
BOI	R\$ 410.875.506,00	R\$ 20.120.922,00	5%
CANA	R\$ 22.092.000,00	R\$ 9.360.000,00	42%
FRANGO	R\$ 12.771.200,00	R\$ 6.475.040,00	51%
BANANA	R\$ 10.235.000,00	R\$ 1.954.000,00	19%

Fonte: IBGE, 2013
Elaborado pela autora

Pode-se perceber que o faturamento da avicultura de Cachoeira ocupou o 3º lugar, tanto no âmbito municipal quanto em relação ao Território de Identidade, o setor aparece como líder na sua representação setorial do Recôncavo. O gado bovino ainda liderou o mercado em 2012, e apesar da cana-de-açúcar ter decrescido a sua produtividade a partir do século XX, ainda teve alguma posição de destaque no faturamento municipal e territorial, à frente do frango. Já o fumo não aparece mais entre os mais produzidos, como nos séculos anteriores (FONSECA, 2006).

Porém, com a exploração da capacidade de alojamento de frango, citada na Figura 2, esse resultado pode ser modificado, agregando maior produtividade e destaque na avicultura cachoeirana, em diversas escalas, e com abrangência socioeconômica encadeada.

Através da utilização de toda a capacidade de alojamento de frango de Cachoeira, conforme os dados da ADAB, a produção em 2012 teria alcançado o patamar de 27.095 toneladas de frango, colocando a avicultura no primeiro lugar de produção agropecuária do município, com o total de R\$ 56.357.600,00 de faturamento, considerando o preço por tonelada praticado na época.

3.2 ÁREA RURAL E URBANA / ESTRUTURA LOCAL ENDÓGENA

Cachoeira, em sua área urbana, possui significativa estrutura para se desenvolver, como foi dito anteriormente, no setor de turismo, tanto pela importância na

história política brasileira, quanto pelas características naturais e pela cultura das festas populares.

A carência se faz presente, no aspecto estrutural humano, o qual corresponde à falta de pessoas com capacitação para receber os turistas, de forma profissional; há ausência de bons profissionais nos setores público e privado. Os clientes não são bem atendidos nos mercados, nos restaurantes; as ruas estão efetivamente sujas. As reclamações são generalizadas.

Conforme Brandão (2011), a passagem do teórico para o planejamento de políticas públicas, para desenvolvimento do urbano/regional não é algo que possa ser feito por qualquer pesquisador, mas deve-se envolver a sociedade de forma coletiva, crítica e ampla, sendo os estudiosos participantes importantes, mas complementares. A dimensão espacial deve ser múltipla, e o campo de atuação também deverá ser multidisciplinar, a fim de se qualificar os debates e de se incrementar o aparato conceitual de forma crítica, visando à produção social. (BRANDÃO, 2011, p. 304).

Quanto ao planejamento urbano de uma cidade, pode-se perceber que este está diretamente relacionado com o planejamento produtivo agropecuário das áreas rurais, pois, segundo Ivan Fontes, Diretor de Apoio ao Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia (SEAGRI):

Na implementação de programas e projetos no meio rural, com certeza há um impacto no meio urbano dos municípios, quer na ampliação da oferta de alimentos e outros insumos, quer na circulação de dinheiro (fruto da renda ampliada dos envolvidos nas atividades agropecuárias) (FONTES, 2013).

Quando se aborda área urbana, nos tempos atuais, se pensa no caos da violência, no trânsito congestionado, nas distâncias a serem percorridas entre as residências e as escolas e os ambientes de trabalho, bem como, se depara com a indiferença, com o individualismo das populações, com os altos custos para se consumir alimentos, vestuário, lazer, sem contar com a convivência com a poluição e com os poucos espaços da natureza que são comercializados a altos preços.

Mesmo assim, ainda hoje, esses espaços são almejados pelos indivíduos residentes nas áreas rurais, principalmente a população de desempregados ou de

escasso recurso para se manter. E o anseio pela “cidade grande”, que muitas vezes se confronta com uma realidade de falta de estrutura para receber as pessoas do êxodo rural, num espaço e tempo disputados por populações crescentes, criando mais impasses para que os gestores públicos consigam formas de controlar ou remediar tal situação.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 PERFIL DO AVICULTOR

Foram visitados todos os 35 avicultores pertencentes ao sistema de integração vertical com grandes indústrias de abate e comercialização de frango, cobrindo toda a extensão de terras que compõe o setor avícola de Cachoeira, com sucesso de entrevista em 31 estabelecimentos, o que compreende a 91,4% do universo da pesquisa.

Nessas estruturas de produção de frango, foram encontradas famílias desempenhando a função de trabalhadores nos galpões, composta por crianças, adultos e idosos, os quais foram observados recolhendo pintos mortos, monitorando a alimentação, limpeza e rotina diária de manutenção dos galpões.

Tabela 7 – IDADE, ESTADO CIVIL, Nº FILHOS, ESCOLARIDADE DO AVICULTOR 2012

No.	IDADE	No.	ESTADO CIVIL	No.	No. DE FILHOS	No.	ESCOLARIDADE
3	21 a 30	16	CASADO	3	0	2	N/ESTUDOU
13	31 a 40	15	SOLTEIRO	20	1 a 3	18	FUNDAMENTAL I
10	41 a 50			5	4 a 5	7	FUNDAMENTAL II
3	> de 50			2	7 a 8	4	MÉDIO

Fonte : Pesquisa de Campo 2012/2013

Elaborado pela autora

Através dos dados da Tabela 7, pode-se perceber que os 31 avicultores tinham uma média de 39 anos de idade, fato que, associado a ser em sua maioria casados, com filhos para sustentar e com escolaridade estagnada no Ensino Fundamental I, ou antiga 4ª série do Primário, forma o perfil ideal para a aceitação e execução de atividades manuais de pouca remuneração financeira.

Na relação de integração com benefícios unilaterais para as indústrias, esse perfil de produtor facilita o processo produtivo conjugado com subjugação de mão de obra. É um sistema produtivo distante do foco de cooperação e conseqüentemente voltado para o viés individualista que privilegia o capital sobre o indivíduo.

Tabela 8 – AVICULTOR DONO DA TERRA/DONO DA GRANJA - 2012

No.	DONO TERRA	No.	DONO GRANJA
4	SIM	6	SIM
27	NÃO	25	NÃO

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.
Elaboração: SANTOS, Edith L.O. 2014

Conforme Tabela 8, 87% dos avicultores e 81% dos avicultores não são proprietários da terra e/ou das granjas, respectivamente. São locatários ou arrendatários que investem na produção de frango, disponibilizando os seus familiares e alguns poucos empregados agregados informalmente.

A maioria dos avicultores não são proprietários da terra. São alguns locatários, arrendatários ou parceiros que utilizam as terras das indústrias, de dirigentes de indústrias de frango ou de outros proprietários, colocando seus próprios familiares para trabalhar em regime de dedicação exclusiva, fechando o perfil predominante de familiar. Esta relação só confirma a tradição de relação trabalhista conflitante na região. É uma opção com menor custo, porém com maior subjugação de uma mão de obra produtiva que poderia ser economicamente mais ativa para dessa situação, a maioria dos avicultores acredita que a modalidade de produção pela integração ainda é a mais vantajosa alternativa para a região, uma vez que o avicultor e seus familiares ou funcionários apenas operacionalizam a produção, ficando a parte considerada mais difícil, como acompanhamento médico, custos com ração, energia elétrica, manutenção dos equipamentos e transporte por conta da indústria integradora (SANTOS e BAIARDI, 2013, p. 6).

Alguns vieram de outros municípios da Bahia e até de outros estados, com experiência na criação de galinha caipira. Passaram a criar frangos em parceria com as indústrias integradoras, a partir da perspectiva de não haver riscos de faltar mercado para escoar a produção. Sairam de seus domicílios anteriores, devido às consequências da seca, à falta de emprego e de mercado para continuar como avicultor.

Outros avicultores são do município de Cachoeira, e recorreram ao processo de integração, também, devido às garantias de compra dos lotes de aves, sem precisar buscar clientes fora.

Apesar de pouco mais da metade, 17 avicultores, afirmarem ter havido melhoria de vida após a integração, apenas 14 afirmaram perceber algum reconhecimento

social, conforme Anexo B, após entrarem para esse sistema produtivo, enquanto 17 alegam serem rotulados de “bobos” pelos produtores independentes.

Alguns poucos avicultores tinham seus filhos maiores trabalhando na indústria integradora, num emprego formal, no operacional de abate e processamento do frango, enquanto os filhos menores ajudavam nas atividades domésticas e da própria produção.

As esposas também participavam das atividades das granjas e revezavam com seus esposos em turnos diurnos e noturnos nos cuidados com as aves. Conforme o Anexo C e D, cada propriedade cuidava de uma média de 21.888 aves por lote, que se fazia a cada 40 dias, mas declarando possuir capacidade para uma média de 22.200 aves.

Apenas 16 famílias desenvolviam atividades extraordinárias à integração, tanto de agropecuária, quanto de artesanato e serviços, fosse rentável ou não.

4.2 FINANÇAS DO AVICULTOR

Conforme a Tabela 9, pode-se ter os tipos de financiamentos dos avicultores, bem como das receitas de acordo com as informações dos 31 avicultores entrevistados, considerando estas receitas por lote de 40 dias de produção das aves.

Tabela 9 - FINANÇAS DOS AVICULTORES CACHOEIRA – 2012

Financiamento	No.	Receita Bruta/lote R\$	No.	Receita Líquida/lote R\$	No.	Outras Receitas/lote R\$	No.
Próprio	5	de 900 a 5.000	16	de 150 a 1.500	17	de 310 a 1.000	6
Bancário	2	de 5.001 a 10.000	2	de 1.501 a 3.000	6	de 1.001 a 2.000	1
Integradora	24	Acima de 10.000	2	Acima de 3.001	3	Acima de 2.001	2
Não informou/sabe	0	Não informou/sabe	11	Não informou/sabe	5	Não possui	22

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Elaboração: SANTOS, Edith L.O. 2014

: A Tabela 9 demonstra que os avicultores de Cachoeira se dividiam em: grande maioria de produtores que dependiam de financiamento das indústrias integradoras, e conseqüentemente precisavam se adequar às exigências dessas empresas com mais afinco; maioria dos produtores que informaram seus rendimentos, tinham receita bruta/líquida num patamar, que, se comparadas às médias de produção por lote, ou 21.888 cabeças, estavam passando o frango por uma média de R\$ 0,23/R\$ 0,06 bruto e líquido, por cabeça, respectivamente.

Esses valores recebidos pelos avicultores têm um peso de 5% sobre os preços praticados pelas indústrias integradoras quando da venda do frango aos varejistas, conforme o Anexo E. Ou seja, existia e ainda existe, uma significativa lucratividade para o integrador, quando o mesmo terceiriza a criação dos frangos. O operacional e os seus riscos ficam por conta do avicultor, e isso não é contabilizado na remuneração deste.

Conforme Buainain et al., (2014):

A título de ilustração, um pequeno produtor avicultor, cuja propriedade ostenta um galpão de aves, de 100 m, pode manejar um grande plantel e equipamentos de alto valor, mas também terá de assumir dívidas expressivas e encargos financeiros pesados, embora seu ganho líquido seja relativamente pequeno no final de um ciclo. Qualquer alteração nessa arquitetura financeira, até por razões relativamente alheias à sua administração (pois decorrentes de condições macroeconômicas gerais), poderá significar a sua bancarrota como produtor (BUAINAIN et al., 2014, p. 178).

Apesar de 80% dos avicultores entenderem serem injustos os preços praticados nas negociações com as indústrias, 50% da classe entendia ser a integração vertical a melhor alternativa para se atuar no mercado de frango, pois acreditavam facilitar o acesso dos seus produtos no mercado interno e externo, com a qualidade dentro das especificações exigidas, conforme Anexo E.

A área utilizada para o negócio era de até 20% do total da propriedade, conforme Anexo B, por 64% dos avicultores, ficando uma grande parte das terras sem uso.

Além da impossibilidade contratual com as indústrias integradoras de praticar outras atividades à parte da avicultura, o produtor permanece numa propriedade com características de abandono, e com restrição para a alternativa de receitas extras.

Da mão de obra que trabalhava nas granjas, conforme mencionado, encontrou-se famílias inteiras atuando operacionalmente. Mensurada essa atuação, levantou-se

através dos entrevistados um total de 80% de trabalhadores familiares, contra 10% de “terceirizados”, e 10% com carteira de trabalho registrada, conforme Anexo F.

Em 84% das propriedades, a indústria integradora é quem prestava assistência técnica aos equipamentos utilizados por essas granjas, enquanto 16% ou 5 avicultores utilizavam a assistência de instituições como Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), ou universidades públicas locais. Porém, a assistência prestada pelas indústrias tinha um custo descontado na receita final dos avicultores.

Apesar de 87% dos avicultores terem afirmado que as indústrias não atuam com práticas de responsabilidade social com os produtores, no Anexo B, nem com as comunidades de entorno, e por esse mesmo percentual não possuir experiência com sistemas de cooperação, 52% disse não apoiar a substituição do sistema atual de integração vertical por um sistema baseado na cooperação, Anexo F. Enfatizaram a falta de interessados em liderar um processo de mudanças, principalmente em se tratando de mudanças de princípios do individualismo para a solidariedade, uma vez que não havia contato entre os produtores, que justificasse uma união com o foco comercial.

No setor avícola em Cachoeira, alguns poucos avicultores se comunicam para falar sobre preços praticados com as indústrias integradoras, ou outros aspectos da operacionalização da produção. Esse desconforto na forma de comunicação da maioria é devido a se tratarem como concorrentes, com receio de serem preteridos pelas indústrias de processamento em favor do seu vizinho avicultor. Esse foco individualista dos avicultores é vantajoso para as indústrias, pois se beneficiam financeiramente, centralizam as informações e segregam para comandar as relações comerciais.

4.3 PERFIL DA ASSOCIAÇÃO BAIANA DA AVICULTURA – ABA

Neste tópico da pesquisa, pensou-se, a princípio, na denominação de “perfil das indústrias integradoras”, porém, como nas investigações feitas, foram levantadas informações de que o corpo de composição da Associação Baiana de Avicultura (ABA) é formado por dirigentes das indústrias e proprietários de grandes granjas do território avícola de Cachoeira, São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, e que esta

entidade não atuava em parceria com os pequenos e médios avicultores em nenhum aspecto social, optou-se por traçar o perfil desta associação, que representa os interesses dos integradores.

A propaganda da ABA contradiz os aspectos expostos sobre a relação encontrada entre avicultores e indústrias integradoras, conforme se segue:

Tem como objetivo principal a representação da classe dos avicultores do Estado da Bahia, a defesa dos seus direitos e interesses e a colaboração com os Poderes Públicos, como órgão especializado e técnico consultivo, o estudo e a solução das questões que se relacionem com a Avicultura visando o aperfeiçoamento, o desenvolvimento e propaganda da Avicultura em geral (ABA, 2014).

Através do site da ABA, encontra-se notícias atualizadas sobre o mercado avicultor, bem como notícias sobre outros mercados que tenham relação direta e indireta com o setor, como sobre o mercado de milho e soja, principais insumos da ração de frango, sobre os mercados de outros países, que influenciam diretamente nos preços praticados pelo Brasil. São também noticiados eventos como congressos, seminários, entre outros encontros de profissionais relacionados com a produção avícola, que acontecem em escala nacional e internacional (ABA, 2014).

Em 2012, foram levantadas informações com o então presidente da ABA por *e-mail* e por telefone, referentes ao sistema de integração, e o mesmo afirmou estar sempre apoiando as pesquisas do setor. Afirmou que os estudantes e pesquisadores sempre questionavam sobre o sistema de integração e constatavam que é o melhor para o setor avícola, bem como para a visibilidade econômica dos seus territórios.

As informações da ABA são mais voltadas para os indivíduos que negociam no mercado, como as próprias indústrias e os grandes avicultores. Os menores avicultores, como foi constatado, não possuem escolaridade suficiente para se interessar por questões internacionais relativas aos negócios avícolas, e assim a grande maioria dos avicultores se define: “Não entendemos desses negócios. Só entendemos de criar os frangos”.

Não há dúvidas de que os resultados financeiros do processo de integração com as indústrias ecoa positivamente em diversas escalas, como a colocação do Recôncavo da Bahia nas estatísticas econômicas do mercado avicultor. Porém, o ponto de

convergência entre o social e o econômico não existe, ratificando os benefícios verticalizados de todo este processo, sendo o topo da “cadeia processual” o único beneficiário, - a indústria integradora -, em curto, médio e longo prazos.

O município de Cachoeira possuía capacidade estrutural, conforme mencionado anteriormente, que permitia alojar nove vezes a quantidade então produzida de frango.

De acordo com os dados do avicultor, que foram descritos e analisados, neste capítulo, percebeu-se a falta de interesse no mercado, por parte da população. Isso denotou um perfil de pouca atratividade para a entrada de novos potenciais avicultores, restringindo a atividade a uma mera opção de sustento familiar para os arrendatários e empregados do setor, apesar de estarem integrados à produção capitalista.

Algumas tabelas com os dados dos avicultores, considerados mais importantes para esse trabalho, foram neste capítulo expostas. Porém outros dados que aqui foram analisados, fazem parte dos anexos deste trabalho.

Diante dos dados quantitativos levantados e de todo o arcabouço qualitativo apurado, pode-se perceber que o capital se aproveita e prevalece sobre as a classe de avicultores de Cachoeira, ratificando a subjugação para encurtar os prazos para aquisição de lucros, e de maiores lucros.

Os avicultores trabalham com suas famílias, e fazem manualmente a parte mais trabalhosa e pesada do processo de produção do frango. São 24 horas de trabalho braçal em conjunto, para a vigilância de aves que têm que crescer o mais rápido possível e no maior peso que se puder desenvolver, dentro de padrões de qualidade internacionais, sem a preocupação com a qualidade de vida humana que está engajada nesse processo.

É a lucratividade, a rapidez do processo e a inserção do território avícola da Bahia que recebem destaques, tanto na mídia e nas estatísticas dos órgãos oficiais do Estado, quanto na maioria dos trabalhos acadêmicos, desde a evidência do Brasil no mercado avicultor internacional.

Ou se afilia ao sistema de integração vertical com as indústrias de processamento de frango, ou se fica fora do mercado. Assim acontece com os pequenos e médios avicultores. A falta de confiança entre eles próprios, propicia a

integração verticalizada imperar com o apoio do individualismo, fomentando a desigualdade através da manipulação dos produtores.

A desorganização social oriunda da modernização econômica pode ser perfeitamente compreendida como fator de anomia e crise social, e de fato assim é. O que é econômico e momentaneamente lucrativo não é, necessariamente, o que melhor expressa os valores sociais relativos à constituição do humano, à humanização do homem, e à superação de suas carências e não propriamente nem primariamente carências econômicas e materiais (MARTINS, 2014, p. 23).

Não foi identificada qualquer abordagem das indústrias em consultar os saberes dos avicultores para com a produção, mesmo tendo a maioria destes experiência com o manejo do plantel. É implantado todo o formato de criação/produção, nos moldes que as indústrias determinam. Porém, como foi visto nos dados citados e nas respostas às abordagens subjetivas das entrevistas, a relação de participação expressiva é unilateral, ficando o avicultor apenas como executor das diretrizes traçadas pela indústria integradora.

Sabidamente, quem trabalha e/ou pesquisa na área de gerenciamento de pessoas e de relações interpessoais nas organizações, conhece o declínio da qualidade do trabalho do indivíduo que não participa da gestão, que não opina no planejamento e na execução das atividades desenvolvidas pela organização a que é subordinado. Esse fator como sendo analisado dentro de uma empresa que paga salário e benefícios.

Dentro de uma relação de integração na avicultura o estresse gerado se torna muito maior, uma vez que o avicultor está por sua própria conta e risco na sua relação com a indústria. Sem garantias trabalhistas e sem benefícios financeiros ou sociais, é possível afirmar que a avicultura trabalha em regime análogo ao de trabalho escravo, raiz do Recôncavo.

A gestão participativa gera uma relação de maior cumplicidade e companherismo não só entre patrão e empregado, mas também entre parceiros de negócios, entre clientes e fornecedores e até entre concorrentes em um mesmo mercado.

A insatisfação das pessoas nas propriedades avícolas, mas também, a permissividade e condescendência com toda a situação que elas se submetem, por falta de outras opções de trabalho, por comodismo de não precisar se movimentar atrás de

mercado para a sua possível produção independente, tem grande probabilidade de impactar negativamente no produto final: o frango. As condições de trabalho e a qualidade de vida que as famílias estavam e ainda estão operando as granjas, é o prenúncio de um futuro conflito entre as partes desses contratos de integração, que conseqüentemente se refletirá na qualidade das aves e nas estatísticas de produção e exportação.

Como “as exportações têm sido o fator fundamental da dinâmica de crescimento do agronegócio brasileiro” (CONTINI, 2014, p. 153), é importante se preocupar com possíveis causas para estagnação, desaceleração e perda de mercado no setor avícola.

Foram levantados dados que apontam para direção de uma classe de produtores, de um modo geral, insatisfeitos com a relação integrada com as grandes indústrias de abate e processamento do frango. Porém, há um receio de mudar para a produção independente da integração, mesmo que em situação de cooperação entre produtores. Ou seja, a maioria não conhece o sistema de cooperação, mas acredita que não daria certo entre eles, porque dependeria de alguém que liderasse, e esse alguém não existe, e caso existisse, talvez não inspirasse confiança para os outros associados.

O fator de ter “alguém” que se responsabilize pela operação de abate e processamento do frango, bem como da busca de clientes no mercado para escoar a produção, inibe a necessidade de se juntar com outros produtores, para formar uma classe formalmente constituída, para praticar o mutualismo nas atividades inerentes ao setor.

Há o medo do novo, principalmente, quando não há uma perspectiva de apoio e/ou fomento do Estado para compor organizações de cunho cooperativo, que invista na capacitação dos possíveis associados e dos seus trabalhadores. São de políticas públicas que os avicultores mais reclamam, ou da falta delas, para se sentirem produtores de sucesso e de repercussão em escalas maiores, sem a interferência de grandes empresas como atravessadoras dos seus lotes de aves.

A situação atual está estagnada num paradigma de falta de confiança entre os produtores, entres estes e o Estado, e como única alternativa, de vínculo às indústrias que, mesmo não correspondendo às suas necessidades de melhores preços e de

melhor estrutura para os trabalhadores e seus familiares, os fazem acreditar que estão na “menos pior” das situações.

Falta maior nível de escolaridade e qualificação, tanto para oferecer segurança, quanto para oferecer iniciativa de mudar para um sistema de cooperação. Atrelado vem a necessidade de fomento do Estado, em conjunto com as instituições de ensino superior, através de pesquisa e de se envolver com as pessoas, não só como objeto de pesquisa, mas como prática de exercício para capacitar e estimular um melhor arcabouço socioeconômico neste território.

Desses produtores que se encontram estacionados nos sistema de integração, muitos disseram querer crescer acompanhando o mercado ao seu redor, mas também sentem a necessidade de crescer como pessoas, participando, sendo útil para o sistema produtivo. Querem perceber que estão contribuindo e desenvolvendo junto com a produção, Porém, enquanto não tiverem apoio do Estado para mudar a situação atual, continuarão no mesmo sistema de produção.

Todas essas nuances se desenrolam ao redor das indústrias que acreditam estarem levando o desenvolvimento ao território em que estão inseridas. Acreditam estar levando emprego e auxiliando no crescimento do rural e do urbano, que antes de chegarem, as pessoas não tinham uma oportunidade digna de trabalho.

A chegada e permanência destas indústrias, têm impulsionado uma sutil elevação da qualidade de vida dos habitantes, seja pelas iniciativas empreendedoras em cadeia, ou pelo surgimento de pequenos negócios para suprir necessidades geradas pelas rendas dos empregados das indústrias, ou pela aquisição de bens em outros municípios, também movimentando a economia externa. Porém, este retrato instalado de qualidade de vida, ainda se mostra aquém dos padrões de outros territórios avícolas do país, similares em tamanho populacional e geográfico.

As falas dos avicultores e de alguns representantes das indústrias apontam para o rural como o lugar de abandono, da falta de oportunidade de crescimento, e o urbano o melhor lugar para se desenvolver, o lugar que deve ser de aparência chamativa e limpa.

As localidades onde se situam os galpões de produção de frango em Cachoeira, têm aspecto de abandono. Só se percebe que há atividade de produção, quando se

adentra nas propriedades. No local de trabalho há casas que mantêm pessoas em situação de pobreza, que agregam suas famílias para ajudar no trabalho análogo ao trabalho escravo, em tempo integral, para operacionalizar o processo produtivo dos frangos, a fim de entregá-los às indústrias em tempo hábil para o processamento, que no final de 2012, eram 40 dias.

No rural se encontram as granjas, que por mais assistidas pelas indústrias, são lugares considerados feios, com seus arredores de vegetação abandonada, diga-se a lembrar, por conta da exigência de monocultura para os avicultores. Com famílias que incluem crianças e idosos a recolherem pintos mortos, a se revezarem dia e noite na limpeza dos galpões, no carregamento dos caminhões que saem para as indústrias com os lotes prontos para abate. E que por fim, só será válida a contagem das aves que embarcam nos caminhões na chegada, ou na entrega nas indústrias, porque, ainda que haja perdas de aves no caminho entre a granja e a indústria, o prejuízo é do avicultor.

São vários abusos e delitos cometidos em nome do destaque na economia brasileira.

Todos esses dados ratificam a falta de consideração ao território, na sua própria história, por parte dos agentes e atores sociais, como o deveria ser feito para que seja considerado “território”.

Pode-se sim provocar a adaptação do território ao moderno, ultrapassar técnicas arcaicas, mas com um foco voltado para as pessoas, principalmente, se desenvolvendo meios que proporcionem mudanças financeiras positivas sem perder o perfil solidário, e procurando desenvolver o capital social para repercussão em escalas maiores e de forma conectada a outros territórios.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Uma história de interesses, dedicação, mas também de opressão e repressão se construiu como estrutura das economias no mundo. É sabido que desde que o indivíduo saiu do seu isolamento e passou a compartilhar atividades e ideais com o seu vizinho, formando tribos e posteriormente comunas e cidades, que se fez girar a roda da economia. Mercado, trocas, produção, aquisição, ofertas, entre outros, são termos que indicam um paradigma de relacionamentos baseados em suprir necessidades que o indivíduo adquiriu ou criou com o passar dos tempos.

No referido Seminário da UFRB, sob o tema “Municípios do Recôncavo: Caminhos para o desenvolvimento”, em janeiro de 2014, o Assessor do MDA, Jerônimo Rodrigues, bem como o Reitor da UFRB, Paulo Gabriel Soledade Nascif foram incisivos em afirmar que essa – a avicultura – é uma questão complicada, que deveria envolver as comunidades e as universidades, uma vez que a problemática da relação de integração entre avicultores e empresários chega a ser uma “questão imoral e desumana”.

O Território de Identidade do Recôncavo Baiano, deve ser visto também como fruto da força emitida por projetos sociais e políticos, que regulam as relações, que têm poder de decisão, e que devem ser estimulados e sensibilizados pelo Estado.

A significação do território como sendo espaço construído a partir dos interesses dos indivíduos, reúne representantes de categorias sociais e políticas, com objetivos específicos que desenvolvem processos para alcançar esses interesses/objetivos, gerando identidade, vinculando laços de forças comuns e de ajuda mútua.

O enraizamento do indivíduo no território faz parte desse processo de identidade, de luta coletiva, e do desejo de ver desenvolver paradigmas que se apoderam dos indivíduos, trocando experiências e ligações mútuas, gerando sentimento de cumplicidade e de experimentação da cultura e do ambiente vivido. Daí nasce o conceito de “lugar”, que diferente de território é o espaço vivido em toda sua forma de integração indivíduo/espaço (SCHNEIDER, 2010, p. 36).

Atualmente, com a globalização e a revolução tecnológica as fronteiras estão além do físico, estão virtualmente acontecendo, onde pessoas se encontram e se

relacionam de forma superficial ou não, mas de forma rápida e sem fronteiras para transpor, artificial, não comunitário, e racionalizado.

Os espaços físicos, tanto públicos quanto privados, reduzidos nas áreas urbanas, os quais pouco oferecem oportunidade para conversas ou reuniões, são causas e consequências de uma era de individualismo, de pouca ou quase nenhuma comunicação sobre aspectos comuns da vida. Esse paradigma mais moderno, têm se expandido para área rural também, onde as pessoas se isolam em suas roças, com antenas de canais fechados e toda a tecnologia que encontram disponível (SCHNEIDER, 2010, p. 36).

O município de Cachoeira vivencia o que Brandão (2004) chama de “toda uma racionalidade econômica”, que determina a heterogeneidade e diversidade estrutural subordinada a lógica econômica de “natureza imediatista, rentista e patrimonialista”, aumentando as desigualdades intra e inter-regional. São necessários atores inseridos de forma cooperativa, parcerias com coincidência de objetivos, ações assistencialistas, compensatórias e focalizadas, “tecer novas redes de colaboração e melhoria do ambiente”, e “ações preliminares para sensibilizar os interesses civis locais, para animar o território” (BRANDÃO, 2004, p. 73).

No entanto, há estudos apontando distorções nos valores do cooperativismo/associativismo, que os iguala a uma organização empresarial convencional, com todas os seus problemas vindos do poder do capital acima do social. São exemplos de cooperativas que cresceram muito no mercado, mas que, por questões individuais ou de interesses de pequenos sub-grupos elitistas dentro da própria cooperativa, se desviaram do propósito socioeconômico, para um propósito somente econômico.

Acredita-se que as comunidades com as universidades não mudarão esse paradigma sem o apoio governamental, uma vez que as indústrias recebem mais incentivos do Estado do que a população de avicultores. Seria um longo processo de mudança, acompanhado de muitas dificuldades, devido ao desligamento das indústrias integradoras e dos seus processos já dentro dos padrões estabelecidos pelo mercado.

Outras consequências do sistema de integração também precisam ser observadas. O risco da monocultura se faz presente nesse território, uma vez que, para Buainain, et al., (2014): “[...] produtores superespecializados ficaram mais sujeitos às condições de um único mercado do que aqueles que têm produção mais diversificada, pois que é menor a probabilidade de todos os mercados caírem ao mesmo tempo” (BUAINAIN et al., 2014, p. 178).

Há de se considerar dentro das possibilidades conclusivas e de recomendações, a certeza da cooperação entre os produtores de frango como alternativa de desenvolvimento do setor avícola de Cachoeira, como em quaisquer outros setores de produção, mesmo que não aconteça uma dissociação com as indústrias integradoras.

Porém, se faz pertinente salientar que, os produtores sozinhos dificilmente conseguirão romper a barreira do individualismo a que estão acostumados a viver, e se atrelar à cooperação. A construção do setor avícola atualmente oferece valor apenas para resultados financeiros, que calam perspectivas de cooperação. Essa construção faz forçosamente o setor avícola de Cachoeira parecer como não propensos à cooperação. Porém, propensão, como capacidade, habilidade, inclinação, jeito, predisposição, tendência e vocação é algo que impele o indivíduo a determinada direção. E a direção para a cooperação é mais forte que o individualismo que o avicultor tem procurado seguir.

É necessário o estímulo das instituições de ensino e de pesquisa em parceria com órgãos do Governo do Estado da Bahia, através do fomento a projetos de capacitação de produtores, de implantação de políticas públicas e do fomento à implantação de organizações de cooperação, para que se desperte o interesse dos avicultores por este sistema, seja através de associações, cooperativas e, de forma mais atual, consórcios de produtores rurais.

Com o incentivo e regulação do Estado, das comunidades e de pesquisadores, através da divulgação de Cachoeira, através do incentivo à exploração turística, e pela conscientização, preparo e capacitação da população também se pode viabilizar a abertura do caminho da cooperação em prol do desenvolvimento local com maior ênfase, extensivo a outros setores.

O Secretário Municipal de Agricultura atribui a culpa da falta de cooperação ao individualismo da população local, bem como de uma experiência negativa no município vizinho: Maragogipe.

Infelizmente a credibilidade da cooperativa na região, está negativa. Pois, após a cooperativa de produção e comercialização de inhame do município de Maragogipe, há 22,3 km de Cachoeira, ter alcançado o auge do seu desempenho no mercado, os seus dirigentes fundaram uma grande empresa de igual atuação, levando a carteira de clientes consigo, e deixando a cooperativa para trás. Por resultado, a cooperativa e seus novos gestores e clientes não conseguiram mais se reerguer para competir, negativamente a visão cooperativista para essa região (LOBO, 2013).

O trabalho de mudança desse perfil local para um paradigma cooperativo, que inclui confiança recíproca, proatividade, liderança e senso de pertencimento, necessita de grande esforço em prol de uma população receptiva a essas idéias. Seria um trabalho conjunto para se começar a mudar a situação atual, pois se trata de uma população de indivíduos em caminhos completamente adversos ao de um sistema de cooperação, o que impossibilita o desenvolvimento local endógeno.

A modernização da agropecuária que muitas vezes segrega ou expulsa os indivíduos das suas origens rurais para sobrecarregar as áreas urbanas, poderia ser visada pela gestão das cidades em conjunto com os setores responsáveis pelo desenvolvimento do rural, para viabilizar a sustentabilidade do indivíduo tanto no rural, quanto no urbano, de forma complementar. Ou seja, cada área cumprindo o seu papel de manter a economia funcionando, sem perder o foco social e ambiental.

Segundo Borja e Castells (2010, p. 9), as áreas urbanas passam a ter suas estruturas comprometidas para suportar tantas imigrações, tanto no setor de saneamento básico, quanto de abastecimento de água, oferta de emprego e consequentemente problemas na segurança pública, como o aumento da violência. Constata-se esses fenômenos nos distritos de Capoeiruçu, Belém de Cachoeira e no próprio centro comercial de Cachoeira. São abordagens violentas dos bandidos nas ruas e nos domicílios. São grupos de jovens, formados principalmente por pessoas moradoras da zona rural e periurbana, que não conseguem emprego no concorrido mercado de trabalho da zona urbana.

Municípios de pequeno porte, como Cachoeira, que possuem em torno de 32.000 habitantes em 2012, com mais da metade desse número nas áreas urbanas e de expansão periurbanas, normalmente são carentes de recursos estruturais para suportar a densidade populacional, principalmente no Nordeste do Brasil.

Percebe-se nas áreas periurbanas de Cachoeira, assim como no centro urbano do município, em épocas de festejos juninos, eleições ou feriados prolongados, um significativo número de pessoas nativas que voltam das suas residências em cidades grandes ou da capital mais próxima – Salvador - para rever seus parentes e familiares, e para mostrar uma “modernização ou evolução” no aspecto físico, no vestuário, na forma de falar e de gesticular. Porém, poucos sabem em quais circunstâncias essas pessoas estão vivendo nas áreas urbanas, uma vez que fazem parte de um contingente de trabalhadores com baixa valorização no mercado de trabalho, que contribui para o aumento da demanda de estrutura nas cidades, por serviços e por emprego, sobrecarregando os setores estatais de planejamento urbano.

A princípio um foco ruralista, segundo Ribeiro e Cardoso (1994, p. 81), se aplicou com ênfase na Primeira República (1880-1930), com uma aversão demonstrada pelas “futilidades” das áreas urbanas, pelo “mundanismo” que era oferecido a quem pudesse comprar, com o dinheiro recebido na zona rural, este que simbolizava valores positivos. Daí para frente se passou por épocas em que as visões urbano/rural se inverteram, com a chegada da industrialização nas grandes cidades e das tentativas de se copiar os padrões europeus e americanos de estrutura urbana, abafando os aspectos “provincianos” que o interior, bem como a zona rural demonstrava.

A visão das indústrias, a partir da população de Cachoeira, ainda é de destaque, por serem empresas que vieram das grandes cidades “trazendo o progresso”, como muitos falam.

Segundo o Secretário de Agricultura do Município de Cachoeira, Sr. Carlos Lobo (2013), o sistema de integração não recolhe tributos para Cachoeira, porque as empresas de processamento estão em outros municípios, mas há alguma repercussão social e econômica na cidade de Cachoeira:

A avicultura seguramente propicia maior retorno ao município, tanto no que se refere aos tributos quanto na geração de empregos e renda.

O município se beneficia com a atividade avícola em várias vertentes, desde o equilíbrio dos preços do produto no mercado local, quanto no fomento da economia na região seja na construção civil, comércio de ração e equipamentos, geração de empregos, manutenção do homem do campo no campo, enfim é visível em nosso município o incremento dessa atividade e os benefícios gerados. Não temos os números para quantificar a nossa capacidade de alojar frangos. Certamente o IBGE a própria ADAB possui essas informações, mas o que podemos afirmar que existe uma certa facilidade através de agentes financeiros para incentivar e incrementar a produção de frangos, tendo em vista a demanda dos mercados interno e externo. (LOBO, 2013).

Como foi citado no capítulo 1, a capacidade de alojamento de frango é muito maior do que a quantidade alojada na prática. Porém, os agentes financeiros só facilitarão a liberação de recursos em caso de avicultor conectado ao sistema de integração, ou avicultor em sistema de cooperação.

Essa ligação obrigatória dos avicultores com as indústrias para se estabelecerem no setor se tornou mais uma forma de enaltecimento do poder financeiro que veio da “cidade grande”, que lamentavelmente não valorizam os bens naturais das áreas exploradas.

Mais recentemente, ainda no século passado, com a preocupação ambiental das sociedades, abordagens com foco maior na natureza passaram a ser sinalizadas nos planejamentos do Estado. É a qualidade de vida do ser humano, é a preocupação com o local e o global de forma conjunta, por se perceber a ligação de ação e reação em ambos, e conseqüentemente um crescimento no fomento internacional a pesquisas no Brasil, direcionando para esse foco. (RIBEIRO e CARDOSO, 1994, p. 87).

Na finalização deste trabalho, ou seja, recentemente, já que a elaboração dele durou em torno de 2 anos, se buscou verificar se havia alguma perspectiva de mudança no ambiente avícola de Cachoeira, uma vez que as mudanças políticas, sociais e econômicas, impulsionadas pelos mercados, acontecem muito rapidamente em pouco espaço de tempo.

Percebeu-se que houve um aumento considerável de criadores de frango caipira neste território, que não havia se percebido no início da pesquisa. E, como a classe de produtores de frango caipira, historicamente, foi o início de quase todos os produtores de frango para processamento industrial, decidiu-se por aqui nas Considerações o breve levantamento feito em torno dessas novas perspectivas, na materialização da

Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Conceição da Feira, conforme descrita no capítulo 2, na seção 2.3.

Os novos dados que surgiram recentemente, geraram a necessidade de se levantar o perfil dessa organização e de como a mesma está atuando no mercado rural como um todo. A princípio se pensou que os avicultores haviam se manifestado para mudar a atual situação de dependência das indústrias integradoras. Porém, a partir de conversas com o presidente desta cooperativa e um associado, percebeu-se que a situação oscila entre o anseio por mudanças do setor e a falta de experiência e de incentivos para a concretização dos planos de cooperação.

A partir deste contato, pode-se fazer um retrato sucinto e parcial da cooperativa, tanto quantitativa, quanto qualitativamente. A organização é composta de 50 sócios, foi formalizada em 2011, mas passou a executar as suas atividades no ano de 2013. O presidente está no seu segundo mandato, que segundo ele, devido ao fato de ninguém querer assumir o cargo.

Sr. Ademilton exerce esse cargo mais a presidência da Associação de Moradores de cinco comunidades rurais de Conceição da Feira, assim como exerce a função de secretário do Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares de Conceição da Feira e cidades vizinhas, como Cachoeira (AMORIM, 2014).

Ele demonstra visível desgaste físico, que ele diz ser de cansaço por desenvolver muitas atividades. Os associados reclamam de poucas atividades desenvolvidas pela cooperativa, bem como da atuação superficial do presidente, mas não participam com intensidade das reuniões e das decisões a serem tomadas.

O número de participantes das reuniões é insignificante, e a comercialização dos lotes de frango, até o momento, foi irrelevante. Eles não possuem controle informatizado do que entra e sai da produção, e confiam a terceiros não associados a responsabilidade de fazer os registros de controle das movimentações financeiras e do giro da produção.

A esperança de finalizar a obra de um abatedouro adquirido em Iará, há 72 quilômetros da sede da cooperativa, e de se construir um abatedouro no terreno adquirido entre Cachoeira e Conceição da Feira, motiva os associados a continuar

almejando uma boa atuação da cooperativa, porém, esta é a opinião da minoria dos associados.

De forma bem comum às reclamações de muitos associados e/ou cooperativados de outras partes do Brasil, muitos cooperativados desta organização também fazem negócios por fora da cooperativa, esperando o preço melhor que irá conquistar a sua produção em qualquer direção, demonstrando falta de fidelidade para com os companheiros, e fuga do propósito de ajuda mútua da organização.

Há reclamação generalizada dos avicultores em relação ao preço da ração. Eles encontram preços melhores em regiões distantes dos seus empreendimentos, mas não conseguem comprar, devido aos custos de transporte e a falta de união para adquirir esses insumos em grande quantidade.

As reuniões que contam com uma média de 25% dos sócios, só acontecem porquê se vai buscá-los em suas casas, ou não haveria quaisquer reuniões de associados. Mas, mesmo assim, pensam em crescer e têm a intenção de se desenvolverem, principalmente dentro da classe de avicultores, pois sabem que há grande demanda do mercado para isso.

Ainda não sabem como se movimentar, e acredita-se que, pela falta de conhecimento na área de gestão cooperativa, bem como de iniciativa para fazer o negócio acontecer de fato, e da opressão do mercado para os pequenos e médios, percebeu-se produtores independentes, com o desejo de trabalhar juntos, mas sem a noção de como fazê-lo. Estão se “batendo” entre erros e acertos para achar um caminho a ser percorrido em direção a uma consistência dentro do mercado.

Indicou-se para o presidente e para o associado, os contatos da coordenação do curso de Gestão de Cooperativas da UFRB, bem como da Empresa Júnior da Faculdade Adventista de Administração da Bahia, a fim de que pudessem obter auxílio nas questões gerenciais e operacionais, em troca de material de estudo para os cursos dessas instituições.

No final da entrevista pode-se firmar um compromisso de apoio e participação nas próximas reuniões da cooperativa, com o intuito de assessorar no que for necessário para tirar dúvidas administrativas, financeiras e de operacionalização. Incentivo a busca de ajuda do Estado, bem como de parcerias de fornecedores e

clientes, para que se tente alavancar a atuação da cooperativa no mercado. Em troca, pediu-se para registrar o desenvolvimento desta cooperativa e dos seus associados daqui pra frente, por tempo a ser determinado.

Percebeu-se que a “propensão a cooperação”, existe, tem força, é empolgante e se propaga com facilidade, mas que precisa de estímulos de diversas direções. Seja do Estado, seja de parcerias com o setor privado, seja dos cientistas e pesquisadores, e da mídia mostrando os casos de sucesso e propagando os benefícios da solidariedade. Mas tem que haver estímulo ou o perfil individualista, típico do capital dos grandes empreendimentos, se sobressairá e engolirá os pequenos e médios produtores, bem como os seus territórios.

REFERÊNCIAS

ABA. **Cenário da Avicultura Baiana**. Disponível em: <http://www.avicultura-ba.com.br/arquivos/tinybrowser/file/Cen%C3%A1rio%20da%20avicultura%20baiana.pdf>. Acesso em 31 ago. 2012.

_____. **Sobre a ABA**. Disponível em: <http://www.avicultura-ba.com.br/aba/>. Acesso em 5 set 2014.

ADAB. **itamar.pinto@adab.ba.gov.br**. Re: Entrevista para artigo. 14 out 2013. E-mail para: Edith Lemos. e.ornellas@atarde.com.br.

SEI. **Características municipais**. 2013. Disponível em http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp. Acesso em 02 jun 2014.

BAIARDI, Amílcar et al. **A moderna avicultura do Recôncavo da Bahia**. In: 50º Congresso da SOBER, 2012.

BAIARDI, Amílcar. **Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das Ciências Sociais**. In: Caderno CRH/UFBA, Salvador, n. 61, p. 203-216, vol. 24, 2011. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=2352&article=864&mode=pdf>. Acesso em 26 set. 2013.

_____. **Fazendo a democracia funcionar ou a tradição cívica nas regiões italianas**: comentários sobre a obra de Robert Putnam. In: Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 375-404, jan./dez. 1997. Disponível em <https://desenvrepositorio.ufba.br/ri32-jspui/bitstream/ri/2215/1/RCRH-2006-206%20ADM.pdf>. Acesso em 26 set 2013.

BARBOSA, Gabriela da Rocha. **Os consórcio de produtores rurais no complexo agroindustrial citrícola paulista**: das gatoperativas aos gatosórcios – a velha forma de contratação de mão-de-obra rural. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007 Disponível em http://bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos1/TDE/-2008-05-05T11:06:30Z-1805/Publico/1740.pdf.

BELUSSO, Diane. **A participação cooperativista dos avicultores na região oeste paranaense**. In RAEGA – Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, n. 24, p. 108-133, 2012. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Disponível em <http://www.geografia.ufpr.br/raega>. Acesso em 10 dez. 2013.

BELUSSO, Diane; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais**. In: Revista Percurso – NEMO. Maringá, 2010. n. 1, v. 2, 2. 25-51. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/9855>. Acesso em 15 mar. 2013.

BLOGIT. **Pirâmide de Maslow.** 2013. Disponível em <http://blogit.com.br/blog10/2013/05/piramide-da-comunicacao/>. Acesso em 19 dez 2013.

BORJA, Jordy; CASTELLS, Manuel. **Local y global: La gestion de las ciudades en la era de la informacion – la ciudad multicultural.** 2010. Disponível em <http://www.culturarecreacionydeporte.gov.co/portal/sites/default/files/7.%20Lectura%206%20-%20LOCAL%20Y%20GLOBAL%20LA%20GESTI%C3%93N%20DE%20LAS%20CIUDADES.pdf>. Acesso em 6 set 2013.

BRAGA, Tânia Moreira. **Desenvolvimento Local Endógeno: entre a competitividade e a cidadania.** In: R.B. Estudos Urbana e Regionais, Minas Gerais, no. 5, 2002. Disponível em http://www.anpur.org.br/site/revistas/ANPUR_v5.pdf. Acesso em 25 mar. 2013.

BRASIL. **Ministério dos Transportes.** Disponível em <http://www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/9-pontes-viadutos/pontes/BA/ponte%20Dom%20pedro%20II/GpDP11.htm>. Acesso em 29 nov. 2014.

BRANDÃO, Carlos A. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado.** In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em http://carlosbrandao.org/publicacoes/#.UYK2n7Wcf_o. Acesso em 20 mar. 2013.

_____. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global** In: Ciclos Temáticos 2011: territórios, desenvolvimento e saúde - Fiocruz. Disponível em <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=12664>. Acesso em 14 mai. 2013.

_____. **Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais.** Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011.

_____. **Palestra sobre desenvolvimento.** 2011. Disponível em <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=12664>. Acesso em 25 de mar 2013.

EMBRAPA. **A avicultura no Brasil.** 2010. Disponível em http://www.cnpsa.embrapa.br/cias/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=15. Acesso em 04 de jul 2013.

CAPES.. **Banco de teses e dissertações.** 2012. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Nav.do?inicio=0>. Acesso em 23 mai. 2013.

BUAINAIN, A. M. et al. Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias. In: BUAINAIN, A. M. et al. (orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília. EMBRAPA/UNICAMP, 2014. P. 177-208.

BUAINAIN, Antonio Márcio. **buainain@gmail.com**. Re: Sei que vc está muito ocupado, ... 17 jul 2014. E-mail para Edith Lemos. e.ornellas@atarde.com.br.

CARMO, René Becker Almeida. **Perspectivas para a avicultura de corte na Bahia**. In: Re vista Bahia Agrícola. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, v.3, n.3, Bahia, 1999.

CAROLINO, Andressa Cristina X. G. **Morfometria do trato gastrointestinal e qualidade de carcaças de frangos de corte alimentados com sorgo grão inteiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Veterinária). Escola de Ciências Veterinárias, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

CLIMATEMPO. **Mínima, máxima e precipitação em Cachoeira**. Disponível em <http://www.climatempo.com.br/climatologia/2658/cachoeira>. Acesso em 02 jun 2014.

CONTINI, Elísio. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: BUAINAIN, A. M. et al (orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília. EMBRAPA/UNICAMP, 2014. P. 147-173.

COOPESP. **História do cooperativismo**. In: Cooperativa de Ópticos. Campinas, 2013. Disponível em www.coopesp.org.br/cooperativismo.pdf. Acesso em 12 mai 2014.

EVANGELISTA, Francisco R.; FILHO, Antonio N.; OLIVEIRA, Alfredo A. P. **A avicultura industrial de corte no Nordeste: aspectos econômicos e organizacionais**. In Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/434.pdf>. Acesso em 20 de mar 2013.

FEALQ/USP. **Análise Territorial e Políticas para o Desenvolvimento Agrário**. Estudo feito para IICA, NEAD, MDA. Piracicaba, 2012. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/publicacoes/analise-territorial-e-politicas-para-o-desenvolvimento-agrario/>. Acesso em 20 mar. 2014.

FONSECA, Áurea Cortes N. De Oliveira. **Aspecto do desenvolvimento regional do Recôncavo Sul Baiano: o caso do município de Cachoeira-Bahia-Brasil**. Tese Doutoral. Universidade de Barcelona; Barcelona, 2006. Disponível em: http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1950/01.ACNO_THESE.pdf?sequence=1. Acesso em 08 jun 2014.

FONTES, Ivan. ivan.fontes@seagri.ba.gov.br. Re: INFORMACAO. 9 set 2013. E-mail para: Edith Lemos. e.ornellas@atarde.com.br.

FRANCO, Augusto de. **Uma teoria da cooperacao baseada em Maturana**. In: Revista Aminoacidos, Brasilia, vol. 4, p. 1-82, Ed. AED.

FRANGOURO. **Histórico da avicultura**. Aparecida do Taboado: 201. Disponível em <http://www.frangoouro.com.br/curiosidade/historico_da_avicultura.html. Acesso em 25 março 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Contraponto 5. ed.: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GAIOVICZ, Elaine Fabiane. **Território e Poder: a produção agroecológica como estratégia de desenvolvimento territorial**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011.

GARDIM, Renê. **Produção brasileira de frango está mais próxima da dos Estados Unidos**. In Diário do Comércio e Indústria. Disponível em <http://www.coasul.com.br/producao-brasileira-de-frango-esta-mais-proxima-da-dos-eua/>. Acesso em 18 nov 2014.

HAESBART, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290490&search=bahia|cachoeira>. Acesso em 9 jun 2014.

_____. **Evolução populacional**. 2010. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=290490&search=bahia|cachoeira|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>. Acesso em 2 jun 2014.

_____. **Indicadores Agropecuários**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>. Acesso em 4 set 2013.

_____. **Produto interno bruto**. 2011. Disponível em http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=290490&idtema=125&search=bahia|cachoeira|produto-interno-bruto-dos-municipios-2011. Acesso em 2 jun 2014.

JESUS, Edivane de. **O sistema de integração na produção de aves no Oeste Catarinense: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).

Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Associativismo no Brasil do século XIX**: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007. Disponível em <http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/viewFile/2714/2116>. Acesso em 12 mai 2014.

JESUS, Wanessa Lanne de, et al. **Princípios cooperativistas**: analisando a sua aplicação na cooperativa de crédito SICREDI – Araguaia Tocantins de Palmas/TO. Disponível em http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBPC_Jesus.pdf. Acesso em 12 mai 2014.

KURTZ, Loiva Marli. **A reestruturação produtiva do capital e o trabalho**: o sistema de integração da empresa Sadia no município de Francisco Beltrão – Paraná. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrao, 2010.

LOBO, Carlos Alberto Fraga. **Secretaria de Agricultura de Cachoeira**. In: Entrevista com o Secretário. Cachoeira, 08 de jul. 2013.

_____. **cial2010@hotmail.com**. Re: Entrevista para artigo. 19 nov 2013. E-mail para: Edith Lemos. e.ornellas@atarde.com.br.

LOPES, Kátia Regina Freire. **Avicultura**: da pré-história a produção industrial. Mossoró, 2010. Disponível em www.bookess.com.br. Acesso em 20 de mar 2013.

LORENZO, Helena Carvalho de, et. al. **Apostila para capacitação de gestores municipais, micro e pequenos empresários do setor agroindustrial e de serviços técnicos para a indústria agroalimentar**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Prefeitura Municipal de Araraquara. Araraquara, 2009. Disponível em <http://pcp.uniara.com.br/centropaulista/arquivos/apostilas/APOSTILA%20DE%20ASSOCIATIVISMO%20E%20COOPERATIVISMO.pdf>. Acesso em 12 mai 2014.

MARCEL, Willie. **Foto aérea do Rio Paraguaçu**. 2011. Disponível em [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cachoeira_\(esquerda\),_S%C3%A3o_F%C3%A9lix_\(direita\)_e_Rio_Paragua%C3%A7u.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cachoeira_(esquerda),_S%C3%A3o_F%C3%A9lix_(direita)_e_Rio_Paragua%C3%A7u.JPG). Acesso em 6 jun 2014.

MARTINS, José de Souza. A modernidade do “passado” no meio rural. In: BUAINAIN, A. M. et al (orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília. EMBRAPA/UNICAMP, 2014. P. 22-30.

MELZ, Laércio Juarez. **Competitividade da cadeia produtiva de carne de frango em Mato Grosso**: avaliação dos segmentos de avicultura e processamento. 2010.

Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010

MONTE ALEGRE, Paulo Augusto Colaco. **Construtivismo integrativo: Estudos sobre instinto, afeto e cognição.** 2009. Tese (Doutorado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **O princípio da solidariedade.** In: volume comemorativo do 60o Aniversário do Departamento de Direito da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <http://www.idcivil.com.br/pdf/biblioteca9.pdf>. Acesso em 29 dez 2013.

MOREIRA, Allyne da Silva. **Estudo do desempenho, características de carcaça e energia da dieta de linhagens de frangos de crescimento lento criados em sistema confinado.** 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde e Produção Animal na Amazônia), Universidade Federal Rural da Amazônia, Manaus, 2012.

MOURA, Antonia O. C. De; et al. **Avaliação socioeconômica e viabilidade de uma cooperativa agroindustrial no Cariri cearense.** In: II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento-CEURCA, ISSN 2316-3089. Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-Ceará-Brasil. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab_desenv_ter_des_prob_rurais/3.pdf. Acesso em 13 nov 2013.

NASCIF, Paulo Gabriel Soledade. **Seminário municípios do Recôncavo: caminhos para o desenvolvimento.** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. *Sescoop*. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/sescoop/ue_sul.asp. Acesso em 31 de ago 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectiva no século XXI.** In: O campo do século XXI: território de vida de luta e de justiça social. São Paulo. Casa Amarela, 2004.

OLIVEIRA, et al. **A avicultura industrial o Nordeste: aspectos econômicos e organizacionais.** In: Série Documentos do ETENE, n. 23, Fortaleza 2008, Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em <file:///C:/Users/edith/Desktop/ucsal/CAP%C3%8DTULOS%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/CAP%C3%8DTULO%201/avicultura%20no%20nordeste%20-%20bnb.pdf>. Acesso em 16 jan. 2014.

PNUD. **Estudo aborda o impacto dos pequenos empreendedores na expansão da classe média.** In: Site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.pnud.org.br/Noticia.asp?id=3723>. Acesso em 4 dez. 2014.

PUTNAM, David Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

RIBEIRO, Carine Pereira. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado**: influência no debate sobre a questão regional brasileira. 2010. 129 p. Monografia (Graduação em Economia), Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. **Planejamento Urbano no Brasil**: paradigmas e experiências. São Paulo, 1994. In: Espaços & Debates, n. 37, p. 77-89.

RODRIGUES, Bonivaldo. **75 81706837**. Entrevista a um dos representantes da Cooperativa dos Produtores de Frango do Recôncavo Baiano. Realizada em 19 set 2014.

RODRIGUES, Jerônimo. **Seminário municípios do Recôncavo**: caminhos para o desenvolvimento. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014. (Assessor do MDA).

ROSSI, Daniela Olga. **A monopolização do território pelo capital na avicultura do município de Apucarana-PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SAGULA, Alex Luiz. **Biodigestão anaeróbia de cama de frango em co-digestão com caldo de cana-de-açúcar**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Programa de Pós Graduação em Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2012.

SANTOS, Anselmo Lino dos. **Avaliação do uso de mananoligossacarídeos sobre o desempenho e morfometria intestinal de frangos de corte**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal), Programa de Pós Graduação em Ciência Animal, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2012.

SANTOS, Edith L.O dos; BAIARDI, Amílcar. **Avicultura na Bahia e no Espírito Santo**: estudo comparativo entre o perfil integrado e individual e o perfil não integrado com associativismo. In: Anais do 51o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Belém, 2013.

SANTOS, Edith L.O.; BAIARDI, Amílcar. **Avicultura na Bahia e no Espírito Santo**: estudo comparativo entre o perfil integrado e individual e o perfil não integrado com associativismo. In: Anais do 51o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Belém, 2013. Disponível em <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.3>. Acesso em 13 set 2013.

SANTOS, Luiz. **Entrevista concedida pelo funcionário da Secretaria de Tributos do Município de Cachoeira**. Cachoeira, 2013.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo Baiano**. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Recôncavo da Bahia: sociedade e economia e transição. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

SAVAGLIA, Fernando. **Liderança mundial**. In Revista Nacional da Carne. São Paulo, n. 3, p. 38-48, março 2009.

SCHNEIDER, Valter. **Comunitarização do grupamento rural no contexto do território de “Três Barras” de Campo Grande-MS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

SEBRAE. **Associativismo e cooperativismo**. Disponível em <http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/associativismo-e-cooperativismo>. Acesso em 11 nov 2013.

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. **Plano plurianual PPA – 2012-2015**. Disponível em http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/20120223_175245_PPA_2012_2015_Intenet.pdf. Acesso em 10 mai 2013.

SILVA, Silvana Cristina da. **Circuito superior e inferior: sinônimos para a economia formal e informal?** In: Coluna Territorium. Presidente Prudente, 2012. Disponível em <http://colunaterritorium.blogspot.com.br/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos10.html>. Acesso em 18 jun 2014.

SILVA, Sylvio B. M. e; SILVA, Bárbara-Christine N. **Reinventando território: tradição e mudança na região do sisal-Bahia**. In: Estudos sobre a globalização, território e Bahia. 2. Ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.

STORTI, Irma. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados a Copagril**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

TRONI, Allan Reis. **Composição química e energética e aminoácidos digestíveis de alimentos para frangos de corte**. 2012. Dissertação (Mestrado em Zootecnia), Programa de Pós Graduação em Zootecnia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

VAZQUEZ, Antonio Barquero. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e Ruralidade: Relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudos preliminar sobre os pequenos municípios em**

Pernambuco; Recife: UFPE. 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em 24 jun 2013.

ZORZO, Francisco Antônio. **A Modernização dos Transportes, Fluxos Mercantis e Crescimento de Feira de Santana (Séculos XIX e XX)**. In: Anais do ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0389.pdf>. Acesso em 06 jun 2014.

ZYLBERSZTAIN, Décio. Coodenação e governança de sistemas agroindustriais. In: BUAINAIN, A. M. et al (orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília. EMBRAPA/UNICAMP, 2014. P. 267-294.

ANEXO A - DADOS ADAB / CACHOEIRA/BA. 2012

MUNICÍPIO	CÓDIGO IBGE	Nº GALPÕES	CAPACIDADE ALOJAMENTO	INTEGRADORA
Cachoeira	2904902	2	40000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	1	9000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	1	8000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	5	31000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	2	20000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	2	29000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	2	21000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	2	30000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	6		Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	4	100000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	4	100000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	1	16000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	3	42000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	2	21000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	2	30000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	6		Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	4	100000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	4	100000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	1	16000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	3	42000	Integrado Gujão
Cachoeira	2904902	2	30000	Integrado SEARA
Cachoeira	2904902	4	90000	Integrado SEARA
Cachoeira	2904902	10	150000	Integrado SEARA
Cachoeira	2904902	3	45000	Integrado SEARA
Cachoeira	2904902	3	45000	Independentes
		79	1.115.000	CABEÇAS/LOTE 40 DIAS
			10.035.000	CABEÇAS/ANO
			27.094.500	KILOS/ANO
			27.095	TONELADAS/ANO

ANEXO B - TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - 2012

CÓDIGO DO AVICULTOR	PERC UTILI	MELHORIA	RECONHEC	INDUS TEM
	P/INTEGR	VIDA	SOCIAL	RESP SOC
	3.1	3.2	3.3	3.4
1	10%	3.2.1	3.3.2	3.4.2
2	x	3.2.2	3.3.2	3.4.2
3	x	3.2.1	3.3.1	3.4.2
4	10%	3.2.2	3.3.2	3.4.2
5	x	3.2.1	x	3.4.2
6	x	3.2.2	3.3.2	3.4.1
7	50%	3.2.2	3.3.2	3.4.2
8	x	3.2.1	3.3.2	3.4.1
9	25%	3.2.2	3.3.1	3.4.2
10	10%	3.2.2	3.3.2	3.4.2
11	x	3.2.2	3.3.1	3.4.2
12	x	3.2.2	3.3.2	3.4.2
13	10%	3.2.1	3.3.1	3.4.2
14	25%	3.2.2	3.3.1	3.4.2
15	5%	3.2.1	3.3.2	3.4.2
16	x	3.2.2	x	x
17	20%	3.2.2	3.3.2	3.4.2
18	20%	3.2.1	3.3.1	3.4.2
19	X	3.2.1	3.3.2	3.4.2
20	X	3.2.1	3.2.2	3.4.2
21	x	3.2.1	3.3.2	3.4.2
22	X	3.2.1	3.3.1	3;4;2
23	X	3.2.1	3.3.1	3.4.2
24	X	3.2.1	3.3.1	3.4.2
25	7%	3.2.1	3.3.1	3.4.2
26	30%	3.2.1	3.3.1	3.4.1
27	20%	3.2.1.	3.3.2	3.4.2
28	50%	3.2.2	3.3.1	3.4.2
29	X	3.2.2	3.3.2	3.4.2
30	X	3.2.1	3.3.1	3.4.2
31	x	X	3.3.1	3.4.1
	6 até 10%	17 sim	14 sim	4 sim
	3 de 11 a 20%	13 não	15 não	26 não
	5 de 21 a50%			

ANEXO C - TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - 2012

CÓDIGO DO AVICULTOR	CABEÇA	OUTRAS	ASS.TEC
	CAPACIDADE 2.3	ATIVID 2.4	2.5
1	28.000	2.4.2	2.5.1
2	28.000	2.4.3	2.5.2
3	34.000	x	2.5.1
4	32.000	x	2.5.2
5	21.000	x	2.5.1
6	19.000	x	2.5.1
7	34.000	2.4.2	2.5.2
8	15.000	x	2.5.1
9	20.000	x	2.5.1
10	30.000	x	2.5.1
11	30.100	2.4.1	2.5.2
12	25.000	2.4.1	2.5.2
13	12.000	2.4.2	2.5.1
14	3.200	2.4.2/2.4.3	2.5.1
15	11.000	x	2.5.1
16	28.000	2.4.1	2.5.1
17	17.000	2.4.2	2.5.1
18	20.000	X	2.5.1 E 2.5.3
19	20.000	2.4.3	2.5.1
20	21.000	X	2.5.1
21	20.000	X	2,5,1
22	11.200	X	2.5.1
23	25.000	2.4.4	2.5.1
24	11.200	X	2.5.1
25	26.000	2.4.1	2.5.1
26	45.000	2.4.4	2.5.1
27	25.000	2.4.1	2.5.1
28	20.000	X	2.5.1
29	11.500	x	2.5.1
30	25.000	X	2.5.1
31	20.000	2.4.1	2.5.1
	MED 22.200 CAB	6 agricul	26 frigorifico
		5 pecuaria	5 ebda/ufrb/ufba
		3 serviços	
		2 outros	

ANEXO D - TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - 2012

CÓDIGO DO AVICULTOR	FINANCIAM	CAPACID	RECEITA
	2.6	UTILIZADA 2.7	BRUTA 2.8
1	2.6.3	28.000	5.000
2	2.6.3	28.000	x
3	2.6.3	30.000	4.750
4	2.6.2	35.000	9.000
5	2.6.3	14.000	1.300,00
6	2.6.3	25.000	6.500,00
7	2.6.1	34.000	4.700,00
8	2.6.1	14.940	1.300,00
9	2.6.2	20.000	x
10	2.6.1	X	x
11	2.6.3	30.000	X
12	2.6.3	30.000	15.000
13	2.6.3	11.800	3.000
14	2.6.1	30.600	x
15	2.6.3	10.500	2.400,00
16	2.6.3	25.000	2.500,00
17	2.6.3	17.000	2.560,00
18	2.6.1 E 2.6.2	20.000	5.000
19	2.6.3	25.000	3.800
20	2.6.3	20.000	900
21	2.6.3	25.000	X
22	2.6.3	11.200	X
23	2.6.3	24.000	X
24	2.6.3	11.200	X
25	2.6.3	32.000	3.000
26	2.6.3	34.800	21.000
27	2.6.3	20.000	4.000
28	2.6.3	20.000	3.600
29	2.6.3	11.500	X
30	2.6.3	20.000	4.000
31	2.6.3	20.000	X
TOTAIS /MÉDIA		678.540	103.310
	5 próprio	méd. 21.888	MÉD. 5.165
	2 bancário		
	24 frigorífico		

ANEXO E - TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - 2012

CÓDIGO DO AVICULTOR	RENDA	RECEITA	PREÇO MELHOR		PESO NO
	OUT.ATIV	LIQUIDA	JUSTO	ALTERN	PREÇO DO
	2.9	2.10	2.11	2.12	FRIG
					2.13
1	1.000	3.000	2.12.2	2.12.2	3%
2	X	Xxxxx	2.11.2	2.12.2	3%
3	X	3.150	2.11.2	2.12.1	3%
4	X	2.500	2.11.1	2.12.1	8%
5	X	800	2.11.1	2.12.2	3,50%
6	X	1.800,00	2.11.1	2.12.2	3,50%
7	6.000,00	3.700,00	2.11.2	2.12.1	6%
8	X	1.500,00	2.11.2	2.12.1	6%
9	X	X	2.11.2	2.12.1	x
10	X	X	2.11.2	2.12.2	x
11	480	X	2.11.2	2.12.2	X
12	2.000,00	2.900,00	2.11.2	2.12.2	3,50%
13	15.000,00	800	2.11.2	2.12.2	6%
14	1.000,00	1.500,00	2.11.2	2.12.2	10,50%
15	X	500	2.11.2	2.12.2	5%
16	310	1.000,00	2.11.2	2.12.2	3,50%
17	X	1.000,00	2.11.2	2.12.1	6%
18	X	150	2.11.2	2.12.2	6%
19	X	1.200	2.11.2	2.12.2	6.%
20	X	600	2.11.2	2.12.1	3%
21	X	700	2.11.2	2.12.1	X
22	X	480	2.11.2	2.12.1	6%
23	X	1.300	X	X	5%
24	X	800	X	2.1'2.1	5%
25	500	1.500	2.11.2	2.12.1	6%
26	X	10.500	2.11.2	2.12.1	8%
27	700	2.000	2.11.2	2.12.2	4,50%
28	X	1.000	2.11.1	2.12.2	4%
29	X	2.000	2.11.1	2.12.1	X
30	X	700	2.11.2	2.12.1	3%
31	X	X	2.11.2	X	X
TOTAIS CACHOEIRA/MÉDIA	26.990	47.080			127
	méd 2.999	méd 1.810	5 sim	14 sim	méd 5,08%
			24 não	15 não	

ANEXO F - TABULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - 2012

CÓDIGO DO AVICULTOR	PARTIC	APOIARIA SUBST	M.OBRA
	ASS/COOP	A IND POR COOP/ASS	
	3.5	3.6	4.1
1	3.5.1	3.6.1	4.1.1
2	3.5.2	x	x
3	3.5.2	3.6.2	x
4	3.5.2	3.6.2	4.1.1
5	3.5.2	3.6.2	4.1.1
6	3.5.2	3.6.1	4.1.1
7	3.5.2	3.6.2	x
8	3.5.2	3.6.1	x
9	3.5.1	3.6.2	x
10	3.5.2	3.6.1	x
11	3.5.2	3.6.1	x
12	3.5.2	3.6.1	4.1.1
13	3.5.2	3.6.2	4.1.1
14	3.5.2	3.6.1	x
15	3.5.2	3.6.1	x
16	3.5.2	3.6.1	4.1.1
17	3.5.1	3.6.1	4.1.3
18	3.5.2	3.6.1	4.1.2
19	3.5.2	3.6.2	4.1.1
20	3.5.2	3.6.1	4.1.1
21	3.5.2	3.6.2	4.1.1
22	3.5.2	3.6.2	4.1.1
23	3.5.2	3.6.2	4.1.1
24	3.5.2	3.6.2	4.1.1
25	3.5.1	3.6.2	4.1.1
26	3.5.2	3.6.2	4.1.1
27	3.5.2	X	4.1.2
28	3.5.2	3.6.1	4.1.3
29	3.5.1	3.6.2	4.1.1
30	3.5.2	3.6.1	4.1.1
31	3.5.2	3.6.2	4.1.1
	5 sim	14 não	18 familiar
	26 não	15 não	2 assalari
			2 erceiriz

